

Willi Bolle

*Juliana  
07/2004*

Coleção Espírito Crítico

Conselho editorial:  
Alfredo Bosi  
Antonio Candido  
Augusto Massi  
Davi Arrigucci Jr.  
Flora Süssekind  
Gilda de Mello e Souza  
Roberto Schwarz

grandesertão.br  
O romance de formação do Brasil

 Livreria  
Duas Cidades

editora ■ 34

## VI. A nação dilacerada

Depois de termos analisado o sertão, a jagunçagem, o pacto com o Diabo e Diadorim, está preparado o terreno para estudarmos os dois elementos constitutivos mais complexos de *Grande Sertão: Veredas*: a representação do povo e a invenção da linguagem, o que será feito neste capítulo e no capítulo final. É o momento de retomar, com novo alento, o objetivo-guia que consiste em revelar o retrato do Brasil contido no romance. A expectativa de conseguir extrair dessa obra um tipo de conhecimento do país que não se encontra nos ensaios históricos e sociais deverá se concretizar através de um diálogo entre os gêneros; ou seja, através de uma análise comparada dos meios da ficção com as categorias conceituais da tradição ensaística. Até certo ponto, esse tipo de trabalho já foi realizado nos capítulos precedentes, por meio da comparação contínua com *Os Sertões*, o livro fundador dos modernos retratos do Brasil. Para levar esta pesquisa a termo falta, contudo, uma comparação mais abrangente: estudar o romance de Guimarães Rosa à luz daqueles seis ou sete ensaios que constituem, junto com o de Euclides, o cânone das interpretações do país elaboradas ao longo do século XX, e os quais, devido ao uso enfático da palavra "formação", podem ser considerados os *ensaios de formação do Brasil*.

Neste estudo comparativo será focalizado um conceito usado com frequência ao longo deste ensaio, porém até agora de forma bastante genérica: o conceito de *povo* e seu correlato *nação*. A historiografia, as ciências sociais, os estudos literários e a própria literatura têm tratado intensamente da questão da "identidade nacional", a ponto de este ser o tema nuclear dos retratos do Brasil. Ora, sobre a concepção da temática "nacional" em Guimarães Rosa sabe-se muito pouco, inclusive porque ele parece tê-la evitado. É verdade que no seu romance há ocorrência das palavras "povo" e "nação", mas conceitualmente falando são ariscas. Para decifrar o conhecimento social e histórico contido nelas, é preciso um trabalho de investigação que entre no âmago da forma e composição da obra.

Qualificar *Grande Sertão: Veredas*, com um termo de Antonio Candido, como "forma de pesquisa e descoberta do país",<sup>335</sup> pode ser um recurso heurístico útil, porque assim tomamos a obra como um instrumento de investigação social de alta precisão artística. Vejamos o que isso significa na prática. "Todas as minhas lembranças eu queria comigo", diz o narrador no meio do caminho. "Os dias que são passados vão indo em fila para o sertão."<sup>(GSV: 236)</sup> Enquanto imenso arquivo da memória, o *sertão* de Guimarães Rosa não é um repositório de lembranças fixas, mas um lugar de escavação<sup>336</sup> da "matéria vertente". Temos ali os componentes da história de vida pessoal de Riobaldo — mãe e pai, os chefes, os amores — interligados com lembranças coletivas — os meninos, os vaqueiros, os jagunços, os representantes da ordem, as longínquas cidades —, que se fundem, no limite, com categorias da história social, como "gente sertaneja", "povo",

<sup>335</sup> Cf. A. Candido, 1959/1981, II, p. 112.

<sup>336</sup> Cf. W. Benjamin, 1972, pp. 400-401; ed. brasileira, pp. 239-240.

*História coletiva x individual*

"nação". Só que estas categorias coletivas, antes de se cristalizarem em conceitos abstratos, são dissolvidas pelo narrador num conjunto de indivíduos, cada qual com seu nome. Ou seja, em contraponto ao conhecimento conceitual, o romancista põe em obra o poder poético de nomear, de atribuir nomes próprios. Exemplo de como a ficção — desconfiada, mítica, autônoma — atravessa o *lógos* discursivo do ensaio.

Como organizar, então, o trabalho de memória realizado em *Grande Sertão: Veredas*? A forma de narração é, como já vimos, labiríntica; os temas são estruturados em forma de redes. Estudamos até aqui quatro dessas redes, uma por capítulo: o sertão, o sistema jagunço, o Demônio e Diadorim. Deixamos para os dois capítulos finais a rede temática mais complexa, a mais enciclopédica, a mais difícil de ler entre todas: a representação do povo, intimamente ligada à questão da invenção da linguagem. A estratégia de leitura não será nem indutiva nem dedutiva ou somatória, mas intuitiva, holística e constelacional: trata-se de captar a idéia ou invenção subjacente à representação do povo e da nação em Guimarães Rosa. "Inventar significa apreender os objetos em sua profundidade", diz Goethe em uma de suas *Máximas e reflexões*.<sup>337</sup> Existiria, nesse sentido, em *Grande Sertão: Veredas* uma constelação na qual se condensa a visão rosiana da sociedade e da história?

Minha hipótese de trabalho é que o retrato do Brasil neste romance é centrado no problema da nação dilacerada. Lembremos que o ponto de partida deste ensaio foi a observação da falta de diálogo entre as classes sociais — dilaceramento tratado pelo romancista em sua dimensão lingüística e simbólica, com o Diabo encarnando o princípio do desentendimento. Para chegarmos a

<sup>337</sup> J. W. Goethe, 1977, IX, p. 644.

um claro conhecimento da representação da nação e do povo em *Grande Sertão: Veredas*, será realizada neste penúltimo capítulo uma análise com categorias da história social e política. Esta descrição “de fora” será complementada no capítulo final por um estudo “de dentro”, pelo prisma da linguagem. Vejamos nesta primeira etapa como a compreensão do universo essencialmente não-conceitual do romance pode ser aprofundada através do diálogo com as categorias conceituais desenvolvidas pelos ensaístas intérpretes do Brasil, investigando inclusive em que medida eles problematizam a divisão da nação.

Historicamente falando, o problema da nação dilacerada foi diagnosticado por Euclides da Cunha (como será visto neste capítulo, no item 1, “O problema”). Guimarães Rosa o trouxe para o plano da micro-história, desenvolvendo-o por meio de um protagonista-narrador que é socialmente dividido pelas condições de seu nascimento (cf. o item 2, “Nação e nascimento”). Como observa Antonio Candido, o romance “estabelece uma paridade entre o dilaceramento do narrador e o dilaceramento do mundo, que se condicionam e se reforçam mutuamente”.<sup>338</sup> Esta observação, vista contra o pano de fundo das análises da “divisão do ser” do indivíduo realizadas pelo mesmo crítico em *Tese e antítese* (1964), me fez optar pela idéia-guia da “nação dilacerada”. Ou seja: *Como é que o problema da “divisão do ser” é aprofundado por Guimarães Rosa no plano de uma história de vida individual e projetado a partir daí para a história social?* O estudo desta questão se fará por meio da hipótese de que o dilaceramento do protagonista-narrador e seu modo despedaçado de narrar são a forma artístico-científica através da qual *Grande Sertão: Veredas* expressa o dilaceramento da nação.

<sup>338</sup> A. Candido, 1970, pp. 156-157.

Os antagonismos que dividem a nação, observados por Euclides na campanha de Canudos, foram redimensionados por Gilberto Freyre em *Casa-grande & senzala* (1933), outra obra incorporada como referência por Guimarães Rosa. A comparação nos faz descobrir em *Grande Sertão: Veredas* uma arqueologia do regime escravocrata, apoiada num estratégico mapa das fazendas (cf. o item 3, “Eu, escravo — eu, senhor!”). Como contraponto veremos em seguida uma história do país contada da perspectiva da mão-de-obra. Trata-se de uma leitura do romance pelo prisma dos retratos do Brasil de Caio Prado Jr., *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil* (1958) e Darcy Ribeiro, *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* (1995) (ver o item 4, “Máquina de gastar gente”).

A migração de multidões de pobres e miseráveis, do sertão para as cidades, ocorrida durante a construção de Brasília (1956-1960) e comentada detalhadamente por Darcy Ribeiro, além de surgir também numa visão angustiada de Riobaldo,<sup>(cf. GSV: 295)</sup> me faz perguntar, no item 5, “Cidade *versus* Sertão?”, se é mesmo este o principal antagonismo do país, como afirmou Euclides da Cunha, ou se Guimarães Rosa não tinha em mira outros antagonismos, mais pungentes. A questão é discutida detalhadamente à luz de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* (1936). No item-6 (“Esse velho regime de desmandos”), o principal apoio teórico é Raymundo Faoro, *Os donos do poder* (1958); o objetivo é mostrar que certas estruturas de poder são as mesmas no país inteiro, sendo que o *sertão*, simbolicamente falando, existe também nas cidades do Brasil.

O item final, “Quem é o povo? Quem é a nação?”, o mais extenso e o mais detalhado, é uma espécie de síntese. Tomando como balizas os principais marcos da história do país — 1822, 1888-1889, 1930-1937 e 1945 até 1956, início da construção

de Brasília e ano da publicação de *Grande Sertão: Veredas* —, são elaborados fragmentos de diálogo entre determinadas passagens do romance e os significados de *povo* e *nação* naqueles contextos históricos, inclusive nas respectivas constituições. Partindo da *Formação da literatura brasileira* (1959), de Antonio Candido, como estudo da formação de uma consciência do povo e da nação, procuro demonstrar que o romance de Guimarães Rosa se articula como uma história criptografada do Brasil, a ser organizada pelo leitor. As linhas de força de todos esses aspectos da *nação dilacerada* convergem no pacto travado por Riobaldo com o Diabo nas Veredas-Mortas, interpretado como emblemática lei fundadora do país.<sup>339</sup>

Uma reflexão conclusiva sobre o problema da nação dilacerada encontra-se no capítulo final, onde é estudado o trabalho de mediação em *Grande Sertão: Veredas*, realizado essencialmente pelo narrador, nosso principal guia durante toda a investigação. De fato, esta análise se orientou pela maneira como o problema da nação dilacerada é sentido existencialmente pelo personagem-narrador. Com base em determinadas reflexões dele, de ordem ética e estética, espalhadas estrategicamente por todo o romance, procura-se aqui sentir-e-pensar os diversos aspectos da divisão do ser. Este problema, em vez de ser julgado meramente como algo a ser superado, é analisado também em sua riqueza dialética. Com base na visão desenvolvida por Antonio Candido em "Literatura de dois gumes" (1968), são consideradas, no final deste ensaio, como alternativa às elaborações ideológicas dos letrados a serviço do poder, as perspectivas e possibilidades do letrado autônomo.

<sup>339</sup> Cf. o capítulo IV deste ensaio.

## 1. O problema

O diagnóstico é de Euclides da Cunha. "A nação inteira interveio",<sup>(OS: 209)</sup> escreve ele sobre a luta contra Canudos, que mobilizou tropas de todos os quadrantes do Brasil. A campanha visava, nas palavras do autor, "uma sociedade de retardatários" que "era o cerne vigoroso da nossa nacionalidade".<sup>(OS: 209, 93)</sup> Com essa luta da "nação" contra a "nacionalidade" configura-se o quadro de um país dilacerado.

Na descrição dos últimos dias da batalha, quando se investiu contra o arraial agonizante com bombas de dinamite, Euclides retoma o tema do dilaceramento com duas imagens: "entalhava-se o cerne de uma nacionalidade", "atacava-se a fundo a rocha viva da nossa raça".<sup>(OS: 485)</sup> Guimarães Rosa que, no mais, era avesso ao estilo enfático de Euclides, marcou estas passagens em seu exemplar de *Os Sertões*. Seu romance *Grande Sertão: Veredas*, enquanto reescrita crítica do livro precursor, dedica-se profundamente ao problema da nação dilacerada, como será demonstrado mais adiante. Antes, vejamos em detalhe até que ponto o tema foi desenvolvido por Euclides. Diante das "loucuras e os crimes das nacionalidades",<sup>(OS: 499)</sup> de que a campanha de Canudos foi uma amostra, presenciada pelo escritor *in loco*, ele próprio se sentiu dilacerado — inclusive porque, com seus escritos na imprensa, ele tinha pleiteado a destruição da cidade rebelde. *A posteriori*, o intelectual, sentindo-se corresponsável pelo que aconteceu, declarou sua culpa: "tivemos um papel de mercenários inconscientes".<sup>(OS: 14)</sup>

Euclides, que desejava a unidade nacional — apesar de constatar que "Não temos unidade de raça. Não a teremos, talvez, nunca"<sup>(OS: 71)</sup> —, manifesta seu dilaceramento, na medida em que, por um lado, se identifica com as idéias da República e, por

outro, sente empatia com os adversários sertanejos. Tendo afirmado, inicialmente, sua fé na superioridade dos valores da civilização, viu com revolta e desgano como esta se perverteu em barbárie. Essa experiência do autor como um ser dividido se expressa na estrutura contraditória de sua obra. Tentemos aqui elucidar os elementos de contradição quanto à questão da *nação* e da *nacionalidade*, examinando-a dos pontos de vista político, cultural, étnico e social.

A campanha de Canudos foi, antes de mais nada, expressão de um conflito político. Aquela comunidade — autônoma dos pontos de vista religioso, social, econômico e militar — era para as autoridades constituídas um desafio à soberania do Estado. O antagonismo se aguçava na medida em que a república recém-instaurada ainda se debatia, durante os anos 1890, com os defensores da monarquia. Como expõe Euclides, o governo civil, iniciado em 1894, estava às voltas com um “país dividido”.<sup>(OS: 245)</sup> Nessa situação, em que o líder dos rebeldes, Antônio Conselheiro, “pregava contra a República”,<sup>(OS: 174)</sup> Euclides tomou decididamente partido. Ao traçar em seu artigo “A nossa Vendéia” (março e julho de 1897) um paralelo entre a situação brasileira e a luta das tropas da Revolução Francesa contra aquele movimento regional de fanáticos religiosos e monarquistas, ele defendeu a intervenção armada até a derrota completa dos insurgentes. Essa argumentação é retomada, embora com algum distanciamento, em *Os Sertões*.

Quanto à terminologia política de Euclides, quando diz que “a nação interveio” contra “o cerne da nossa nacionalidade”, é preciso esclarecer que a palavra “nação” designa, na verdade, o Estado, ao passo que a palavra “nacionalidade” se refere ao povo, no sentido de “raça” ou “etnia”. Contudo, dependendo do contexto, como nesta passagem —

“Insulado no espaço e no tempo, o jagunço [...] só podia fazer o que fez — bater, bater terrivelmente a nacionalidade que, depois de o enjeitar cerca de três séculos, procurava levá-lo para os deslumbramentos da nossa idade dentro de um quadrado de baionetas, mostrando-lhe o brilho da civilização através do clarão das descargas.”<sup>(OS: 300)</sup>

—, “nacionalidade” pode significar também “nação” ou “Estado”. O uso dos conceitos é fluido.

Ambas as palavras, “nação” e “povo”, sofreram uma grande valorização a partir da Revolução Francesa, tornando-se conceitos políticos-chave, cujo significado “correto”, de lá para cá, tem sido objeto de acirradas disputas entre todos os partidos. Por isso, ao discuti-las, é indispensável precisar as circunstâncias históricas e os interesses em questão. O significado de *povo* e *nação* muda conforme a perspectiva partidária: conservadora, liberal, radical-democrática, socialista etc.<sup>340</sup>

O problema que se colocou para Euclides e para a geração de intelectuais republicanos de que fez parte, pode ser assim sintetizado: Como chegar a uma integração do povo brasileiro e do seu Estado, criado em 1822 e constituído em 1889 como República?<sup>341</sup> Apesar de os termos “povo” e “nação” constarem lado a lado da Constituição de 1891 para definir o soberano do país, existia na verdade uma incongruência entre elas — além do abismo entre estas palavras e a situação real. “Le Brésil n’a pas de peuple”, constatou em 1881 o pesquisador francês Louis Couty,

<sup>340</sup> Cf. R. Koselleck et al., 1992b, pp. 284, 357, 361-362 e 364.

<sup>341</sup> Esta questão, que foi objeto de vários estudos de B. Zilly (1996 e 2000), é aguçada aqui em termos conceituais, no intuito de investigar o sentido de *povo* e *nação* em E. da Cunha.

no sentido de diagnosticar a falta de um povo-nação.<sup>342</sup> Essa formulação taxativa iria ser retomada por boa parte dos principais intérpretes do país, sendo que a dúvida se o Brasil chegou a ser um povo-nação se prolongou entre os intelectuais brasileiros até, no mínimo, meados do século XX.

Tudo isso deve ser levado em consideração, para entender as dificuldades conceituais com as quais se defrontava Euclides da Cunha no contexto dos acontecimentos de 1897. Suas propostas teóricas, com contradições e omissões, traduzem sua perplexidade diante de uma situação objetivamente mal definida. O Brasil dos anos iniciais da República estava apenas no começo de um longo caminho de autoconscientização étnica, social e política. Trata-se de transformações em profundidade, que se processam num ritmo mais lento que as mudanças de regime decididas pela camada dominante. É essa diferença, esse atropelamento de tempos, junto com o temperamento impaciente de Euclides, que explica um certo arbítrio seu no uso dos conceitos de nação e nacionalidade.

Em vez de analisar o Brasil a partir de seus antagonismos econômico-sociais, o autor de *Os Sertões*, na tentativa de entender a falta de “tradições nacionais uniformes”,<sup>(OS: 14)</sup> empolgou-se com um esquema explicativo baseado numa teoria geral da civilização, de cunho étnico ou “racial”. Euclides testemunhou, como resume Gilberto Freyre, “um choque violento de culturas: a do litoral modernizado, urbanizado, europeizado, com a arcaica, pastoril e parada dos sertões”.<sup>343</sup> Esse choque se enquadrava em uma visão geral da história, em que Euclides, como

<sup>342</sup> L. Couty, 1881, p. 87. Curiosamente, na edição brasileira (1988, p. 102) a frase foi traduzida como “o Brasil não é povoado”.

<sup>343</sup> G. Freyre, 1944, p. 44.

contemporâneo do Imperialismo por volta de 1900, compartilhava da convicção social-darwinista de que o avanço da civilização resultaria no “esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes”.<sup>(OS: 14)</sup>

O que significava isso para o Brasil, como país novo e nação ainda em formação? No entendimento de Euclides, devido à “velocidade adquirida pela marcha dos povos neste século” não havia tempo para se chegar a “uma situação de parada ou equilíbrio” dos diversos componentes étnicos do país. Em vista da “concorrência material intensiva das correntes migratórias”, provenientes sobretudo da Europa, as já existentes “sub-raças sertanejas”, caracterizadas como “retardatárias”, “se extinguir[iam] de todo”.<sup>(OS: 13)</sup>

Nessa apresentação do problema étnico, a ideologia social-darwinista e o “fatalismo de raça”<sup>344</sup> sobrepujam qualquer perspectiva de diálogo e mediação. Euclides tinha não apenas um “senso dramático dos antagonismos que turvam a unidade brasileira”,<sup>345</sup> mas todo o seu pensamento era comandado por antíteses. Assim, o dilaceramento da nação, que de fato existia, ainda foi potencializado pelo tipo de personalidade desse escritor.

Diante do culto alienador dos valores da cultura européia, por parte da elite brasileira, Euclides sentiu a necessidade de valorizar a identidade do seu país, distanciando-se dos que “vive[m] parasitariamente à beira do Atlântico dos princípios civilizatórios elaborados na Europa”.<sup>(OS: 14)</sup> Foi em nome desses princípios que se destruiu a alternativa sertaneja do Brasil, com a qual Euclides sentiu profunda empatia — não em termos políticos, mas em termos étnicos e culturais. Na esteira dos românticos brasileiros

<sup>344</sup> Op. cit., p. 41.

<sup>345</sup> Op. cit., p. 36.

que *inventaram* “um tipo de história”, “um passado que já fosse nacional”,<sup>346</sup> o autor de *Os Sertões* se empenha em forjar uma teoria do povo brasileiro. “Fora do litoral, em que se refletia a decadência da metrópole e todos os vícios de uma nacionalidade em decomposição insanável”,<sup>(OS: 83)</sup> ele vislumbra uma mestiçagem por assim dizer “pura”, existente nos sertões.<sup>(cf. OS: 94)</sup> Essa “grande raça”<sup>(OS: 13)</sup> é uma mistura de dados da miscigenação real com elementos de construção ficcional. Note-se a profunda ambigüidade dessa teoria do povo brasileiro: por um lado, o autor exalta nos sertanejos a perfeita capacidade de adaptação ao meio e as virtudes guerreiras, por outro lado, desqualifica sua capacidade mental e política, estigmatizando-os como “retardatários”.

Essas incongruências evidenciam sérias limitações dos métodos de conhecimento de Euclides, que não são superadas mas ocultadas pelo fato de ele usar dois tipos de discursos: um, entre científico e pseudo-científico, e outro, ficcional.<sup>347</sup> A compreensão que Euclides tem da nação dilacerada fica limitada sobretudo pelas seguintes razões:

1. O autor expressa um desejo de “unidade nacional”,<sup>(OS: 422)</sup> sem refletir sobre os pressupostos dessa questão nem sobre os próprios conceitos de “nação” e “nacionalidade”.

2. Quando afirma que em Canudos “interveio a nação inteira”, ele não esclarece que se trata apenas de uma parte do povo: aquela representada pelo Estado e seus cidadãos ativos, a que dispõe da imprensa e se arvora em porta-voz de todos, articulando “a opinião nacional” e criando uma “comoção nacional”.<sup>(OS: 387, 405)</sup>

<sup>346</sup> Cf. A. Candido, 1968/1987, pp. 173 e 175.

<sup>347</sup> Cf. L. Costa Lima, 1997, pp. 127-135 e passim; e B. Zilly, 2000, p. 340.

3. Este molde de pensamento, *autoral* e autoritário, caracteriza a postura do próprio Euclides, que não se preocupa em saber se as idéias de “nação” ou “nacionalidade” fazem parte do modo de pensar dos sertanejos; quando ele afirma que “aquela rude sociedade era o cerne vigoroso da nossa nacionalidade”, trata-se de uma definição exterior, uma *invenção de letrado*, uma “idéia arranjada”.

4. A “nacionalidade”, no sentido de um “povo-nação” brasileiro, é para Euclides na verdade apenas um *conceito-expectativa* (*Erwartungsbegriff*),<sup>348</sup> ao qual não corresponde nenhuma experiência real. Como compensação dessa falta, ele *inventa* a “nacionalidade” sertaneja, tanto no código pseudocientífico, quanto no código épico-ficcional. Ambos os discursos barram-lhe um terceiro caminho: contribuir para que o povo-nação pudesse se formar como sujeito histórico autônomo a partir de sua autoconsciência.<sup>349</sup> Este foi o projeto literário e político de Guimarães Rosa.

Com todas as suas contradições, Euclides sabia dos limites do seu trabalho de mediação como escritor:

“Arrebatados no caudal dos ideais modernos [...], iludidos por uma civilização de empréstimo, fugindo [...] às exigências da nossa própria nacionalidade, tornamos mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrióticos”.<sup>(OS: 174-175)</sup>

Estas observações contêm também uma autocrítica e uma consciência do que restava por fazer. A obra de Euclides expressa o despertar da intelectualidade brasileira para a existência de

<sup>348</sup> R. Koselleck et al., 1992b, p. 149.

<sup>349</sup> Cf. op. cit., p. 150.

“duas sociedades, de todo alheias uma à outra”.<sup>(OS: 422)</sup> Entre as linhas se esboça, tenuemente, uma outra idéia: o antagonismo de maior peso no Brasil não é étnico-cultural, nem geográfico (litoral *versus* sertão), mas econômico e social. Depois do diagnóstico pioneiro de Euclides sobre o dilaceramento da nação e sobre a sociedade dividida, outros intérpretes do país tratariam de refinar a análise.

## 2. Nação e nascimento

O problema da nação dilacerada, discutido em *Os Sertões* em termos étnico-culturais bastante abstratos, é retomado em *Grande Sertão: Veredas* e trazido para um plano micro-histórico.<sup>350</sup> Valendo-se da maior concretude do gênero ficcional, Guimarães Rosa incorpora o dilaceramento à vida do seu protagonista e ao modo de este narrar sua história. A idéia de nação é desenvolvida pelo romancista no nível da raiz da palavra, de modo que, para conhecê-la, temos que decifrar a história de Riobaldo a partir do seu nascimento.

Ambas as palavras têm a mesma etimologia. O latim *natio* teve inicialmente o sentido de “nascença”, “nascimento”. Na língua rústica, a palavra tomou sentido concreto, designando o nascimento dos filhotes de um animal, isto é, a “barrigada”; a partir daí, surgiu o sentido de um conjunto de “indivíduos nascidos ao mesmo tempo ou no mesmo lugar”, o que desembocou no significado de “nação”.<sup>351</sup> A questão do nascimento de Riobal-

<sup>350</sup> Sobre o conceito de “micro-história” e suas afinidades com as histórias de ficção, ver C. Ginzburg e C. Poni, 1981; e Ginzburg, 1993.

<sup>351</sup> Verbetes “nasc-”, in: *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, 2001.

do coloca-se em dois momentos de sua história: sua vinda natural ao mundo e seu re-nascimento social. Começamos por este segundo nascimento, que ocorre na hora do pacto com o Diabo:<sup>352</sup>

“— ‘Ei, Lúcifer! Satanaz, dos meus Infernos!’ [...] Ele [...] não apareceu nem respondeu [...]. Mas eu supri que ele tinha me ouvido. [...] Como que adquirisse minhas palavras todas; fechou o arrocho do assunto. Ao que eu recebi de volta um adejo, um gozo de agarro, daí umas tranqüilidades — de pancada. Lembrei dum rio que viesse adentro a casa de meu pai. [...] [A] noite tinha de fazer para mim um corpo de mãe — que mais não fala, pronto de parir [...].”<sup>(GSV: 319-320)</sup>

Relembrando sua história primeva (*Urgeschichte*) pessoal, Riobaldo regressa até o instante em que foi gerado, o ato da união do seu pai com sua mãe — enxertando-a com um renascer, que se dá com a intervenção do Diabo. Não se trata, de modo algum, como afirma a crítica esotérica, de um “pacto com a vida”, nem do “nascer de um iniciado”,<sup>353</sup> mas do forjamento de uma nova identidade social, apadrinhada por Satanás em pessoa,<sup>354</sup> isto é, “Aquele que arma ciladas”, o “Pai do Mal”, o “Pai da Mentira”.

Lembramos que o ato que deu origem à vida de Riobaldo foi a união fortuita e ilegítima de um abastado latifundiário, Selorico Mendes, com uma mulher pobre, a Bigrí. União carnal que é uma reprodução do molde em que se deu parte significativa da gênese étnica do Brasil: a união de um senhor, coloniza-

<sup>352</sup> Retoma-se aqui, da perspectiva do “nascimento”, a cena que foi analisada no capítulo IV em função do pacto. Note-se de modo geral que, nesta tentativa de decifrar a história narrada “em-forma-de-rede”, não há como não voltar, obsessivamente, a certas encruzilhadas do texto.

<sup>353</sup> K. Rosenfield, 1993, pp. 53-54; F. Utéza, 1994, p. 320.

<sup>354</sup> “Apadrinhar”, no sentido de “fazer as vezes do pai”.

dor, com uma *coitada moradora*, quase escrava, pertencendo à população primitiva do país. O renascimento social de Riobaldo nas Veredas-Mortas é vincadamente diferente do seu nascimento natural, em meio à miséria. Enquanto a primeira condição não foi escolhida por ele, o pacto com Satanás configura uma opção. Riobaldo, dali em diante, trilhará pelo caminho da desigualdade social: ele dominará seus pares e não hesitará em aproveitar-se da miséria existente para perseguir suas ambições. Os termos em que ele propõe o pacto contêm seu programa: “Trato? Mas trato de iguais com iguais. Primeiro, eu era que dava a ordem”. (GSV: 317) Um trato entre “iguais” em que uma das partes dá as ordens — eis uma formulação sintética para configurações políticas que mascaram a situação básica de iniquidade. Daí a pergunta: Não seria esse episódio — a superposição do ato de engendramento com um falso contrato social — uma alegoria do nascimento do Brasil?<sup>355</sup>

Minha hipótese de trabalho é que, com esse duplo nascimento, Guimarães Rosa retoma o problema da divisão do ser da nação, diagnosticado por Euclides, mas superando os impasses do precursor, na medida em que ele consegue expressar como o problema étnico está imbricado com o problema social. Nessa superação, talvez tenha tido parte a obra de Gilberto Freyre, *Casa-grande & senzala* (1933), que realizou de modo pioneiro um estudo dos antagonismos sociais com base nessa célula social que é a família sob o regime da economia patriarcal.

No primeiro momento da história de vida de Riobaldo vem à tona a dimensão étnica. “Não me envergonho, por ser de escuro nascimento”, (GSV: 35) declara ele quando Diadorim lhe pede

<sup>355</sup> Cf. W. Bolle, 1997-98, p. 42; e supra, capítulo IV, item 1, “O pacto como alegoria de um falso contrato social”.

para falar de sua mãe. O “escuro nascimento” do protagonista e o nome de sua mãe, a *Bigri*, em que repercute a estrutura consonantal de *bugre*, são sugestivos. Parece que nas veias de Riobaldo corre certa dose de “sangue de gentio”, de “raça de bugre”, “nação desses” que se vê “para lá fundo dos gerais de Goiás, adonde tem vagarosos grandes rios, [...] correndo em deita de cristal roseado”. (GSV: 20) <sup>356</sup> Assim, Guimarães Rosa retoma discretamente o *tópos* da nação miscigenada, presente na interpretação de Euclides, assim como em precursores como Martius e Sílvio Romero, e em seguidores como Darcy Ribeiro.<sup>357</sup> Na visão de história de Guimarães Rosa, contudo, o enfoque étnico cede o primado à questão social, o que aguça o problema da nação dilacerada. Assim como em Gilberto Freyre, que não estuda o negro *per se*, mas em “sua condição de escravo”.<sup>358</sup>

“[M]edo tenho não é de ver morte, mas de ver nascimento”. (GSV: 49) Com esse comentário, Riobaldo refere-se ao caso de um casal, no rio do Borá, em que marido e mulher eram primos carnais e os filhos vieram nascendo como aleijões: “sem braços e sem pernas, só os tocos...”. Essa geração do monstruoso, esse “estado de demônio”, é projetado por Guimarães Rosa da esfera da genética sobre a história social. Aqui, no mais tardar, o leitor se dá conta de que o Diabo está intrometido nas coisas do “nascimento” e da “nação” desde as primeiras linhas do romance, onde

<sup>356</sup> Essa correspondência entre as palavras “Bigri” — “bugre” — “gentio” — “nação” caracterizam o que eu chamo de *história criptografada do Brasil*, em G. Rosa. Ao longo deste ensaio, serão apontados vários exemplos desse tipo de historiografia. Note-se também que nas palavras “RIOS” e “ROSeAdo” estão contidos os nomes do protagonista e do seu criador.

<sup>357</sup> O texto fundador de uma historiografia do país baseada na “mescla de raças” é de C. F. Ph. von Martius, 1845.

<sup>358</sup> Cf. G. Freyre 1933/1975, p. 315.

surge a figura do bezerro nascido “por defeito”, com “cara de gente, cara de cão”.<sup>359</sup> Idéia reforçada por uma cena do imaginário popular. A pessoa que vai, em meia-noite, a uma encruzilhada fazer o pacto, pode ali presenciar um espetáculo insólito: “[...] se comparece uma porca com ninhada de pintos, se não for uma galinha puxando barrigada de leitões”.<sup>(GSV: 40)</sup> Assim como o sentido culto de *natio* (“nação”) surgiu do sentido rústico de *natio* (“barrigada”), assim pode surgir, em qualquer dobra do texto, o espectro de uma nação dilacerada pela monstruosidade social.

Ou, então, uma nação de faz-de-conta, uma “nação de maracatu”, como aquela “população de um arraial baiano”, que cruza o caminho dos jagunços nos chapadões perto de Goiás, com padre, “homens, mulheres, as crias, os velhos”, cruz, imagem de igreja e até bandinha de música. Esse povo, que vai “para os diamantes”, é comparado a um cortejo carnavalesco. Desfile alegórico de um sonho coletivo: “[...] indo da miséria para a riqueza”.<sup>(GSV: 47)</sup>

Não é esse também o caminho de Riobaldo? Vejamos. “De herdado, fiquei com aquelas miserinhas”,<sup>(GSV: 87)</sup> constata ele logo após a morte de sua mãe. Pela condição em que nasceu, Riobaldo normalmente seguiria o mesmo rumo que milhões de menores pobres e miseráveis. Mas a história se desenrola de modo diferente. Ao ser levado para a fazenda de Selorico Mendes, Riobaldo é aceito “com grandes bondades”. É um ambiente em que “vive na lordeza”,<sup>(GSV: 95)</sup> recebe uma formação de letrado e de guerreiro, e no fim, se torna herdeiro de duas grandes fazendas. Sua herança por parte do pai, portanto, é em tudo o oposto daquela outra. Até aqui, a história tem algo de maravilhoso, como que

<sup>359</sup> “Gente” contém um amplo espectro semântico: “pessoa”, “família”, “povo”.

regida por um *deus ex machina*. O problema surge no momento em que Riobaldo faz a sua opção social. E esta ocorre, como vimos, na forma do pacto.

“[Q]uem foi que foi que foi o jagunço Riobaldo?”<sup>(GSV: 236)</sup> é a pergunta que se faz o protagonista-narrador. Como deve ele elaborar a sua história, tão desigual, tão antagônica, como a história social do Brasil? Ele apenas sabe que narrar é pesquisar a si mesmo: “Conto minha vida, que não entendi[?]”<sup>(GSV: 370)</sup> É um modo de narrar fragmentado e também, como veremos ao longo desta análise, criptografado.

Riobaldo concebe a sua história como uma história dividida: “O São Francisco partiu minha vida em duas partes”.<sup>(GSV: 235)</sup> Esse grande caminho da civilização brasileira, que costuma ser visto como o rio da “unidade nacional” (inclusive por Euclides), aparece aqui sob uma perspectiva radicalmente diferente: como o rio que divide. Essa divisão não tem nada de esquemático, tudo está embaralhado. Na margem esquerda do rio, ou seja, na banda onde ele nasceu, de mãe pobre, ocorrerá a ascensão de Riobaldo a chefe e sua integração à classe dominante. Já na margem direita, onde ele vivia com as regalias de um filho de latifundiário, Riobaldo opta pela existência de um raso jagunço, destino comum dos homens da plebe.

Esses elementos contraditórios talvez tenham que ser cruzados, como nas fórmulas das estruturas elementares de parentesco.<sup>360</sup> Uma chave se encontra, a meu ver, num episódio no meio do caminho, onde o protagonista reelabora sua história, num lugar chamado Currais-do-Padre. Ali, Riobaldo “deletreia” um romance, no qual acha “verdades, muito extraordinárias”: o *Senclér das Ilhas*.<sup>(GSV: 287)</sup> Este livro, como sugere Marlyse Meyer,

<sup>360</sup> Cf. Cl. Lévi-Strauss, 1949.

proporciona uma compreensão de *Grande Sertão: Veredas* como uma “história familiar”.<sup>361</sup> Se lermos o episódio do Currais-do-Padre sob a ótica freudiana do *romance familiar* — em que costuma ocorrer um enaltecimento fantasioso da figura do pai<sup>362</sup> — observamos ali, pelo contrário, um decidido rebaixamento. É que no Currais-do-Padre, onde os jagunços, que vinham andando a pé, recuperam seus cavalos, Riobaldo escolhe um animal “sendeiro e historiento”<sup>363</sup> ao qual dá o nome de “Padrim Selorico”. Cria-se assim a imagem do filho cavalgando em cima do pai. O que significa essa imagem? Uma carnavalesca troca de papéis: o filho “livre”, porém quase *famulus* — pertencendo meio à esfera da *família*, meio à da escravidão<sup>364</sup> — dominando o onipotente *pater familias*? Neste caso, seria retomada aqui uma cena emblemática da história social brasileira — o filho do senhor cavalgando o moleque escravo<sup>365</sup> —, mas desta vez com papéis trocados. E reforçada, ao que parece, por um fantasia do herói, que procura vingar-se do homem que possuiu sua mãe, fantasia perversa e indizível, porém sugerida pelo nome do lugar.<sup>366</sup> Esse rebaixamento é o contraponto dialético de uma outra imagem, em que Riobaldo

<sup>361</sup> M. Meyer, 1996, p. 47 e nota 59.

<sup>362</sup> Cf. S. Freud, 1909.

<sup>363</sup> Isto é: “velho, ruim e cheio de enjoamento”; cf. os verbetes “sendeiro” e “historiento”, in: N. Sant’Anna Martins, 2001.

<sup>364</sup> Cf. S. Buarque de Holanda, 1936/1969, p. 49.

<sup>365</sup> Cf. G. Freyre, 1933/1975, pp. 336 e 370. Cf. também o episódio da cavalgada de Brás Cubas em cima do moleque Prudêncio, no romance de Machado de Assis, 1880, cap. XI (“O menino é pai do homem”).

<sup>366</sup> Quanto às fantasias de Riobaldo, enquanto filho de uma *bugre*, convém lembrar a conotação de “pecado imundo” e “sodomita” que tinha esse termo entre os colonizadores portugueses; cf. G. Freyre, 1933/1975, p. 119.

enaltece o seu pai: antes e depois do pacto com o Diabo, ao medir forças com o fazendeiro-mor “seô” Habão. (cf. GSV: 315 e 335)

Portanto, um autêntico romance familiar, no sentido freudiano — e que se desdobra num episódio altamente significativo do romance de formação do Brasil.

Por meio do enfoque do nascimento, da formação da família e da introdução do elemento satânico, a compreensão do dilaceramento da nação, diagnosticado por Euclides, é substancialmente aprofundada por Guimarães Rosa. Além de trazer a questão da esfera racial e culturalista para os campos social, econômico e político, ele substitui as abstratas antíteses por uma apresentação mais concreta, micro-histórica, de “pessoas de carne e sangue”. Selorico Mendes possuindo a Bigrí, e o filho *famulus* cavalgando satanicamente o *pater familias* — eis a *forma familiar* através da qual o romancista nos confronta com o antagonismo mais profundo da sociedade brasileira: *senhor versus escravo*. Atormentado pela culpa, Riobaldo vive esse antagonismo em seus delírios de febre, no fim da história, entre a lembrança da “casinha pobre” e a entrada na posse da “grande fazenda”. (GSV: <sup>456</sup>) Chegou o momento de aprofundarmos o estudo da sociedade dilacerada em *Grande Sertão: Veredas* com base em um ensaio já várias vezes referido e que interpreta o Brasil precisamente a partir desses dois ambientes: a fazenda e a casinha pobre, ou seja, a casa-grande e a senzala.

### 3. “Eu, escravo — eu, senhor!”

Com *Casa-grande & senzala* (1933), de Gilberto Freyre, a análise do dilaceramento do país desloca-se da perspectiva étnico-cultural para a econômico-social. A teoria euclidiana do choque entre povos, raças e civilizações é substituída por uma expli-

cação que focaliza as estruturas econômicas e a diferença entre as forças sociais. Em seu estudo sobre a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal, Freyre identifica como “predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo”, o antagonismo entre “o senhor e o escravo”.<sup>367</sup> Contudo, este conflito acaba sendo apresentado com uma visão amainadora; de acordo com o sociólogo, “a formação brasileira tem sido [...] um processo de *equilíbrio* de antagonismos”.<sup>368</sup>

Como é que Guimarães Rosa se posiciona diante dessas colocações? Assim como existe no seu romance um intenso diálogo com a obra de Euclides, também se observa em *Grande Sertão: Veredas* uma forte presença de *Casa-Grande & Senzala*. O paralelismo entre os dois títulos é perfeito, em termos semânticos, sonoros e métricos — mas não menos significativa é a oposição entre o símbolo do entrelaçamento harmonioso, na obra de Freyre, e a composição em forma de contraponto, em Guimarães Rosa. Essa divergência mínima na composição dos títulos revela-se máxima no tratamento dado por cada um dos dois autores ao antagonismo fundamental da sociedade brasileira. De modo geral, podemos anteciper que Guimarães Rosa é mais radical que Freyre: o antagonismo senhor *versus* escravo é incorporado à sua obra discretamente, mas sem harmonização.

Essa discreção é condicionada também pelo fato de a escravatura, na região pastoril do sertão, se manifestar de forma menos ostensiva que na zona açucareira — o que não significa que seja inexistente. As afirmações de Freyre sobre a influência “apenas indireta e remota” da escravidão no sertão ou sobre o

<sup>367</sup> G. Freyre, 1933/1975, p. 53.

<sup>368</sup> *Ibidem*; grifo meu.

sertão “antiescravocrata”<sup>369</sup> são contestadas pelo testemunho de Euclides da Cunha sobre a “servidão inconsciente” dos sertanejos e o estatuto dos vaqueiros como “servos submissos”.<sup>(OS: 65, 111)</sup> Essa servidão inconsciente é tematizada em *Grande Sertão: Veredas* e trazida para o nível da consciência.<sup>370</sup> É o que será demonstrado aqui por meio de uma análise, no romance, desses lugares emblemáticos da ordem escravocrata que são as casas-grandes ou fazendas. Longe de serem lugares de um “*equilíbrio* de antagonismos”, como quer Gilberto Freyre, elas se revelam, em Guimarães Rosa, [sítios arqueológicos da história da servidão].

A leitura de *Grande Sertão: Veredas* pelo prisma de *Casa-grande & senzala* aguça a percepção para a importância das fazendas no romance.<sup>371</sup> O regime vigente no sertão de Guimarães Rosa — que representa a região central do Brasil e, alegoricamente, o país inteiro — é o da sociedade patriarcal, caracterizada pelo pleno poder do grande proprietário ou grande potentado sobre seus agregados, cuja condição oscila entre “homens livres” e servos. Os símbolos dessa ordem são as casas-grandes: “A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção [...]; de trabalho [...]; de transporte [...]; de religião [...]; de vida sexual e de família [...]; de higiene do corpo e da casa; de política [...]”.<sup>372</sup> Se examinamos sob esse aspecto a composição de *Grande Sertão: Veredas*, percebe-

<sup>369</sup> *Op. cit.*, pp. 376 e 31.

<sup>370</sup> É significativo que, no exemplar d’*Os Sertões* anotado por G. Rosa, sete das cerca de sessenta anotações se concentrem no subcapítulo “Servidão inconsciente”.

<sup>371</sup> Convém lembrar, com E. da Cunha,<sup>(OS: 94)</sup> que todos os povoados, vilas ou cidades do sertão têm sua origem em antigas fazendas de gado.

<sup>372</sup> G. Freyre, 1933/1975, p. lxiii.

mos que a espinha dorsal do romance é constituída por um “mapa de fazendas”. Como pontos de comando dos donos do poder e símbolos da ordem de servidão, elas balizam a trama dos acontecimentos e a narração. A análise desse mapa será feita aqui em função do antagonismo “senhores *versus* escravos”.

Começemos pela perspectiva narrativa. O narrador é um latifundiário e o lugar da narração, uma de suas fazendas, às margens do Rio São Francisco.<sup>373</sup> Constitui-se assim, emoldurado pelo prólogo e o epílogo, um retrato do Brasil próximo da visão da classe dominante. Nesse quadro, a história narrada inicia-se, cronologicamente falando, com Riobaldo pedindo esmolas, no porto do Rio-de-Janeiro, assim como, no final da história, pedem esmolas os ex-jagunços, dispensados pelos seus patrões. Quer dizer: a ordem patronal representada pelo *status* do narrador é emoldurada, por sua vez, pela multidão dos marginalizados e dos sem-posses. Pesa aqui a dupla posição social do personagem-narrador, pertencendo, pelo lado paterno, à classe dos fazendeiros e, pelo lado da mãe, à plebe. Essa dupla identidade social é responsável também pela fragmentação do relato, o constante vai-e-vem entre as classes e a variação de perspectiva.

No mapa das fazendas, a principal referência para Riobaldo é a casa-grande do São Gregório, sobretudo em termos de busca de identidade. Em relação ao dono, seu padrinho e pai, o coronel Selorico Mendes, o protagonista-narrador mantém uma posição de meia distância, como se vê por esta declaração: “Eu não gostava dele, nem desgostava. [...] Acabei [...] fugindo do São Gregório”.<sup>(GSV: 90)</sup> A história de Riobaldo é a de um filho de fazendeiro que sai da casa do pai, “sujeito da terra definitivo”, para fazer seu

<sup>373</sup> Aqui também o leitor pode recorrer aos mapas topográficos 4, 5, 6 e 7 (pp. 68-69, 102-103, 108-109, 114-115).

aprendizado da ordem social no meio dos “homens provisórios”. Essa trajetória permite-lhe conhecer todos os degraus intermediários na escala social entre o *famulus* quase escravo, o filho meio liberto, meio rebelde, o “homem livre” e o herdeiro sucessor do *pater familias*, que é o papel com o qual, no final da história, Riobaldo acaba se integrando na classe dos latifundiários.

Com isso, a postura do narrador rosiano é bem diferente da de Gilberto Freyre, afetiva e ideologicamente envolvido com a tradição da casa-grande. A meia distância em relação à classe dominante é um recurso estratégico de Guimarães Rosa para poder tratar com maior liberdade do antagonismo entre senhores e escravos. Em vez de procurar harmonizar, como Freyre, as duas esferas antagônicas, ele coloca em cena um sistema cuja função político-ideológica consiste precisamente em mascarar o antagonismo entre senhores e servos: o “sistema jagunço”, que proporciona à mão-de-obra a ilusão de estar acima da pobreza e miséria generalizadas.<sup>[Grande Sertão: Veredas é a encenação e o desmascaramento desse sistema, com um protagonista-narrador que transita entre a esfera dos braços-de-armas e a dos senhores. Se a harmonização por parte de Freyre encobre os conflitos sociais, Guimarães Rosa apresenta uma leitura a contrapelo, mostrando como funciona a ideologia desse encobrimento.]</sup>

“[C]ada lugar é só de um grande senhor, com sua família geral, seus jagunços mil.”<sup>(GSV: 88)</sup> Com estas palavras, Selorico Mendes, como membro da oligarquia rural, esboça um panorama da rede dos latifundiários que comandam a “alta política”. A perspectiva narrativa está próxima das ramificações locais do poder, de patrões como “seô” Habão, “seô” Ornelas e, mais tarde, o próprio Riobaldo; a partir daí entrevêm-se interações com “grandes fazendeiros e políticos” do Estado, como “seô” Sul de Oliveira, coronel Caetano Cordeiro ou o doutor Mirabô de Melo, que financiam as campanhas de chefes de jagunços como Joca Ramiro

ou Zé Bebelo;<sup>(cf. GSV: 137, 103)</sup> sendo que algumas dessas conexões alcançam o nível nacional, como o atestam as viagens do coronel Rotílio Manduca à capital da República.<sup>(cf. GSV: 346)</sup> Todos esses homens são exemplos dos “verdadeiros donos do Brasil”,<sup>374</sup> isto é, de senhores sobre a vida e morte das pessoas comuns. Seu poder é poder de matar: “seo” Ornelas: “[a]í falam em sessenta ou oitenta mortes contáveis”,<sup>(GSV: 341)</sup> coronel Rotílio Manduca: “[d]ele [...] se diz: umas duzentas mortes!”<sup>(GSV: 346)</sup> Medeiro Vaz: “[...] era solene de [...] se traçar o sinal-da-cruz e dar firme ordem para se matar uma a uma as mil pessoas”.<sup>(GSV: 26-27)</sup>

Na primeira metade do romance predomina a idealização da jagunçagem, com a apologia dos “fazendeiros graúdos mandadores”, por parte de Selorico Mendes; o gesto espetacular de abolição da propriedade, por Medeiro Vaz, que “pôs fogo na distinta casa-de-fazenda, fazendão sido de pai, avô, bisavô”;<sup>(GSV: 36-37)</sup> e a cavalgada “por justiça e alta política”, dos guerreiros chefiados por Medeiro Vaz e Joca Ramiro. A idealização atinge seu auge no episódio do julgamento de Zé Bebelo na Fazenda Sempre-Verde, do doutor Mirabô de Melo, que funciona como uma grande *mise-en-scène* do sistema jagunço. Com Joca Ramiro abrindo a palavra para qualquer um dos quinhentos cabras ali presentes, para julgar aquele chefe, encena-se uma ilusão de igualdade entre os senhores todo-poderosos e os rasos jagunços. Trata-se de um “equilíbrio de antagonismos” ou de uma grande dissimulação?

A partir do assassinato de Joca Ramiro, quando se inicia a segunda metade da história, acentuam-se os sinais de desidealização e degradação do sistema. Mesmo antes, já surgiram alguns sinais que desmentem a apologia da vida “livre” no sertão. Ao explicar a palavra “vereda” — que é o contraponto do *grande*

<sup>374</sup> G. Freyre, 1933/1975, p. lxxvii.

sertão, e que ocupa no título do romance de Guimarães Rosa o lugar correspondente à palavra “senzala” no ensaio de Freyre —, Riobaldo evoca uma fazenda velha no ribeirão Entre-Ribeiros: “[...] lá judiaram com escravos e pessoas, até aos pouquinhos matar...”. Logo ele acrescenta: “[...] eu nisso não acredito [...]”. O senhor deve de ficar prevenido: esse povo diverte por demais com a baboseira, dum traque de jumento formam tufão de ventania. Por gosto de rebuliço. Querem-porque-querem inventar [...]”.<sup>(GSV: 59)</sup> O leitor está, portanto, diante de dois depoimentos contraditórios: um povo que supostamente inventa e um narrador que não acredita nessa história.

O tema controverso da escravidão, introduzido discretamente naquela passagem, ressurgiu com maior visibilidade no episódio da Fazenda dos Tucanos, descrita detalhadamente como uma “casa-grande” com suas “senzalas”<sup>(cf. GSV: 267, 245)</sup> — o que faz com que esse lugar represente também um lugar intertextual, de diálogo com a obra de Gilberto Freyre. A escravidão vem à tona através de um trabalho por assim dizer arqueológico. Riobaldo descobre papéis velhos, ainda do tempo do Imperador, entre os quais “[a] fatura de negócios com escravos, compra, os recibos, por Nicolau Serapião da Rocha”.<sup>(GSV: 251)</sup> Desta vez, o narrador tem em mãos documentos escritos, aos quais costuma-se atribuir autoridade e valor de prova maiores que aos testemunhos da memória popular e da história oral. Ocorre que a Fazenda dos Tucanos não é só um lugar onde antigamente se negociava o ser humano, mas onde os “pobres jagunços”, inclusive Riobaldo, nesse exato momento, correm o risco de se tornarem objeto de uma negociata entre seu chefe Zé Bebelo e as forças do Governo. Ironicamente, o documento dessa transação é “o espaço em baixo, ou a banda de trás, reverso dita”, daquela mesma fatura, usada por Riobaldo como papel, “achado por ali, nos quartos, em remexidas gavetas”. Escrevente sob as ordens de Zé

Bebelo, Riobaldo estaria assinando assim o recibo de sua própria venda...

Dali em diante, a degradação da vida dos jagunços acentua-se cada vez mais. Nos latifúndios de "seô" Habão, Riobaldo, junto com seus companheiros, sente na carne a ameaça de um sistema que, conforme a história oficial, já não devia existir mais: "[S]eô Habão [...] cobiçava a gente para escravos!" (GSV: 314) Quer dizer, a estrutura secular da ordem escravocrata, apesar de ter sido formalmente abolida — no que foi "o momento talvez mais decisivo de todo o nosso desenvolvimento nacional"<sup>375</sup> — continua presente na mentalidade e na atitude dos senhores, cujo poder econômico e político ficou intacto. O comportamento de "seô" Habão provoca em Riobaldo uma "inquietação": ele sente com toda força o antagonismo entre o "fazendeiro-mor", que é "sujeito da terra definitivo", e o jagunço, que "não passa de ser homem muito provisório" (GSV: 312-313)

Esse estado latente de escravidão, essa "presença ausente" na vida dos jagunços "livres",<sup>376</sup> de que Riobaldo se conscientiza frente a "seô" Habão, na verdade já havia sido experimentado por ele num episódio anterior. Em sua primeira batalha, na Mata da Jaíba, ele se dá conta de que sua vida está inteiramente nas mãos do comandante, o Hermógenes: "[...] eu estava ali era feito um escravo de morte, sem querer meu, no putto do homem, no danadório!" (GSV: 163)

Individual é o diagnóstico do problema, e individual é também a solução. Por meio do pacto com o Demônio, Riobaldo consegue algo que não costuma acontecer na história: a ascensão do escravo a senhor. No momento em que ocorre essa metamor-

<sup>375</sup> S. Buarque de Holanda, 1936/1969, p. 127.

<sup>376</sup> Cf. M. S. de Carvalho Franco, 1969/1974, p. 9.

fose, Riobaldo exclama exultante: "Ao pois, quem era que ordenava, se prazia e mandava? Eu, senhor, eu: por meu renome, o Urutú-Branco..." (GSV: 335) É a manifestação indisfarçada do prazer de comandar os outros, de reduzi-los a "rebanho". O protagonista está embevecido do poder: "eu de todos era o chefe", "quando eu mandasse uma coisa, ah, então tinha de se cumprir", "[t]inham me dado em mão o brinquedo do mundo" (GSV: 338, 332) <sup>377</sup>

O restante pode ser sintetizado em poucas palavras. São os estratagemas usados por Riobaldo para passar da "casinha pobre" para a "grande fazenda" (GSV: 456) Primeiramente, a preparação cuidadosa do casamento com Otacília, da Fazenda Santa Catarina, "perto do céu", filha do dono e também "dona de tantos territórios agrícolas e adadas pastagens" (GSV: 145, 268) Segundo, a campanha contra o Hermógenes, proprietário de "gados e fazendas [...] nos gerais da Bahia", cujo aniquilamento se inicia com uma ofensiva contra a base: "[...] eu [...] ia atacar a Fazenda dele, com família" (GSV: 309, 382) Para esse empreendimento, Riobaldo recruta toda a mão-de-obra disponível, "rebanhal", entre os sem-posses e os miseráveis. E em terceiro lugar, as alianças com figuras da oligarquia local, "seô" Habão e "seô" Ornelas, num jogo de ameaças e oferta de proteção. Com tudo isso, e mais as duas fazendas recebidas em testamento de Selorico Mendes, Riobaldo acaba se integrando à classe dominante.

Considerando-se toda essa trajetória do protagonista-narrador de *Grande Sertão: Veredas*, seu intenso transitar pela rede dos donos do poder, com graus variáveis de distanciamento e aproximação, e levando em conta também o seu duplo nascimen-

<sup>377</sup> Mais uma vez deve ser lembrada a cena da cavalgada de Brás Cubas, para quem o moleque Prudêncio não é o "companheiro de brinquedos" (G. Freyre, 1933/1975, p. 223), mas o próprio brinquedo.

to, seria o fazendeiro e dono de jagunços Riobaldo uma figura representativa de sua classe?

É verdade que Riobaldo *representa* o sistema, mas ele não o *reproduz*. Apesar de toda a valorização da família, chama a atenção o fato de Riobaldo não deixar filhos. O protagonista rosiano não encarna o desejo de perpetuar o sistema vigente através de herdeiros. Assim, embora o romance apresente uma descrição exata da grande propriedade rural, enquanto concentração do poder patriarcal e símbolo da servidão, ele mantém uma postura de distanciamento com relação ao seu objeto. Enquanto Gilberto Freyre valoriza a ação civilizatória dos senhores de terras e escravos com uma atitude de empatia, Guimarães Rosa mostra o funcionamento da ordem vigente através de uma distância móvel. É a ótica de um grande proprietário, sim, mas com uma profunda inquietação social — como o fazendeiro endemoninhado da estória que “no quarto de sua casa, uivando lobúm, suplicava alívio do calorão, e carecia mesmo que os escravos despejassem nele latas e baldes d’água, ao constantemente [...]” (GSV: 456)

Também é verdade que Riobaldo, apesar de não reproduzir biologicamente o sistema, o representa e o encena através de seus discursos. O sistema das “potentes chefias”, dos senhores de extensas terras e de jagunços, acaba sendo encarnado de modo exemplar pelo protagonista-narrador rosiano, que deixa uma inequívoca advertência para os que pensam em reverter essa ordem:

“Chegassem viessem aqui com guerra em mim, com más partes, com outras leis, ou com sobejos olhares, e eu ainda sor-teio de acender esta zona [...]! E sozinho não estou, [...] coloquei redor meu minha gente. [...] Inimigo vier, a gente cruza chamado, ajuntamos: é hora dum bom tiroteiamento em paz, exp’rimentem ver.” (GSV: 21-22)

Essa fala do latifundiário Riobaldo cuidando da defesa de sua propriedade já foi detalhadamente comentada em nossa análise do pacto. Depois de termos examinado o dilaceramento da sociedade a partir de uma perspectiva próxima da dos senhores, consideremos agora o ponto de vista da mão-de-obra.

#### 4. Máquina de gastar gente

A análise do Brasil por Gilberto Freyre, em termos de um antagonismo entre a *casa-grande* e a *senzala*, foi redimensionada por interpretações posteriores que levaram em conta a transição, ocorrida na segunda metade do século XIX, da economia escravista para o trabalho assalariado. Assim, um diagnóstico mais preciso da divisão da sociedade brasileira foi apresentado por Caio Prado Jr. em *Formação do Brasil contemporâneo* (1942). O autor realça a diferença fundamental entre o “pequeno número de empresários e dirigentes que senhoreiam tudo, e a grande massa da população que lhe serve de mão-de-obra”. Enquanto aquele grupo se caracteriza por uma “concentração extrema da riqueza”, a grande maioria é mantida num “nível ínfimo de existência”. Desta “organização fundamental do país”, “o trabalho escravo não é senão um dos aspectos, que abolido, se substitui por outro que continuou, com pouca diferença”.<sup>378</sup>

Concomitantemente, a *Formação do Brasil contemporâneo* focaliza um contingente que Gilberto Freyre não considerou e que corresponde a cerca da metade da população: os “desclassificados, inúteis e inadaptados”, “aquele contingente vultoso em que Couty [...] veria o ‘povo brasileiro’, e que [...] daria como ine-

<sup>378</sup> C. Prado Jr., 1942/1971, pp. 129 e 124.

xistente, [...] com aquela sentença que ficaria famosa: 'Le Brésil n'a pas de peuple'.<sup>379</sup> A partir do estudo de Caio Prado Jr., a importância do "povo" foi enfatizada também por outros intérpretes do país: sob o ângulo de uma análise econômica da mão-de-obra, em Celso Furtado (1958);<sup>380</sup> sob a categoria dos "homens livres", em Maria Sylvia de Carvalho Franco (1969); e como uma história alternativa do Brasil, centrada na mão-de-obra, em Darcy Ribeiro (1995).<sup>381</sup> Em que medida estes estudos podem contribuir para uma melhor compreensão do romance de Guimarães Rosa, onde a sociedade é mostrada tanto a partir do ângulo dos senhores quanto da mão-de-obra?

Uma vez que o caminho de uma análise de *Grande Sertão: Veredas* à luz de pesquisadores como Caio Prado Jr. e Maria Sylvia de Carvalho Franco já foi trilhado por Walnice Galvão (1972),<sup>382</sup> vamos nos inteirar primeiramente dos resultados obtidos. O estudo de Walnice sobre a "plebe rural" e o "inútil utilizado" é uma síntese muito elucidativa, porém as informações dos sociólogos e historiadores predominam totalmente sobre as do romancista, como se este fosse apenas corroborá-las. Ora, o que resta a descobrir é a qualidade específica do conhecimento proporcionado pela ficção, em comparação com o dos estudos histórico-sociológicos. É preciso investigar os recursos de forma, perspectiva e composição do romance, usados para a representação da mão-de-obra, que fornecem informações ao mesmo tempo complementares e diferentes dos termos cognitivos do sociólogo ou do historiador.

<sup>379</sup> Op. cit., p. 281.

<sup>380</sup> C. Furtado, 1958/1995, sobretudo pp. 117-141.

<sup>381</sup> D. Ribeiro, 1995, pp. 287-444.

<sup>382</sup> Cf. W. Galvão, 1972, especialmente pp. 35-47.

No contingente dos "desclassificados, inúteis e inadaptados", trazido para o primeiro plano por Caio Prado Jr., recruta-se a mão-de-obra jagunça que povoa o romance de Guimarães Rosa. Acompanhando o dia-a-dia do "raso" jagunço Riobaldo, o romance faz o leitor viver a ideologia dos *homens livres*. A sensação dos jagunços de estarem acima das contingências da pobreza e da submissão que afetam o grosso da população, faz parte de sua autoconsciência e auto-estima: "[P]rezei a minha profissão [...], vida [...] vivida por cima",<sup>(GSV: 57)</sup> declara Riobaldo. Essa sensação de liberdade coloca-se como um véu diante do "país de mil-e-tantas-misérias". Trata-se de uma imagem construída e propagada pelos chefes, que acenam com vantagens para seus comandados e apelam para instintos criminosos, que são legitimados: "[A]tacando bons lugares, em serviço para chefes políticos".<sup>(GSV: 177)</sup> Como integrante do sistema jagunço, o sertanejo é alienado de sua condição real: é condicionado para achar-se superior aos pobres e miseráveis, apesar de continuar pertencendo a esse seu meio de origem. Com Riobaldo situado no meio dos jagunços, o romance nos faz experimentar aquela ilusão, para aos poucos desmontá-la — um processo mental que o gênero ficcional sabe expressar com qualidade superior.

O componente ideológico e enganador do sistema é identificado por alguns dos próprios jagunços, como mostra a fala do Gú: "A gente é braço d'armas, para o risco de todo dia".<sup>(GSV: 207)</sup> Para Riobaldo, a consciência de ser usado como "material humano" — o que ele já pressentiu sob o comando do Hermógenes e durante a batalha da Fazenda dos Tucanos — desperta definitivamente no confronto com a miséria dos *catrumanos*: "[Q]ue é que eu era? Um raso jagunço atirador, cachorrando por este sertão".<sup>(GSV: 305)</sup> A partir desse momento, Riobaldo decide mudar de rumo. Fortalecido pelo pacto com o Demônio, ele disputa e assume a chefia, passando para o outro lado da ordem so-

cial. De raso jagunço, ele se transforma em empresário de jagunços. Com isso o leitor, acompanhando a perspectiva de Riobaldo, passa a ver a história de outro ângulo social.

Assim como existe em *Grande Sertão: Veredas* um mapa das fazendas, há também um “mapa da mão-de-obra”. Este mapa, porém, não tem referências topográficas fixas, tão pouco como os sem-posses, que são os jagunços companheiros de Riobaldo e a população civil que eles encontram pelo caminho. “Ali eu estava no entremeio deles”, (GSV: 143) explicita o narrador a sua perspectiva de apresentação, que é freqüente também nos contos de Guimarães Rosa. O traço original do romance é a metáfora usada para designar esse meio: “Aquele povo — rio que se enche [...]” (GSV: 197) Com isso, o papel do narrador Riobaldo, cuja etimologia definimos inicialmente como a de um “explorador do rio da civilização brasileira”, se desdobra no de um investigador do povo; sendo que “povo”, nesse contexto, é amplamente sinônimo de “mão-de-obra”. A observação participante do narrador rosiano tem traços em comum com o trabalho de campo do antropólogo ou sociólogo, mas difere deste pelo engajamento existencial, de vida ou morte. Só que ainda não chegou o momento de nos determos nisso.

Outra peculiaridade do romance é que a apresentação do “povo” se faz essencialmente por meio de nomes próprios individuais. É a função primordial da linguagem, nomeadora, que se opõe à dissolução pela abstração conceitual. A título de exemplo, vejamos o “rol de nomes” mais significativo, bem no meio do livro. São cerca de oitenta nomes de indivíduos com brevíssimo retrato, destacando profissão, habilidade, fisionomia ou alguma peculiaridade. Eis um recorte:

“Aí o senhor via os companheiros, um por um: [...] o Alaripe, que era de ferro e de ouro, e de carne e osso, e de minha

melhor estimação; [...] *João Concliz*, que com o *Sesfêdo* porfiava, assoviando imitado de toda qualidade de pássaros, este nunca se esquecia de nada; o *Quipes*, sujeito ligeiro, capaz de abrir num dia suas quinze léguas, cavalos que haja; *Joaquim Beijú*, rastreador, de todos esses sertões dos Gerais sabente; o *Tipote*, que achava os lugares d'água, feito boi geralista ou buriti em broto de semente; [...] o *Quêque*, que sempre tinha saudade de sua rocinha antiga, desejo dele era tornar a ter um pedacinho de terra plantadeira; o *Marimbondo*, faquista, perigoso nos repentes quando bebia um tanto de mais; o *Acauã*, um roxo esquipático, só de se olhar para ele se via o vulto da guerra; [...] o *Conceição*, guardava na sacola todo retrato de mulher que ia achando, até recortado de folhinha ou de jornal; *José Gervásio*, caçador muito bom; [...] o *Prêto Mangaba*, [...] dizia-se que entendia de toda mandraca; [...] o *Coscorão*, que tinha sido carreiro de muito ofício, [...]; o *Jacaré*, cozinheiro nosso; [...] o *Marruaz*, homem desmarcado de forçoso: capaz de segurar as duas pernas dum poldro; *Guima*, que ganhava em todo jogo de baralho, era do sertão do Abaeté; *Jiribibe*, quase menino, filho de todos no afetual paternal; o *Moçambicão* — um negro enorme, pai e mãe dele tinham sido escravos nas lavras; [...] o *Jequitinhão*, antigo capataz arrieiro, que só se dizia por ditados; o *Nelson*, que me pedia para escrever carta, para ele mandar para a mãe, em não sei onde moradora; *Dimas Dôido*, que doido mesmo não era, só valente demais e esquentado; o *Sidurino*, tudo o que ele falava divertia a gente; *Pacamã-de-Prêsas*, que queria qualquer dia ir cumprir promessa, de acender velas e ajoelhar adiante, no São Bom Jesus da Lapa; *Rasga-em-Baixo*, caolho [...], com movimentos desencontrados, dizia que nunca tinha conhecido mãe nem pai; o *Fafafa*, sempre cheirando a suor de cavalo, se deitava no chão e o cavalo vinha cheirar a cara dele; [...] um *José Quitério*: comia de

tudo, até calango, gafanhoto, cobra; [...] *Raymundo Lé*, puçanguara, entendido de curar qualquer doença, e *Quim Queiroz*, que da munição tomava conta, e o *Justino*, ferrador e alveitar” (GSV: 242-243)

Este retrato coletivo, registrado pouco antes do episódio da Fazenda dos Tucanos, é da fase de melhor integração de Riobaldo no bando, no caso, o dos zé-bebelos. Sua relação com eles é de “boa camaradagem”: “Com todos, quase todos, eu bem combinava [...]” (GSV: 242) Antes, apesar de o primeiro contato com o meio dos jagunços ter sido facilitado por Diadorim, Riobaldo passou por um demorado processo de adaptação, no bando dos hermógenes, e mesmo ainda entre os medeiro-vazes. Depois, com ele exercendo o papel de comandante, o próprio cargo criou um afastamento. O protagonista-narrador é um espírito aberto ao meio em que vive, mas não nega suas idiosincrasias e não deixa de marcar diferenças. “A companheirada naqueles derradeiros tempos”, declara Riobaldo sobre o contato com os medeiro-vazes, “[...] me caceteava com um enjôo, todos eu achava muito ignorantes, grosseiros cabras” (GSV: 50) É uma observação participante e crítica, sem idealização do povo, nem do próprio observador. A postura geral do narrador em relação aos braços-de-arma acaba sendo, portanto, de meia distância, assim como em relação aos donos do poder.

Com o retrato acima, Guimarães Rosa sintetiza num rico painel a coletividade dos jagunços, mostrando a variedade de tipos humanos, sua adaptação ao meio, sua condição social, pedaços de sua história, seus conhecimentos, suas habilidades e funções no grupo, temperamentos e formas de afetividade, desejos, necessidades, privações, crenças, em suma: um quadro da cultura, da mentalidade e do tipo de sociabilidade.

Não é uma sociabilidade que se articula politicamente. O

narrador chama a atenção para o fato: “Olhe: jagunço se rege por um modo encoberto [...]; quando no meio deles se trança um ajuste calado e certo, com semelho, mal comparando, com o governo de bando de bichos — caititú, boi, boiada, exemplo” (GSV: 129) Ou seja, é uma forma de convívio rudimentar, um ajuntamento temporário, com cada qual permanecendo recluso em sua individualidade, em detrimento de uma articulação coletiva dos interesses.<sup>383</sup> Essa sociabilidade rudimentar é expressa no romance de Guimarães Rosa pela forma de composição: pela justaposição assindética dos nomes e pela encenação do movimento de ajuntamento e dispersão. Aquele rol de cerca de oitenta nomes é um instantâneo que concentra várias das constelações de cinco, seis, dez indivíduos, que até aí apareceram esparsas pelo livro; sendo que, dali em diante, haverá uma nova dispersão em pequenos conjuntos...<sup>384</sup>

A dispersão é mais característica ainda da população civil, que vive nas veredas e nos chapadões atravessados pelos jagunços em suas andanças. Enquanto os companheiros de Riobaldo são retratados de perto, através de uma observação participante, os moradores são vistos de mais longe, como pela ótica de um viajante. Esparsas pelo livro inteiro, aparecem assim figuras como estas:

<sup>383</sup> Cf. M. S. de Carvalho Franco, 1969/1974, pp. 217-218, que observa entre os homens livres, na defesa de seus interesses, o predomínio da ação “pessoal” sobre os “termos organizados” coletivamente.

<sup>384</sup> Fica assim demonstrada também a tese lançada no capítulo II deste ensaio, a de que a representação do povo em GSV se dá em forma de constelação ou de hipertexto. Trata-se de uma escrita essencialmente não-seqüencial, uma composição em pedaços, em que o leitor tem de saltar de um fragmento para outro, seguindo os caminhos de leitura sugeridos pelo narrador e descobrindo os seus próprios, num mapa deliberadamente labiríntico.

“pretos [que] bateavam em faisqueiras”;<sup>(GSV: 28)</sup> um “pai de família faminta”;<sup>(GSV: 57)</sup> “vaqueiros [...] vaquejando”;<sup>(GSV: 58)</sup> um “preto [...], descampando mato”;<sup>(GSV: 111)</sup> “um capiauzinho”, “levando meio saco de milho na garupa”;<sup>(GSV: 160)</sup> “uma tropa de cargueiros”;<sup>(GSV: 182)</sup> um lavrador, com sua “mulherzinha” e “cinco ou seis meninos”;<sup>(GSV: 222-223)</sup> “um boiadeiro, [...] com seus camaradas”;<sup>(GSV: 244)</sup> “[u]m homenzinho distante, roçando, lenhando”;<sup>(GSV: 289)</sup> “groteiros” e “caturmanos”, “que nem mansas feras”;<sup>(GSV: 291-292)</sup> “[g]ente, gentinha, [...] roceiros em seu serviço”;<sup>(GSV: 332)</sup> um “arrieiro de tropa”, “com carga de fumo, mantas de borracha, couros de onça e cera de palmeiral”;<sup>(GSV: 354)</sup> um velho que “sabia todas as coisas práticas da labuta, da lavoura e do mato”.<sup>(GSV: 393)</sup> [Sem falar da legião de prostitutas<sup>GSV: 102, 180</sup> e de enfermos.<sup>GSV: 48, 296-297</sup>] Tudo isso em meio de “gente [...] de todas as pobrezas e desgraças” ...<sup>(GSV: 336)</sup> 385

A forma dispersa de o romance representar o povo e a mão-de-obra corresponde a um quadro real: é “uma massa de população totalmente desarticulada, trabalhando com baixíssima produtividade numa agricultura de subsistência”. Assim, Celso Furtado, em *Formação econômica do Brasil*,<sup>386</sup> caracteriza a situação em Minas Gerais, em fins do século XVIII, quando o sistema, com o colapso da produção de ouro, foi se atrofiando e se desagregou. Tal situação é recorrente. A “*economia de subsistên-*

<sup>385</sup> Norem-se, nesse retrato coletivo, dois momentos de maior identificação do narrador com pessoas do povo: Riobaldo ora se imagina um “capiau”,<sup>(GSV: 160)</sup> ora um “coitado morador”.<sup>(GSV: 308)</sup> Essa seria de fato a condição comum de uma pessoa nascida, como ele, de mulher pobre.

<sup>386</sup> C. Furtado, 1958/1995, p. 86.

cia” é associada por Furtado com um estágio ao qual o país sempre volta nos momentos de recessão<sup>387</sup> — sendo o sertão a região típica do regime de subsistência, estagnação e subdesenvolvimento. Enquanto Furtado, que realça a “disparidade” entre as regiões desenvolvidas e estagnadas do Brasil, aposta no “desenvolvimento”, Guimarães Rosa retrata um país quase parado. Representando-o alegoricamente através do sertão, ele focaliza as estruturas rotineiras, quase imóveis, os problemas cronicamente não resolvidos.

A presença dispersa da mão-de-obra em *Grande Sertão: Veredas* é também indício de um problema social mais abrangente. Ao longo da história do Brasil, como lembra Darcy Ribeiro, o sertão foi considerado um “vasto reservatório de força de trabalho barata”.<sup>388</sup> Se os moradores são ariscos que nem bichos do mato (aos quais são comparados pelo narrador rosiano), é também por um medo atávico de recrutamento. O recrutamento — “o maior espantinho da população”, durante toda a fase colonial e até os tempos do Império<sup>389</sup> — é um tema tratado detalhadamente no romance.

Com o recrutamento de braços “para o risco de todo dia”, de “jagunços mil”,<sup>(GSV: 207, 88)</sup> por parte dos empreiteiros de “alta política” e de crimes, ocorre uma concentração da mão-de-obra dispersa. Numa situação de penúria e miséria generalizadas, com perspectivas de melhoria praticamente nulas, a passagem do trabalho na roça para o ofício de armas é uma alternativa tentadora. É o que se observa em casos individuais, como o de Jõe Bexiguento; em pequenos grupos, como o dos cinco urucuianos; e em gran-

<sup>387</sup> Cf. op. cit., p. 84.

<sup>388</sup> D. Ribeiro, 1995, p. 347.

<sup>389</sup> C. Prado Jr., 1971, p. 310.

de escala. Foi assim que Medeiro Vaz reuniu a “rapaziagem dos campos, e saiu por esse rumo em roda, para impor a justiça”. (GSV: 37) De modo semelhante procedeu Joca Ramiro, com seus subchefes Ricardão e Hermógenes, reunindo mais de quinhentos homens. “De onde vinha tudo [...]?”, pergunta-se Riobaldo, em vista da “farta comida” e dos “[g]êneros e bebidas boas”, “em redondezas tão pobrezinhas”. (GSV: 128) Um contingente de “perto por uns mil” cavaleiros em armas é contratado por Zé Bebelo. Esse “povo reunido na beira do Jequitai, por ganhar seu dinheirinho fiel, feito tropa de soldo”, é pago com “dinheiro do cofre do Governo”. (GSV: 159, 103) No caso do dono da Fazenda Nhanva, que verifica o ofício e as habilidades de cada um, registra em caderno nomes e números, e efetua “semanal de pagamento”, fica mais evidente que se trata de um verdadeiro negócio empresarial.

Com efeito, cada uma dessas empreitadas, de Medeiro Vaz a Zé Bebelo, e também a de Riobaldo, é um micromodelo da macroempresa Brasil. Na interpretação de Caio Prado Jr., o sentido da colonização do Brasil foi o de uma vasta empresa comercial<sup>390</sup> — um ângulo de abordagem retomado por Celso Furtado e Darcy Ribeiro.<sup>391</sup> Nas três atividades fundamentais da economia colonial (agricultura, mineração e extrativismo) “encontra-se [...] o empresário [...] que dirige e explora [...] uma numerosa mão-de-obra que trabalha para ele e sob suas ordens”.<sup>392</sup> A partir dessa situação cristalizou-se uma história bipartida do país: de um lado, a dos dirigentes, empresários, grandes proprietá-

<sup>390</sup> C. Prado Jr., 1971, pp. 19-32, especialmente p. 31.

<sup>391</sup> C. Furtado (1995, p. 9) caracteriza o Brasil como a “primeira grande empresa colonial agrícola européia”; ver também D. Ribeiro, 1995, pp. 176-179 (“A empresa Brasil”).

<sup>392</sup> C. Prado Jr., 1942/1971, pp. 123-124.

rios, chefes e “cidadãos”; do outro lado, a dos de baixo, com “o que seria o povo brasileiro como entidade cívica e política” sendo reduzido “a uma oferta de mão-de-obra servil”.<sup>393</sup>

O romance de Guimarães Rosa faz o leitor sentir essa dupla perspectiva da história do país através da experiência de vida de Riobaldo: primeiro, na condição de raso jagunço, depois na posição de chefe, empreiteiro de jagunços. De fato, *Grande Sertão: Veredas* é — com um termo usado por Antonio Candido para designar o tipo de empreendimento que se torna fonte de renda dos mandões locais — uma narração sobre a jagunçagem como “empreita de crimes”.<sup>394</sup> Significativamente, o protagonista usa esse termo-chave numa conversa confidencial: “— ‘Uai, Diadorim, [...] você [...] não é [...] o dono da empreita!’”. (GSV: 403) Astuciosamente, Riobaldo mascara aqui o fato de o empreiteiro ser ele próprio.

De longa data, Riobaldo, com seu lema de “estudar os chefes”, (cf. GSV: 199) preparou-se para esse papel. Além da aprendizagem com Medeiro Vaz, Joca Ramiro e Zé Bebelo, ele se vale também da lição de um empresário “civil” como “seô” Habão, que explora os miseráveis: “Disse que ia botar os do Sucruíu para o corte da cana e fazeção de rapadura. Ao que a rapadura havia de ser para vender para eles do Sucruíu, mesmo, que depois pagavam com trabalhos redobrados”. (GSV: 314) A mesma compulsão ao lucro move também um empresário como o Ricardão: “[...] rico, dono de fazendas, somente vivia [...] querendo dinheiro e ajuntando”. (GSV: 138) Ao descrever a empreita de Riobaldo, desde a tomada da chefia até a batalha final contra o Hermógenes, o romancista coloca em cena todos os componentes característi-

<sup>393</sup> D. Ribeiro, 1995, pp. 178-179.

<sup>394</sup> A. Candido, 1970, p. 145.

cos de uma exploração: o recrutamento à força da mão-de-obra, a resistência dos moradores, a demagogia para aliciá-los, o problema das deserções, a exploração “bruta comercial” do ser humano, e o resultado final, em termos do gasto em vidas. Com isso, o drama da mão-de-obra é apresentado pelo romance de Guimarães Rosa com uma concretude e intensidade humana que, dessa forma, não se encontra nos ensaios sobre o Brasil.

O poder dos chefes é sentido pelos comandados como algo absoluto. Os jagunços de Medeiro Vaz sabem que ele é capaz de “[...] dar firme ordem para se matar uma a uma as mil pessoas”.<sup>(GSV: 27)</sup> Sob as ordens do Hermógenes, Riobaldo sente-se “[...] feito um escravo de morte, [...] no danadório”.<sup>(GSV: 163)</sup> Mesmo de Joca Ramiro, tão idealizado, ele chega a suspeitar que “[...] estava no propósito de deixar a gente se acabar ali, na má guerra, em sertão plano”.<sup>(GSV: 176)</sup> Fica assim caracterizada uma estrutura em que a mão-de-obra é mero “material humano” nas mãos dos poderosos. Variando uma expressão de Darcy Ribeiro, pode se falar numa “máquina de gastar gente”.<sup>395</sup>

Na Fazenda dos Tucanos, onde Riobaldo presencia a manutenção dos sertanejos entre si, ele registra, estarrecido, o funcionamento dessa máquina e a sua revolta por se sentir usado:

“[Os] de lá [...], aqueles hermógenes eram gente em tal como nós, até pouquinho tempo reunidos companheiros, se diz — irmãos; e agora se atravavam, naquela vontade de desigualar. Mas, por quê? Então o mundo era muita doideira e pouca razão? [...] [A]gora se ia gastar o tempo inteiro em guerras e guerras, morrendo se matando, aos cinco, aos seis, aos dez, os homens todos mais valentes do sertão?”<sup>(GSV: 262, 274)</sup>

<sup>395</sup> Cf. o capítulo “Moinhos de gastar gente”, in: D. Ribeiro, 1995, pp. 106-140.

Dessa loucura, Riobaldo teve um pressentimento, na hora do julgamento de Zé Bebelo, quando houve na verdade uma ratificação da guerra permanente:

“[...] que se armasse ali mesmo rixa feia: metade do povo para lá, metade para cá, uns punindo pelo bem da justiça, os outros nas voltas da cauda do demo! Mas que faca e fogo houvesse, e braços de homens, até resultar em montes de mortos e pureza de paz...”<sup>(GSV: 207)</sup>

Montes de mortes e pureza de paz. Essas cenas de *Grande Sertão: Veredas* relembram a história do país, desde a colonização. A “empresa Brasil” como máquina de gastar gente.<sup>396</sup> Uma máquina que tem sua lógica própria. De um lado, os poucos que dela se aproveitam, do outro lado, o “material humano” sendo queimado aos montes: bugre matando bugre, escravo matando escravo, sertanejo matando sertanejo. É a história de uma nação se dilacerando.

A divisão do ser vai tomando conta do próprio Riobaldo. Por um lado, ele sente compaixão pelas vítimas, entre os jagunços e entre a população civil, imaginando-se inclusive no papel de “um coitado morador, em povoado qualquer”, onde “aqueles que agorinha eram meus companheiros, podiam chegar lá, façanhosos, avançar em mim, cometer ruindades”.<sup>(GSV: 308)</sup> Por outro lado, tudo o que ele sofreu como raso jagunço, ele fará sofrer a seus comandados depois de ter em mãos o poder absoluto. “Todos deviam de me obedecer completamente”,<sup>(GSV: 354)</sup> observa ele a respeito dos seus subordinados. “[E]les nem careciam de ter nomes — por um querer meu, para viver e para morrer, era que

<sup>396</sup> Cf. D. Ribeiro, 1995, pp. 176-179 (“A empresa Brasil”) e 167-175 (“As guerras do Brasil”).

valiam". (GSV: 332) Dali em diante, os homens lhe interessam cada vez menos como pessoas, e cada vez mais como instrumento e material.

Qual é o balanço final dessa empreita da jagunçagem? Afora os sobreviventes que são repostos em seus lugares, a última versão do mapa da mão-de-obra em *Grande Sertão: Veredas* é o mapa dos mortos:

"Solón Nelson morreu. Arduininho morreu. Morreram o Figueiró, Batata-Roxa, Dávila Manhoso, o Campêlo, o Clange, Deovídio, Pescoço-Prêto, Toquim, o Sucivre, Elisiano, Pedro Bernardo — acho que foram esses, todos." (GSV: 55)

Listas de nomes assim figuram como epitáfios ao longo da *via crucis* da narração. Esse tipo de rememoração é próprio de Riobaldo como raso jagunço. Trata de uma "democratização da memória dos mortos", para usar um termo de Reinhart Koselleck, num estudo sobre as vítimas das guerras nos tempos modernos.<sup>397</sup> A atitude de Riobaldo como empreiteiro de jagunços é diferente. Os nomes dos que ele recrutou "rebanhal" são substituídos por números. A avaliação do chefe de jagunços passa a ser do mesmo tipo que a do fazendeiro-mor "seô" Habão: "morreram só dezoito pessoas" (cf. GSV: 314) Enquanto Riobaldo era braço-de-arma, fez questão de lembrar, um por um, o nome dos companheiros que morreram; depois, passa a referir-se aos homens mortos em termos sumários:

"— 'Mortos, muitos?' — 'Demais...'" (GSV: 452)

Há uma morte, contudo, que não é contabilizável assim. Uma morte em que o grande número cede lugar a uma fisio-

<sup>397</sup> R. Koselleck, 2002.

mia individual que, por sua vez, lembra todas as mortes que Riobaldo presenciou — desde sua primeira expedição com o pessoal, "perto por uns mil", de Zé Bebelo, até a sua própria campanha, ambas destinadas a acabar com os jagunços:

"Diadorim tinha morrido — mil-vezes-mente — para sempre de mim." (GSV: 451)

A morte que sofreu Diadorim é exatamente a que Riobaldo temia tanto para si mesmo: a de um "escravo de morte", mandado por seu comandante "avança[r], a fino de faca", "para cumprir". (GSV: 163, 449-450) Esse comandante foi — impotente diante do outro chefe maior, o Hermógenes ou o Demônio em pessoa, — em última instância, o próprio Riobaldo.

O resto é ficção. O que significa a frase obscura, com a qual Riobaldo comenta seu reencontro com Diadorim: "[...] como se [...] eu tivesse acertado de encontrar, para o todo sempre, as regências de uma alguma a minha família?" (GSV: 109) Será que o desejo de Riobaldo, que não tem filhos com Otacília, era formar família com Diadorim? O que parecia impossível, mas o que poderia ter acontecido se ELA não tivesse morrido, acaba se realizando numa outra dimensão, no meio da travessia. No Chapadão do Urucúia, o protagonista dá sua contribuição ao nascimento de um menino pobre:

"— 'Toma, filha de Cristo, senhora dona: compra um agasalho para esse que vai nascer defendido e são, e que deve de se chamar Riobaldo...'" (GSV: 353)

No tabuleiro do Jalapão, um geralista lhe pede para ser padrinho de filho:

"O menino recebeu nome de Diadorim". (GSV: 47)

Assim, Riobaldo e Diadorim se perpetuam, através de duas crianças que levam seus nomes, em meio à pobre gente sertaneja, onde eles se conheceram.

### 5. Cidade *versus* Sertão?

Depois de termos visto que o problema da nação dilacerada — formulado por Euclides da Cunha em termos da oposição “patrícios do litoral” *versus* “patrícios do sertão” — não se coloca para outros intérpretes do Brasil (Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Celso Furtado, Darcy Ribeiro e Guimarães Rosa) como confronto entre duas sociedades diferentes, mas como antagonismo dentro da mesma sociedade, retomemos a oposição euclidiana “litoral *versus* sertão” num nível aprofundado.

Euclides, assim como Sarmiento, é daqueles pensadores latino-americanos cuja reflexão sobre a realidade social foi marcada, como observa Antonio Candido, pelo “senso dos contrastes e mesmo dos contrários — apresentados como condições antagônicas em função das quais se ordena a história dos homens e das instituições”.<sup>398</sup> Com efeito, o que Euclides considera “contraste maior na nossa história”,<sup>(OS: 82)</sup> a saber, a diferença radical entre o Norte, apegado ao litoral, e o Sul, caracterizado pelas entradas sertão adentro, tornou-se um paradigma de interpretação do país, com desdobramentos em pares antagônicos complementares e ampla repercussão entre outros pensadores. Vamos mapear o campo semântico desses contrastes, para examinar em que consiste a contribuição específica de Guimarães Rosa.

<sup>398</sup> A. Candido, 1969, pp. xiv.

Os pares antagônicos nos quais se desdobra a oposição “litoral *versus* sertão” são basicamente os três seguintes. 1. Civilização *versus* barbárie. A interpretação da realidade latino-americana proposta por Sarmiento no *Facundo* (1845) — cujo subtítulo é precisamente *Civilización y barbarie* — é retomada e aprofundada por Euclides, com base na experiência da campanha de Canudos.<sup>399</sup> Embora o autor de *Os Sertões* não chegue a uma “avaliação dialética dos aspectos contrários”, existe nele, assim como no seu precursor, o “vislumbre” de uma “dialética da civilização”.<sup>400</sup> 2. Cidade *versus* campo. Na esteira do pensamento de Euclides situa-se também a obra de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* (1936), em que “o rural e o urbano” funciona como um par de conceitos contrastivos para analisar e compreender as estruturas sociais e políticas do Brasil.<sup>401</sup> De acordo com Antonio Candido, a obra de Sérgio Buarque “alarga e aprofunda a velha dicotomia da reflexão latino-americana”, na medida em que é construída sobre “uma admirável metodologia dos contrários”, com um “jogo dialético” entre os conceitos polares.<sup>402</sup> 3. Modernização *versus* atraso. É um desdobramento simbólico da oposição topográfica anterior. Não obstante o avanço das abordagens dialéticas, as fórmulas dicotômicas continuam impregnando fortemente as interpretações do Brasil: desde o diagnóstico de Euclides sobre a existência de “duas sociedades”<sup>(cf. OS: 80)</sup> até a interpretação dualista de Jacques Lambert em *Os dois Brasís* (1959),

<sup>399</sup> A obra de D. Sarmiento é comentada por E. da Cunha (1975, pp. 109-124, especialmente pp. 110-111) num estudo sobre o papel das vias férreas como agentes do progresso e da civilização na América Latina.

<sup>400</sup> B. Zilly, 1997, p. 98; e 2001, p. 291.

<sup>401</sup> Cf. A. Candido, 1969, p. xv.

<sup>402</sup> Op. cit., p. xiv.

passando pelas oscilações de Sérgio Buarque de Holanda entre lances dialéticos e contradições não esclarecidas.

Diante desses avanços e recuos, impõe-se a pergunta: onde termina a visão dualista e onde começa a compreensão dialética das estruturas sociais e políticas do Brasil? *Raízes do Brasil* é uma obra paradigmática para estudar essa questão, inclusive porque esse retrato do país inclui também uma reflexão sobre quem constrói tais retratos: a classe dos letrados. Um contraponto propício para a discussão desse texto é precisamente o romance de Guimarães Rosa, construído como um diálogo entre um narrador sertanejo e um doutor da cidade. Vamos, nesse sentido, a uma leitura comparada de *Grande Sertão: Veredas* e de *Raízes do Brasil*, contra o pano de fundo da obra de Euclides e de alguns outros intérpretes.

Num grau significativo, inclusive pelo título, a interpretação do Brasil por Sérgio Buarque é tributária da dicotomia básica "rural versus urbano". Seus principais postulados são expostos no capítulo "Herança rural":

"O que os portugueses instauraram no Brasil foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais. [...] Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. [...] As cidades são [...] simples dependências [das propriedades rurais]. [...] Tal situação não se modificou essencialmente até à Abolição".<sup>403</sup>

Esse esquema de explicação dualista, onde a civilização rural predomina sobre a urbana, se desdobra num outro tipo de afirmação contrastiva:

<sup>403</sup> S. Buarque de Holanda, 1936/1969, p. 41.

"A influência dessa colonização litorânea, que praticavam [...] os portugueses, ainda persiste até os nossos dias. [...] Os portugueses criavam todas as dificuldades às entradas terra adentro. [...] A obra realizada no Brasil pelos portugueses teve um caráter mais acentuado de feitoria do que de colonização".<sup>404</sup>

Tese problemática, pois se a "civilização rural" fica reservada para a faixa litorânea, como qualificar então a ocupação das terras do interior? E por que desconsiderar o papel estratégico das cidades, na empresa da colonização?

Sob esse aspecto, a interpretação dialética do Brasil proposta por Raymundo Faoro em *Os donos do poder* (1958) revela-se mais esclarecedora que a abordagem dicotômica de Sérgio Buarque. Faoro explica as estruturas políticas e econômicas do Brasil com base na configuração do Estado português, caracterizado desde o fim da Idade Média por uma aliança de interesses entre o rei latifundiário (como "principal lavrador da Nação") e a burguesia citadina, detentora do capital e *know-how* necessários para a empresa colonizadora.<sup>405</sup> Enquanto Sérgio Buarque enfatiza a resistência dos portugueses às entradas terra adentro, Faoro lembra o mito do Eldorado e os imperativos militares para Portugal estabelecer seu domínio também sobre o interior. De nada adiantaria fortificar somente o litoral, se existia o perigo de uma ocupação inimiga a partir de bases no rio de La Plata e no Amazonas, que, de dentro dos sertões, fizesse com que a linha do Tratado de Tordesilhas se movesse contra os portugueses, encerrando-os à praia, sustentação muito precária, como tinha de-

<sup>404</sup> Op. cit., pp. 67, 66 e 73-74.

<sup>405</sup> Cf. R. Faoro 1958/1997, I, pp. 3-10, especialmente p. 9.

monstrado a experiência da Índia.<sup>406</sup> Lembrando a longa tradição de administração centralizadora da colônia, empreendida desde meados do século XVI, Faoro considera “falso o conflito sertão-litoral”<sup>407</sup> — contestando assim a explicação dicotômica do país, que se tornou canônica a partir de Euclides da Cunha e da qual é tributária também a obra de Sérgio Buarque. Explicar as estruturas políticas da República Velha com base no conflito sertão-litoral seria falso, conforme Faoro, porque já não se trata de “explicar a vida municipal do interior como a trincheira do atraso contra a tendência modernizadora, imposta pelos núcleos à beira-mar”. Trata-se, pelo contrário, de entender que “o interior, salvo as ilhas remotas da lavoura auto-suficiente, de substância, integrou-se na economia nacional, intermediando o processo, adaptando-o, em formas pessoais de domínio, ao curso global”<sup>408</sup>.

Esses enfoques, ora dicotômicos, ora dialéticos, do antagonismo “Cidade *versus* Sertão” são o pano de fundo necessário para se entender melhor o tratamento dessa questão em *Grande Sertão: Veredas*. “Cidade acaba com o sertão”, afirma Riobaldo a certa altura da narrativa, mas logo ele duvida: “Acaba?”<sup>(GSV: 129)</sup> Essa consideração ambígua consta como conclusão de um relato sobre a tomada da cidade de São Francisco por bandos de jagunços, no início e no meio da República Velha. O episódio descrito no romance corresponde a fatos históricos reais.<sup>409</sup> Na fase final da República Velha, com o fortalecimento das cidades e do po-

<sup>406</sup> Cf. op. cit., pp. 139-167, especialmente p. 157.

<sup>407</sup> R. Faoro, 1958/1998, II, p. 647; cf. 1958/1997, I, p. 156.

<sup>408</sup> R. Faoro, 1958/1998, II, p. 647.

<sup>409</sup> Para um enfoque histórico do caudilhismo no sertão, ver W. Lins, 1952/1960.

der central, a ação dos coronéis chefes de bandos armados, no vale do Rio São Francisco assim como no país inteiro, foi coibida de forma contundente. “Ah, tempo de jagunço tinha mesmo de acabar”, observa Riobaldo, para concluir com a referida constatação (“Cidade acaba com o sertão. Acaba?”), em que ressoa o duplo sentido do verbo “acabar”.

O avanço da cidade sobre o sertão culminou, seis décadas depois da destruição de Canudos, com a construção da capital Brasília, iniciada no ano da publicação de *Grande Sertão: Veredas*. O nome da cidade aparece ali numa dessas passagens aparentemente irrelevantes, mas estratégicas. No “município de Brasília”, relata Riobaldo, as tropas de Zé Bebelo “tinham volteado um bando de jagunços [...] e derrotado total”<sup>(GSV: 104)</sup> Naturalmente, trata-se, do ponto de vista referencial, de Brasília de Minas, a antiga Contendas, situada entre Montes Claros e São Francisco — sendo que Brasília, Distrito Federal, nem existia na época em que se passa a ação do romance. Alegoricamente, porém, o episódio em questão põe em cena o novo centro de decisões do Brasil. Os acontecimentos e discursos que o romancista situa nesse “sertão de Brasília” representado pelo *Grande Sertão* ultrapassam o âmbito local e regional, para constituir um retrato do país inteiro. É um retrato na contramão da história: o romancista focaliza as velhas estruturas internas, que desmentem as aparências da fachada.

Símbolo da modernização do país, Brasília veio coroar um projeto político que foi esboçado desde os tempos da Independência, por José Bonifácio, e reforçado, com o advento da República, por intelectuais como Euclides da Cunha, que advogou o avanço da civilização sobre os sertões. Examinando o ideário nacional-desenvolvimentista da era Juscelino Kubitschek, Vânia Moreira em seu livro *Brasília: a construção da nacionalidade* (1998) iden-

tifica um pseudoconflito entre os novos e os velhos donos do poder. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que forneceu subsídios ideológicos ao governo JK, preparou um projeto político no sentido de as classes “dinâmicas”, sob a direção da burguesa, trabalharem para “aniquilar a influência das ‘velhas classes latifúndio-mercantis’ sobre o Estado brasileiro”.<sup>410</sup> Ora, em vez da suposta luta das dinâmicas classes urbanas contra o velho *establishment* rural, o que se observou na realidade foi “um pacto tácito entre os grandes interesses do ‘interior’ e do ‘litoral’”.<sup>411</sup> A aliança de interesses entre cidade e campo, existente desde a dinastia de Avis e desde a implantação da agroindústria canaveira no Brasil quinhentista, comprovou-se assim mais uma vez. “A melhor definição para a operação Brasília”, conclui Vânia Moreira, “é vê-la como uma política de conciliação entre, de um lado, os interesses industrialistas e modernizadores e, de outro lado, os grandes interesses agrários”.<sup>412</sup>

Pelo que vimos até aqui, não é a oposição Cidade *versus* Sertão que explica o funcionamento das estruturas de poder no Brasil. Por que então Sérgio Buarque faz questão de contrapor a “cultura das cidades” à “civilização de raízes rurais”? Uma razão fundamental foi sem dúvida a intenção de distanciar-se claramente das antigas estruturas patriarcais, cuja memória foi preservada, de forma bastante idealizada, por Gilberto Freyre em *Casa-grande & senzala*. O autor de *Raízes do Brasil* parece estar em busca de um símbolo que expressasse o advento dos “novos tempos”

<sup>410</sup> V. Moreira, 1998, p. 142, referindo Hélio Jaguaribe, 1958, *Condições institucionais do desenvolvimento brasileiro*.

<sup>411</sup> V. Moreira, 1998, p. 179.

<sup>412</sup> Op. cit., p. 198.

após a Abolição.<sup>413</sup> Assim, ele afirma que o “novo sistema” tem “seu centro de gravidade não já nos domínios rurais, mas nos centros urbanos”. O sentido da “revolução brasileira”, que é o ponto de chegada do seu estudo, “parece ser o do aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura para a inauguração de um estilo novo, que crismamos talvez ilusoriamente de americano”. Com base no texto de um viajante estrangeiro, Herbert Smith, Sérgio Buarque valoriza a emergência de uma nova classe, a dos operários.<sup>414</sup> No mais, sua caracterização da cidade como lugar simbólico da democratização permanece bastante genérica, talvez deliberadamente, para mantê-la aberta a certas contradições.

A *civitas* como berço da urbanidade e da *civilitas* — quem nos leva a questionar radicalmente esse *tópos* é Euclides da Cunha. Ele que participou da campanha nos sertões como um dos “mercenários inconscientes”, para depois denunciar os equívocos dessa “missão civilizatória”. Sarcasticamente, ele retrata a nação que procura levar o sertanejo “retardatário” “para os deslumbramentos da nossa idade dentro de um quadrado de baionetas, mostrando-lhe o brilho da civilização através do clarão das descargas”.<sup>(OS: 300)</sup> Revoltado, ele observa que os soldados do Exército, antes de degolarem os sertanejos presos, “exigiam-lhes vivas à República”,<sup>(OS: 460-461)</sup> sendo que “o principal representante do governo [...] silenciara” diante disso. Naqueles ermos, onde não havia de se temer nenhum juízo, “a consciência da impunidade [...] arrojou [...] em cima da mísera sociedade sertaneja, a multidão criminosa e paga para matar”. Desiludido, o autor constata: “A animalidade primitiva, lentamente expun-

<sup>413</sup> Cf. S. Buarque de Holanda, 1936/1969, p. 127; nesta página encontram-se também as citações seguintes.

<sup>414</sup> Op. cit., pp. 135-136.

gida pela civilização, ressurgiu, inteiriça". (OS: 461) É sobretudo a guerra que mostra até que ponto a técnica e a ciência modernas são usadas para fins anticivilizatórios e como a barbárie subsiste na civilização.<sup>415</sup>

O ressurgimento do animal no homem civilizado. Com isso, a explicação do país por meio de dicotômicas é superada por uma compreensão baseada numa dialética dos contrários, diagnosticada por Euclides, reelaborada por Sérgio Buarque e aperfeiçoada por Guimarães Rosa.

"Sertão: é dentro da gente", (GSV: 235) declara o narrador rosiano. O sertão não é somente uma referência geográfica externa, mas igualmente um espaço interior, simbólico, e a narração é a sondagem desse espaço. Essa concepção, que existe apenas em esboço na obra de Euclides, é levada por Guimarães Rosa às últimas conseqüências. Num sentido antropológico, o sertão é para o romancista a antipaisagem, mas também a arquipaisagem da civilização. A constatação de Euclides, "O sertão é o homi-zio", (OS: 464) é potencializada por Guimarães Rosa: "Sertão é o penal, criminal", (GSV: 86) "Deus mesmo, quando vier, que venha armado!". (GSV: 18) É um lugar onde as leis ainda estão sendo forjadas, e onde a institucionalização do poder se dá a partir de um magma de justiça, violência e crime.<sup>416</sup> Nesse sentido, o sertão é o país arcaico, no limiar entre a mitologia e a história, onde se pode observar *in statu nascendi* a história primeva (*Urgeschichte*) do Brasil. Num plano psicológico (individual e coletivo), imbricado com o antropológico, o sertão é a arquipaisagem das emoções, desde o medo até a coragem. A selvageria, como já experimentou Euclides, é parte constitutiva do homem civilizado. À

<sup>415</sup> Cf. B. Zilly, 1997, p. 100; e 2001, p. 284.

<sup>416</sup> Cf. W. Benjamin, 1921/1977; ed. brasileira, 1986.

desilusão euclidiana para com o progresso corresponde em Guimarães Rosa a crença na "ruindade nativa do homem". (GSV: 33) "[O] que guerreia" em nós "é o bicho, não é o homem", (GSV: 417) constata o romancista através da boca de Riobaldo.

Por outro lado, não existiria uma força moral que faz o homem apostar na vitória do seu lado urbano sobre seu lado selvagem? É o que parece expressar o reiterado desejo de Riobaldo de "morar em cidade grande", (GSV: 188) de comparecer numa cidade como Januária, "sem glórias de guerra nenhuma", apenas para "conhecer o pessoal sensato" e se sentir bem no meio do "povo morador" e da "passeata das bonitas moças morenas, tão socialmente", (GSV: 256) de "sa[ir] do sertão", para "morar [...] perto de cidade", (GSV: 435) ou até mesmo de "ter nascido em cidades", feito o interlocutor, "para poder ser instruído e inteligente". (GSV: 308) A valorização das qualidades urbanas do interlocutor (grau de instrução, respeito, afabilidade, juízo) é uma tônica da narração de Riobaldo do início até o fim. A chegada do visitante doutor, "em seu jipe", (GSV: 80) é associada a uma mudança de tempos: abertura do sertão à modernização, superação das estruturas políticas baseadas no crime e na violência, transformação dos padrões de gosto e da mentalidade ("os vaqueiros [...] acham que traje de gibão é feio e capiau", (GSV: 23) em suma: uma disposição do Sertão para aprender com a Cidade.

Nesse sentido, *Grande Sertão: Veredas* é estruturado como um diálogo entre um sertanejo letrado e um doutor da cidade. Na construção dessa situação narrativa consiste, como veremos, a diferença qualitativa do romance de Guimarães Rosa em relação às interpretações do Brasil por parte de Euclides e de Sérgio Buarque. A discussão das relações antagônicas e dialéticas entre Cidade e Sertão, com todos os desdobramentos examinados até aqui, não ocorre mais somente no plano dos argumentos, mas se instaura no interior da forma do discurso. A situação dialógica

entre Riobaldo e seu interlocutor suscita uma pergunta crucial. Se é verdade que o doutor da cidade representa o papel de um conselheiro, um tipo de conhecimento superior e até uma perspectiva ética que o narrador sertanejo aceita como padrão — não haveria, por outro lado, nos reiterados e enfáticos elogios de Riobaldo ao seu interlocutor urbano, uma ponta de ironia, e até mesmo uma trama irônica, visando a própria imagem da Cidade?

Trata-se — como ajuda a esclarecer a comparação com Sérgio Buarque de Holanda — da presença do elemento arcaico na modernização. O autor de *Raízes do Brasil*, apesar de acreditar na vitória da civilização urbana, não deixa de manifestar seu ceticismo: “Como esperar transformações profundas em país onde eram mantidos os fundamentos tradicionais da situação que se pretendia ultrapassar?”<sup>417</sup> De acordo com o historiador, o “país ainda preso à economia escravocrata” procurou “vestir [...] os trajes modernos de uma grande democracia burguesa” — importada por uma aristocracia rural que “tratou de acomodá-la [...] aos seus [...] privilégios”.<sup>418</sup> Ou seja: os novos tempos urbanos trazem em si o germe do velho regime patriarcal. A expressão mais evidente disso é a elite do país, constituída pelos bacharéis. Formados pela monarquia, quando a velha nobreza de senhores agrários foi substituída pela nova nobreza cidadina das letras, esses quadros sobreviveram durante a República Velha e mesmo depois da Revolução de 1930.<sup>419</sup> Trata-se de “uma classe artificial”, aferrada às “lutas de conquista e [à] conservação das posições”, dando inteira “primazia [às suas] conveniências particulares so-

<sup>417</sup> S. Buarque de Holanda, 1936/1969, p. 46.

<sup>418</sup> Op. cit., pp. 46 e 119.

<sup>419</sup> Op. cit., pp. 122 e 131.

bre os interesses de ordem coletiva”.<sup>420</sup> Na medida em que Sérgio Buarque fala da “missão nitidamente conservadora e senhorial” de “nossa intelectualidade”,<sup>421</sup> sua crítica dos bacharéis se estende da esfera política para a intelectual. Como traço característico dos letrados brasileiros, ele observa o gosto pelo “brilho das fórmulas”, a “confiança no poder milagroso das idéias” e a “fabricação de uma realidade artificiosa e livresca”; todos esses são derivativos para “o horror à nossa realidade cotidiana”, configurando um “*bovarismo* nacional”, que “se envergonhava”, inclusive, da própria “realidade *biológica*”.<sup>422</sup> A análise do bacharelismo desemboca assim numa (auto-)reflexão crítica sobre os autores dos retratos do Brasil.

Persistência da “herança rural” nos “novos tempos”. Enquanto Sérgio Buarque explica o problema através de métodos e conceitos historiográficos, Guimarães Rosa elucida-o por meio de uma construção narrativa, em que cabe um papel estratégico à figura do “doutor da cidade”. O romancista Guimarães Rosa, um “letrado urbano” assim como o bacharel e historiador Sérgio Buarque (embora com um conhecimento mais profundo do sertão, por origem e por opção), fala através de um narrador letrado sertanejo e jagunço, que investiga a herança rural e arcaica dentro de si. Ambos os retratistas do Brasil têm em comum o objetivo de “exorcizar” o elemento arcaico no bacharelismo, mas seus procedimentos são diferentes. Enquanto o historiador apresenta o problema evolutivamente, em termos de uma temporalidade causal (os bacharéis como descendentes dos senhores ru-

<sup>420</sup> Cf. op. cit., pp. 132-133 e 137. O retrato da classe dos bacharéis é retomado e aprofundado por R. Faoro (1958), que a caracteriza como “o estamento”.

<sup>421</sup> S. Buarque de Holanda, 1936/1969, p. 123.

<sup>422</sup> Op. cit., pp. 133, 118, 121 e 124-125.

rais), diagnosticando a sobrevivência das velhas estruturas no presente, o romancista constrói um quadro dialógico — uma “conversa” entre um narrador sertanejo e um ouvinte urbano —, em que as estruturas presentes são escavadas até revelarem seus fundamentos na história empírica e na história primeva.

Do narrador rosiano pode se dizer que ele é, de certa forma, o reverso do doutor da cidade (“O senhor não é como eu?” GSV: 10). Para sustentar esta afirmação, examinemos de perto a relação singular entre Riobaldo e seu interlocutor. Trata-se, como já foi esclarecido por Roberto Schwarz, de um “monólogo *inserto* em situação dialógica”.<sup>423</sup> “O senhor é de fora, meu amigo mas meu estranho. [...] Falar com o estranho assim [...] faz do jeito que eu falasse mais mesmo comigo”. (GSV: 33) Para termos uma idéia mais exata do valor dessa construção, imaginemos a alternativa. Se o doutor urbano interviesse ativamente, a narração do indivíduo Riobaldo — e, concomitantemente, da história do país — perderia sua tensão contraditória e dialética, para cindir-se em duas vozes com identidades separadas. Por outro lado, se o interlocutor urbano estivesse ausente, desapareceria a perspectiva de o Brasil arcaico poder se comparar com o Brasil moderno, e de este poder enxergar em si a permanência das velhas estruturas. Como amigo do visitante assisado e instruído da cidade, mas também “bom amigo” de jagunços como Andalécio (cf. GSV: 129) — e até amigo em potencial de assassinos como Hermógenes (cf. GSV: 309) —, o protagonista-narrador rosiano fornece uma radiografia do letrado, que sente dentro de si a arquipaisagem da violência. Aprofundando o retrato (auto)crítico do bacharel, por parte de Sérgio Buarque, e o diagnóstico de Euclides da Cunha sobre a animalidade no homem civilizado, o au-

<sup>423</sup> R. Schwarz, 1965a/1983, p. 379.

tor de *Grande Sertão: Veredas* encena um monólogo, que não é somente uma fala individual, mas a expressão de toda uma cultura. É como se o impulso a falar desse sertanejo letrado fosse a manifestação de uma instigação da linguagem,<sup>424</sup> no sentido de uma auto-reflexão da civilização urbana sobre suas violentas contradições, com suas “loucuras e crimes” e seus “doutores na arte de matar”. (cf. OS: 499, 203)

Se “a sociedade foi malformada nesta terra, desde as suas raízes”, e se “os brasileiros estão hoje expiando os erros dos seus pais, tanto quanto os próprios erros”,<sup>425</sup> como é que deveria se fazer esta expiação? Através de uma “*liquidação* [...] de nossa velha herança rural e colonial”, um “*aniquilamento* das raízes ibéricas de nossa cultura”, e um “*extirpar* [...] das sobrevivências arcaicas”, como propõe Sérgio Buarque de Holanda?<sup>426</sup> Ou através de uma reelaboração do passado culposo, num trabalho paciente e sofrido de memória,<sup>427</sup> como ocorre no romance de Guimarães Rosa, por meio da narração de Riobaldo? “[N]o que eu tive culpa e errei, o senhor vai me ouvir”. (GSV: 237) Eis o lema para se narrar uma história culposa e escondida do Brasil, em que os erros e os crimes, em vez de serem liquidados, aniquilados, extirpados — e, com isso, recalçados —, são trazidos à luz do dia, com a expectativa de uma redenção. Trata-se de uma narração da história em forma de confissão, à espera do Dia do Juízo. Como no caso de Maria Mutema, que confessa os crimes que ela

<sup>424</sup> Sobre o monólogo como manifestação do “impulso a falar” e sinal da “instigação da linguagem”, ver Novalis, 1988, pp. 195-196.

<sup>425</sup> Herbert Smith, 1922, *Do Rio de Janeiro a Cuiabá*, apud S. Buarque de Holanda, 1936/1969, p. 135.

<sup>426</sup> S. Buarque de Holanda, 1936/1969, pp. 42, 127 e 135, grifos meus.

<sup>427</sup> Cf. S. Freud, 1914.

— “onça mostra, [...] cobra, bicho imundo”<sup>(GSV: 172)</sup> — come-teu, e a quem o povo, reconhecendo nela um pedaço de si, acaba perdoando.

“Agora, o mundo quer ficar sem sertão.”<sup>(GSV: 220)</sup> “Mas só se sai do sertão é tomando conta dele a dentro...”<sup>(GSV: 212)</sup> declara o romancista através de seus personagens. Ou seja: é preciso trazer à tona o que a historiografia oficial oculta no espaço simbolizado pelo sertão — assim como o Minotauro, escondido no labirinto sob o palácio, representa o avesso da história dos vencedores. Eis a razão por que Guimarães Rosa narra a história do país de forma criptografada. Trata-se para ele de resgatar os fragmentos de uma história da violência e dos sofrimentos, para impedir que o presente repita mecanicamente o passado. Assim, por exemplo, é retomado em *Grande Sertão: Veredas* um problema levantado por Euclides da Cunha e que é de uma atualidade inquietadora: “[...] a justiça armada parlamenta com os criminosos [...] e acaba [...] sancionando a soberania da capangagem impune”<sup>(OS: 189)</sup>. O ex-jagunço Riobaldo, numa viagem de trem, se implica com a bruteza de um dos representantes oficiais da justiça, o delegado Jazevedão, a ponto de sentir o desejo de destruí-lo a tiros. Mas em seguida ele pergunta:

“[...] Jazevedão — um assim, devia de ter, precisava? Ah, precisa. [...] Só do modo, desses, por feio instrumento, foi que a jagunçada se findou. Senhor pensa que Antônio Dó ou Olivino Oliviano iam ficar bonzinhos por pura soletração de si, ou por rogo dos infelizes, ou por sempre ouvir sermão de padre?”<sup>(GSV: 18)</sup>

Os papéis da justiça e do crime, neste episódio, mudam várias vezes de lugar. E o problema continua em forma de uma pergunta em aberto: o que é, afinal, um homem civilizado e de-veras urbano?

## 6. “Esse velho regime de desmandos”

“[O] senhor conhece meu pai, fazendeiro Senhor Coronel [...]?”<sup>(GSV: 315)</sup> — pergunta Riobaldo, quando se apresenta ao latifundiário “seô” Habão, ainda na condição de raso jagunço, mas já se preparando para a ascensão. O presente item é basicamente um comentário desta frase. A linhagem do pai será estudada num sentido alegórico — como a figura do dono do poder, na sociedade patriarcal —, e a linhagem correlata do *jagunço letrado*, em sua dimensão arqueológica e atual. Na verdade, desde a adolescência, Riobaldo teve as regalias de um filho de casa-grande, mas ele sai para fazer sua experiência da jagunçagem. Encerrada essa fase e já na condição de narrador, ele deixa bem claro qual é o seu *status* social: latifundiário e comandante de uma turma de jagunços, agora como antigamente — em suma, um coronel, dotado além do mais de um notável poder de expressão. Essas características fazem do protagonista-narrador de *Grande Sertão: Veredas* um membro em potencial da oligarquia, perfeitamente preparado para integrar a camada dominante.

Com o título *Os donos do poder*, Raymundo Faoro elaborou, na mesma década em que Guimarães Rosa publicou o seu romance, um estudo já clássico sobre a formação do patronato político brasileiro. Esse retrato do Brasil tem dois componentes básicos: o poder patrimonial, que se fundamenta na propriedade particular, e o estamento, que é a corporação dos altos funcionários do Estado. Como expõe Faoro, é a combinação dessas duas forças, a patrimonial e a estamental, que impregnou profundamente as estruturas do poder em Portugal como no Brasil, durante um percurso de seis séculos, de D. João I a Getúlio Vargas. Partindo da dupla característica de Riobaldo, enquanto dono de um patrimônio latifundiário e de uma admirável ca-

pacidade retórica, vamos situar esse personagem em relação à camada dos donos do poder.

“Meu padrinho Selorico Mendes [...] [q]ueria que eu aprendesse a atirar bem, e manejar porrete e faca. [...] Mas eu não sabia ler. Então meu padrinho [...] me enviou para o Currálinho, para ter escola”. (GSV: 88) Graças às providências do pai, Riobaldo recebe desde cedo uma dupla formação: a de um *guerreiro letrado*.

O *tópos* existe desde a Antiguidade, tendo Júlio César entre seus pioneiros. Nos primórdios da Era Moderna, Cervantes desenvolve explicitamente, no *Dom Quixote*, um discurso sobre as Armas e as Letras.<sup>428</sup> Trata-se de uma codificação das relações entre os dois estamentos que compunham a nobreza: a *chevalerie* e a *clergie*. Diante das reivindicações do *terceiro estamento*, a burguesia, de participar do poder, a nobreza viu na junção das Armas com as Letras um meio para se fortalecer. Note-se que, na Espanha como em Portugal, a palavra “letrado” designava, desde o fim da Idade Média, o jurista, que se destacava dentre os membros da camada culta pelo seu preparo profissional para exercer o poder, junto ao rei.<sup>429</sup>

Através do *tópos* das Armas e das Letras pode ser especificada a afinidade entre o romance de Guimarães Rosa e o referido estudo de Raymundo Faoro. Ao investigar as origens do Estado patrimonial, Faoro destaca a complementariedade entre a gestão dos letrados e a organização militar. O que constituiu e plasmou a sociedade, na Península Ibérica, e o que fundamentou a ascensão dos reis foi a guerra. Para poder administrar uma empresa militar e econômica de envergadura global, das Índias ao Brasil, o rei de Portugal se baseava, além do seu patrimônio, no capital

<sup>428</sup> Cf. Cervantes, *Don Quijote de la Mancha*, cap. XXXVIII.

<sup>429</sup> Cf. U. Ricken, 1967.

da burguesia, numa avançada tecnologia e num quadro de *letrados*, isto é, de conselheiros e executores, que formavam o *estamento*. Esta palavra, derivada da mesma raiz que *status* e *Estado*, foi incorporada ao português a partir do espanhol. Introduzido à sociologia por Max Weber, o termo “estamento”, de cunho político, marca uma diferença em relação às conotações sobretudo econômicas do conceito de *classe*, para designar “um círculo elevado, qualificado para o exercício do poder”.<sup>430</sup>

Como é que Riobaldo direciona sua competência nas letras, iniciada com a aprendizagem da “gramática” e o “estudo pátrio”? (cf. GSV: 14) Modestamente, ele se apresenta como leitor de almanaques, vidas de santo, virtudes e exemplos, ou de romances como o *Senclér das Ilhas*. (cf. GSV: 14, 287) Não nos enganemos, porém, com essas inócuas leituras de horas vagas. Na verdade, Riobaldo emprega todo seu talento de letrado para conhecer o funcionamento da máquina do poder. “Estudei foi os chefes”, (GSV: 199) declara ele por ocasião do julgamento de Zé Bebelo, e eis o lema que orienta sua narração desde o início.

“Montante, o mais supro, mais sério — foi Medeiro Vaz. [...] Seu Joãozinho Bem-Bem, o mais bravo de todos [...]. Joca Ramiro — grande homem príncipe! — era político. Zé Bebelo quis ser político, mas teve e não teve sorte: raposa que demorou. Sô Candelário se endiabrou, por pensar que estava com doença má. Titão Passos [...] só por via [...] de suas [...] amizades, foi que tão alto se ajagunçou. Antônio Dó — severo bandido [...]. Andalécio, no fundo, um bom homem-de-bem, estouvado rairoso em sua toda justiça. Ricardão, mesmo, queria era ser rico em paz: para isso guerreava. Só o Hermógenes foi que nasceu formado tigre, e assim. E o ‘Urutú-Branco’?” (GSV: 16)

<sup>430</sup> R. Faoro, 1958/1997, I, p. 46.

Dez lapidares perfis de chefes, a serem detalhadamente desenvolvidos ao longo da narrativa que, sob esse aspecto, pode ser lida como um tratado romanceado sobre o patronato político. Dez retratos de chefes e uma pergunta, que expressa a busca de Riobaldo por sua identidade com relação aos donos do poder.

A principal aprendizagem de Riobaldo sobre o funcionamento das artimanhas e da retórica do poder se dá no convívio com Zé Bebelo. Como secretário, Riobaldo ajuda seu patrão em discursos de comício. Na arte da retórica, o discípulo acaba superando o mestre. No julgamento na Fazenda Sempre-Verde, sua argumentação culmina com um oxímoro estupendo: dar a Zé Bebelo “condena de absolvido”. (cf. GSV: 210-211) A mesma habilidade manifestada por Riobaldo em suas falas pode ser observada também na expressão escrita: nos bilhetes que ele redige na função de “amanuense” para as autoridades. (cf. GSV: 250) No momento em que Zé Bebelo lhe ordena “larga o rifle [...] Escreve...”, flagra-se o instantâneo do protagonista encarna o *tópos* das Armas e das Letras.

“[E]u não sabia pensar com poder. Aprendendo eu estava?”, (GSV: 262) observa Riobaldo durante o estratégico episódio da Fazenda dos Tucanos. *Grande Sertão: Veredas* é um romance de aprendizagem das estruturas do poder. Aprendizado que acaba levando a resultados práticos: Riobaldo conquista a chefia, monta e gere sua própria empreita de jagunçagem, para finalmente integrar-se à oligarquia local. O que faltaria, para ele ser, no sentido pleno da palavra, um dono do poder?

Ao identificar Riobaldo como um guerreiro letrado, não podemos abstrair do fato de ele ser criação de um funcionário do alto escalão do Estado. Certamente várias experiências e observações significativas feitas por Guimarães Rosa de dentro da máquina do poder entraram, de forma elaborada, na construção do seu romance. A figura do guerreiro letrado, além de sua di-

mensão universal, adquiriu também uma tonalidade brasileira e regional: a de jagunço letrado<sup>431</sup> e sertanejo letrado.<sup>432</sup>

Compreender a figura do jagunço letrado exige decifrar a experiência de poder feita pelo protagonista em nível regional como uma alegoria do funcionamento das estruturas políticas em nível nacional. Se for verdade que nas páginas de *Grande Sertão: Veredas* “perpassa a sombra do letrado brasileiro”,<sup>433</sup> a interpretação teria de ser organizada de tal modo que, através de Riobaldo enquanto sertanejo letrado, como por um meio heurístico, pudessemos enxergar os caracteres sociais que são seus precursores e parentes, próximos e longínquos, e situá-lo com relação a eles: o letrado medieval, colonial e contemporâneo, o bacharel do Brasil monárquico, e o coronel da República Velha, com seus antecedentes e desdobramentos.

À primeira vista, o único letrado no universo de *Grande Sertão: Veredas* parece ser o interlocutor de Riobaldo, com “toda leitura e suma doutorção”. Todavia, em comparação com esse doutor já estabelecido em seu saber, Riobaldo leva vantagem num ponto decisivo: seu ímpeto e talento para comentar e discutir discursos qualificam-no como um mestre no gênero do discurso diante do tribunal (*genus iudiciale*), que é a pedra de toque de todo jurista de verdade. Por isso, pelo fato de a narração inteira de Riobaldo ser uma argutíssima justificativa de seus atos, incrementada com todo tipo de discursos de legitimação dos chefes,

<sup>431</sup> O conceito de jagunço letrado, aplicado a Riobaldo, foi introduzido ao debate por W. Galvão, 1972, p. 77.

<sup>432</sup> Um ilustre exemplo de sertanejo letrado é Antônio Conselheiro, estudado por R. Ventura, 1997.

<sup>433</sup> W. Galvão, 1972, p. 14.

detalhadamente comentados por ele, podemos situá-lo na linhagem dos letrados.

Os antecessores do letrado brasileiro surgiram, como expõe Raymundo Faoro,<sup>434</sup> no Portugal medieval, com a dinastia de Avis. O *estamento*, a camada que comandava o Estado, junto ao rei, era basicamente constituído por especialistas em leis. Com a empresa colonial, essa alta burocracia de *letrados* foi crescendo em importância, sendo transplantada também para o Brasil. Quando surgiu aqui o Estado independente, foram criadas faculdades de Direito, em Olinda-Recife e São Paulo, com a finalidade de formar os quadros: os letrados ou bacharéis. No que concerne o outro tipo de "letrado", o literato ou autor de obras literárias, lembra-nos Antonio Candido que a literatura brasileira, no início de sua formação, era apenas "um subproduto da vida religiosa e da sociabilidade das classes dirigentes".<sup>435</sup> A *Formação da literatura brasileira*, aliás, não é uma história literária como as outras, mas um estudo da literatura enquanto um dos componentes da história geral do país. Percebe-se através desse livro a grande importância que tiveram as manifestações da "musa utilitária", os gêneros públicos e os escritos a serviço do poder, tanto no período de transição para a independência, quanto no Brasil monárquico afora. Literato e letrado muitas vezes se confundem. É muito instrutivo, nesse sentido, ler a *Formação da literatura brasileira* a partir do apêndice, onde se encontram as biografias dos autores estudados. "Secretário do Governo", "Ouvidor Geral", "filho de desembargador", "filho de fazendeiro abastado", "filho de coronel" — eis os qualificativos mais frequentes dessa gente letrada; uma rara menção como "nasceu de gente hu-

<sup>434</sup> R. Faoro, 1958/1997, I, pp. 45-51.

<sup>435</sup> A. Candido, 1959/1981, I, p. 77.

milde" apenas confirma a regra. O fato é que bacharéis e literatos, todos bem-nascidos e cujos atributos muitas vezes se reuniam na mesma pessoa, compunham a elite do Império.<sup>436</sup>

O prestígio da figura do bacharel e do letrado não deixa de repercutir também no sertão rosiano, na figura de Zé Bebelo. No meio do tiroteio na Fazenda dos Tucanos, ele discute com Riobaldo as diferenças entre a Lei, com "L" maiúsculo, e a lei, com "l" minúsculo.<sup>(cf. GSV: 254)</sup> No final da história, o mesmo personagem comunica sua decisão de ir para a capital, "estudar para advogado".<sup>(GSV: 459)</sup> Com a iniciativa de contratar um professor particular, "para o ensino de todas as matérias",<sup>(GSV: 99)</sup> Zé Bebelo desempenha no romance o papel pioneiro de introduzir o elemento letrado no universo do coronelismo tradicional.

O coronelismo, como esclarece Raymundo Faoro na esteira de Sérgio Buarque de Holanda,<sup>437</sup> é uma expressão da estrutura patrimonial. Historicamente falando, o patrimônio, constituído pela grande propriedade rural, foi a base para a criação do seu elemento complementar, o estamento, formado pelas figuras essencialmente cidadinas do letrado e do bacharel. No Portugal medieval, o rei, enquanto o maior dono de latifúndios, fez do Estado sua empresa particular.<sup>438</sup> No Brasil do Império e na República Velha, o coronel, "antes de ser um líder político, era um líder econômico". "O homem rico — o rico por excelência, na sociedade agrária, o fazendeiro, dono da terra — exerce poder político, num mecanismo onde o governo será o reflexo do

<sup>436</sup> Cf. J. M. de Carvalho, 1980; e L. Moritz Schwarcz, 1998/2000, pp. 121-124.

<sup>437</sup> Cf. R. Faoro, 1958/1998, II, p. 637; e S. Buarque de Holanda, 1936/1969, pp. 105-106.

<sup>438</sup> Cf. R. Faoro, 1958/1997, I, pp. 1-29.

Letrados  
no  
fronte  
classe  
dirigente

patrimônio pessoal.”<sup>439</sup> No romance de Guimarães Rosa, esse fato é ilustrado por personagens como Ricardão, Selorico Mendes e “seô” Habão.

Dessas três figuras de coronel, Selorico Mendes é o que tem melhor visão da mudança dos tempos. O fato de ele enviar seu filho Riobaldo para os estudos na cidade, onde este recebe o incentivo de “ir para cursar latim, em Aula Régia” e “tirar carta-de-doutor”, (GSV: 14, 89) pode ser lido como uma alegoria da “mudança social e cultural da sociedade brasileira do fim do século XVIII ao meado do XIX”, de que nos fala Antonio Candido no sentido da adaptação e colaboração das “elites tradicionais” com “as novas camadas em ascensão”.<sup>440</sup> Em *Sobrados e mucambos* (1936), Gilberto Freyre descreve a história dessa mudança, mostrando como os filhos dos senhores de engenho, via de regra, optaram pela formação e carreira de bacharéis. Sob essa ótica, não deixa de ser emblemático o comportamento de Riobaldo na batalha do Paredão, onde estão em jogo os seus planos de ascensão social: ele se instala no *sobrado*, isto é, no lugar simbólico do bacharel. Mais um exemplo de que às páginas de *Grande Sertão: Verdades* está subjacente toda uma história criptografada do Brasil.

Tomando como guia esse letrado *sui generis* que é Riobaldo, lancemos um olhar sobre o mundo do coronelismo representado no romance, examinando os discursos de legitimação dos diferentes tipos de chefes. Em que medida esse livro elucida o coronelismo, histórica e alegoricamente falando? Do ponto de vista histórico, a ação do romance se passa durante a República Velha, caracterizada por um deslocamento do eixo do poder do governo central para os Estados, o que deu origem à chamada “política

dos governadores”. Nesse contexto firmou-se o coronelismo, isto é, o trabalho dos coronéis no preparo das eleições municipais, a favor ou contra o governador.<sup>441</sup> No romance, Zé Bebelo e Joca Ramiro representam respectivamente essas posições. O coronelismo histórico, que teve seu auge na República Velha e entrou em declínio junto com ela, desdobra-se num fenômeno de longa duração, em que o período histórico em questão se projeta, alegoricamente, até o “coronelismo eletrônico” dos dias atuais. Com base nos discursos de legitimação apresentados no romance, podemos distinguir três aspectos fundamentais do coronelismo: o personalismo, a ideologização e o patrimonialismo — além do caso-limite constituído pela aliança entre poder e crime.]

O personalismo caracteriza praticamente todos os chefes, como se vê no acima citado retrato de dez comandantes de jagunços. Dentre eles, Joca Ramiro é o exemplo perfeito de chefe personalista carismático. Seu antagonista é Zé Bebelo, enquanto representante de uma política de “idéias”. Pretendendo acabar com os desmandos dos potentados locais nas eleições, (cf. GSV: 102) ele, no limite, visa abolir o sistema coronelista — mas, contraditoriamente, ele quer inovar usando os velhos métodos. Como inimigo declarado do político “modernizador” do tipo Zé Bebelo manifesta-se o Ricardão, “dono de muitas posses” e “amigo de importantes políticos”, (cf. GSV: 203) coronel assumidamente patrimonialista. Note-se de passagem, para bem entender a moral política vigente, que apenas “[p]obre tem de ter um triste amor à honestidade”, (GSV: 57) no estrato superior, a honestidade é uma “lenda”, “incompatível com a ordem patrimonialista”.<sup>442</sup>

<sup>439</sup> R. Faoro, 1958/1998, II, p. 622.

<sup>440</sup> A. Candido, 1959/1981, II, pp. 401-402.

<sup>441</sup> Cf. R. Faoro, 1959/1998, II, pp. 620-654. Ver também V. Nunes Leal, 1949.

<sup>442</sup> R. Faoro, 1959/1998, II, p. 638.

Esboçados estes retratos de coronéis, como se define em relação a eles a identidade e a legitimação do chefe Urutú-Branco? De modo geral, pode-se antecipar que Riobaldo incorpora elementos do coronel personalista e patrimonialista, mas praticamente nada do tipo ideologizante. Além disso, ele é o *homem cordial*, tanto pelo lado da amizade (sua forma de tratar companheiros como o Alaripe e o Fafafá), quanto pelo lado da inimizade: sua determinação de executar o traidor Hermógenes. Com o desenrolar da história, os discursos e as ações do chefe Riobaldo inclinam-se cada vez mais para o lado patrimonialista.

O limite dos discursos de legitimação é atingido no momento em que o exercício do poder se confunde com a prática do crime. Crimes contra a propriedade e crimes contra a pessoa. Aparece então a outra face da "alta política" dos grandes senhores com seus jagunços "ordeiros":<sup>(GSV: 88)</sup> o banditismo. Via de regra, o banditismo não consta dos manuais de história do Brasil; está ausente também na maioria dos retratos canônicos do país. Uma exceção é Euclides da Cunha, que fornece um esboço pioneiro do fenômeno. "A nossa civilização de empréstimo", escreve ele para explicar o mecanismo das eleições no interior do país, "arregimentava, como sempre o fez, o banditismo sertanejo."<sup>(OS: 167)</sup> Ao narrar "a história dramática" dos povoados do vale do Rio São Francisco, o autor de *Os Sertões* esclarece que o "saque de vilas e cidades" era elemento integrante das "campanhas eleitorais do Império", ou seja, o banditismo "fazia parte da disputa política oficial".<sup>(cf. OS: 187-188)</sup>

A observação de Euclides, que focaliza sobretudo os sertões, é estendida por Caio Prado Jr. (1942) ao país inteiro e aprofundada em suas causas econômicas e sociais. Entre a massa da população livre, ele observa uma parte "degradada, incômoda e nociva", que é a dos "desocupados permanentes". "Vagando de léu em léu, à cata do que se manter", este contingente, "apresentan-

do-se a ocasião, envereda francamente pelo crime."<sup>443</sup> No caso dessa "casta numerosa de *vadios*", esclarece o autor de *Formação do Brasil contemporâneo*, "não se trata de casos esporádicos, mas de uma verdadeira endemia social". Segundo ele, o banditismo neste país se assenta sobre um dado estrutural e permanente. "É naquele elemento desenraizado da população brasileira", encerra Caio Prado Jr. suas considerações, "que se recrutará a maior parte da força armada para a luta das facções políticas".<sup>444</sup> Portanto, mais um testemunho de que o crime é parte integrante das estruturas políticas.

Na avaliação da aliança entre poder e crime, Euclides da Cunha e Caio Prado Jr. divergem radicalmente. Euclides se revolta com uma "justiça armada", que "parlamenta com os criminosos [...]" e acaba ratificando [com eles] verdadeiros tratados de paz, sancionando a soberania da capangagem impune". Ele denuncia a conivência das autoridades públicas, em nível nacional, com "esse velho regime de desmandos".<sup>(OS: 188-189)</sup> Já Caio Prado Jr. procura justificar o uso que os poderosos fazem dos "bandos turbulentos que infestam os sertões": "[...] apesar de casos extremos [...], o arrolamento dos indivíduos sem eira nem beira nas milícias particulares dos grandes proprietários e chefes locais ainda constitui um penhor de segurança e tranquilidade, porque canaliza sua natural turbulência e lhes dá um mínimo de organização e disciplina".<sup>445</sup> Advogar a organização de bandos por chefes políticos como "um penhor de segurança e tranquilidade" é algo altamente questionável, sobretudo quando transpos-

<sup>443</sup> C. Prado Jr., 1942/1971, p. 283.

<sup>444</sup> Op. cit., pp. 283-285.

<sup>445</sup> Op. cit., p. 284.

to para os nossos dias, em que o crime organizado se configura como um dos mais graves problemas do país.

Como é que a aliança entre poder e crime é avaliada por Guimarães Rosa? E qual é, em comparação com aqueles dois textos precursores, a contribuição do seu romance para o entendimento do banditismo? O problema do crime organizado, que foi levantado por Euclides da Cunha e esboçado por Caio Prado Jr., é transformado por Guimarães Rosa em tema central do seu livro. É preciso constatar que é somente com *Grande Sertão: Veredas* que o problema do crime ganha, nos retratos do Brasil, a dimensão que ele tem na realidade. A descrição detalhada do "sistema jagunço", por Guimarães Rosa pode ser lida como uma apresentação alegórica do funcionamento de parte significativa das estruturas políticas do país.<sup>446</sup> Quanto à avaliação das relações entre poder e crime, ela não se resolve, para o romancista, numa manifestação pontual de repúdio, como em Euclides, ou de aprovação, como em Caio Prado Jr. O problema é tratado por ele de maneira mais profunda, na medida em que é discutido por um personagem-narrador que foi empreiteiro do crime, supostamente a bem do interesse público, e que está envolvido existencialmente nessa questão.

Eis o que faz a diferença qualitativa de *Grande Sertão: Veredas* em comparação com aqueles dois retratos ensaísticos do Brasil. O problema da aliança entre poder e crime não se resume numa questão temática ou ideológica, mas impregna a feitura formal do texto: é a própria voz do crime que fala, é o depoimento de um *jagunço letrado*. Ao retomar esse conceito, não estou interpretando Riobaldo como "um semiletrado",<sup>447</sup> na

<sup>446</sup> Cf. o capítulo III deste ensaio ("O sistema jagunço").

<sup>447</sup> L. Chiappini, 1998, p. 201.

perspectiva de um realismo mimético, mas como figura artística altamente elaborada de um agente do poder, que possui a competência de um letrado de mão-cheia para discutir e elaborar discursos de legitimação.

Essa competência se manifesta no próprio uso da palavra "jagunço". Comparemos estas duas definições: 1. "nome consagrado aos turbulentos de feira, aos valentões das refregas eleitorais e saqueadores de cidades — *jagunço*";<sup>(OS: 163)</sup> 2. "Jagunço — criatura paga para crimes, impondo o sofrer no quieto arruado dos outros, matando e roupihando".<sup>(GSV: 169)</sup> O traço diferenciador da segunda definição é que ela considera como fundamental o fato de o jagunço ser um executor de ordens pago por um mandante, que é o autor intelectual do crime. Não há como entender o sistema jagunço sem essa diferença decisiva. No julgamento de Zé Bebelo, seus inimigos procuram aniquilá-lo com a acusação de ele ser um "mandadeiro de políticos e do Governo",<sup>(GSV: 204)</sup> ou seja, um reles matador a soldo. É essa a condição que Riobaldo sente na carne, sob o jugo do Hermógenes, mas também sob o mando de Zé Bebelo: "Não sabia pensar com poder — por isso matava".<sup>(GSV: 262)</sup>

Uma vez conquistado o *status* de dono do poder, como é que Riobaldo avalia sua aliança com o crime? A resposta a esta pergunta, ele acaba por encontrá-la dentro de si. Em vários momentos, ele registra como surge nele o impulso para a violência, espontaneamente e com a perspectiva de plena impunidade. Como no caso da mocinha, neta de "seo" Ornelas, cuja "boniteza" Riobaldo sente "em [suas] carnes" e que ele imagina "agarra[r] nos [seus] braços", como "uma quanta-coisa primorosa que se esperneia...".<sup>(GSV: 345)</sup> Ou o caso do lázaro, "aquela coisa desumana", que dá nojo a Riobaldo e que ele sente vontade de "esmagalhar".<sup>(GSV: 372)</sup> Ou ainda o caso de "nhô" Constâncio Alves que, de repente, provoca em Riobaldo "[...] o doido afã de ma-

tar aquele homem [...] matar, matar assassinado, por má lei". (GSV: 355) O narrador procura explicar esses impulsos como tentações do demo: "[...] quem mandava em mim já eram os meus avessos", "[...] o demo então era eu mesmo?". (GSV: 355-356) Surge o sentimento de culpa: "[P]or meus desmandos [...] eu ia ter [...] de pagar?". (GSV: 361)

A história costuma absolver os vencedores. Foi o que aconteceu também com Riobaldo. Todos o prezam como "talentoso homem-de-bem", louvam seus feitos de ter vindo para "limpar estes Gerais da jagunçagem". (GSV: 456) Mas Riobaldo, ele próprio, não se absolve. É essa inquietude que faz nascer a narração. "Meus desmandos", "meus avessos", "[d]esordenei quase, de minhas idéias". (GSV: 355-356) O demo e a loucura sempre acompanharam de perto o nosso personagem.

No limiar do estudo de Raymundo Faoro sobre os donos do poder, encontra-se uma epígrafe terrível: "Não apenas a razão de milênios — também a sua loucura surta em nós. É perigoso ser herdeiro". Dificilmente, esta frase encontraria intérpretes mais sensíveis do que Euclides da Cunha e Guimarães Rosa. A presença latente da loucura no convívio entre os homens e até na vida das nacionalidades sente-se em cada fibra do seu narrar.

### 7. Quem é o povo? Quem é a nação?

"— 'Ah, agora quem aqui é que é o Chefe?'" (GSV: 329) Esta pergunta, feita por Riobaldo no momento em que ele se prepara para assumir o comando, inspirou o título desta investigação sobre os conceitos de povo e de nação. Ela será o arremate do presente estudo sobre a "nação dilacerada", no sentido de definir qual é a contribuição de Guimarães Rosa para esse problema.

Como já vimos, o problema tem um aspecto genético e um aspecto estrutural que, ambos, são desenvolvidos no romance. O aspecto genético se evidencia pela encarnação da idéia de *nação* ou *nacionalidade* na história de vida de Riobaldo. A proposta de considerar o "ato primordial" das Veredas-Mortas como uma alegoria do nascimento do Brasil justifica-se, como mostrou a análise, tanto pelo nascimento como pelo renascimento social do protagonista.<sup>448</sup> Com efeito, o romance de Guimarães Rosa é construído de tal forma que a história do indivíduo e a história da nação se encontram intimamente entrelaçadas.

Existe também o aspecto estrutural. Além do nascimento do protagonista em um determinado quadro econômico-social, ocorre seu "renascimento" político. Por meio do pacto com o Diabo, Riobaldo corrige seu nascimento original, forjando-se uma nova identidade. "Eu queria minha vida própria, por meu querer governada", (GSV: 268) declara ele, usando uma palavra de conotação claramente política. Riobaldo renega sua herança materna, de pobre e miserável, para afirmar-se com base em seu legado paterno: ser filho de um dono do poder. Nesse sentido, o pacto passa a ser a alegoria de uma ação legal fundadora, uma "constituição". Eis o aspecto a ser aprofundado.

O problema da dupla identidade expressa-se em Riobaldo através de uma profunda inquietude e de um intenso processo de autoprocura. Trata-se de uma divisão do ser e de uma tentativa de construção do eu, que afetam a própria feitura da narrativa. Em termos formais, estético-literários, o dilaceramento do ser — de Riobaldo como indivíduo, e, num plano alegórico, como representante da nação — se expressa num estilo também

<sup>448</sup> Cf. supra o capítulo IV ("O pacto...") e, no presente capítulo, o item 2, "Nação e nascimento".

“dilacerado”: uma composição fragmentária, disjuntiva, despedaçada (conforme já foi observado ao longo da nossa leitura). Comparando o romance de Guimarães Rosa com o ensaio de Euclides, pode-se dizer que o problema do dilaceramento — que já no texto de *Os Sertões* passa do nível temático para a estrutura estilística —, é incorporado aqui à forma de escrever a história com uma intensidade potencializada.

Chegou o momento de pôr à prova a hipótese de que *Grande Sertão: Veredas* é uma história criptografada do Brasil. As respostas às perguntas de Riobaldo sobre sua identidade individual e coletiva encontram-se em fragmentos-chave espalhados e ocultos em diversas passagens do labirinto da narração. Responder à pergunta sobre a identidade da nação e do povo exige desenvolver uma estratégia de leitura para organizar esses fragmentos.

Existe um ponto onde Guimarães Rosa arma sua idéia geral. Trata-se do tema do “estudo pátrio”, ao qual o narrador se refere no próêmio.<sup>(GSV: 14)</sup> Significativamente, esse parágrafo se encerra com uma consideração sobre a lei fundadora:

“[...] o que devia de haver, era de se reunirem-se os sábios, políticos, *constituições* gradas, fecharem o definitivo a noção — *proclamar* por uma vez, artes *assembléias*, que não tem diabo nenhum, não existe, não pode. Valor de lei! Só assim, davam tranqüilidade boa à gente. Por que o Governo não cuida?!”<sup>(GSV: 15, grifos meus)</sup>

A formulação um tanto bizarra, aparentemente “matuta”, não nos deve fazer subestimar o valor estratégico desta passagem no conjunto do romance. “Constituições”, “assembléias” e “proclamação” são palavras que se referem à instituição da lei fundadora de um país. A passagem em questão pode ser considerada a versão brasileira, rosiana, de um problema universal representado paradigmaticamente no conto de Franz Kafka, “Diante da Lei”

(“Vor dem Gesetz”).<sup>449</sup> Nas Veredas-Mortas, Riobaldo encontra-se numa situação semelhante ao do personagem kafkiano: é o homem do campo que quer ter acesso à lei. Essa lei, em seu núcleo, é a Lei Fundadora, a câmara central da soberania e do poder, de onde emanam todas as demais leis — assim como o pacto no Grande Sertão pode ser lido como uma reencenação do ritual de instituição dessa lei. Não existe registro escrito dessa lei primeva; estabelecida em tempos imemoriais, sua história pode ser apenas imaginada. Nesse ponto, a própria teoria política necessita recorrer à ficção, como ocorre nos escritos clássicos de Hobbes e de Rousseau sobre o pacto social. É nisso que reside a importância da narrativa literária para a história política e cultural. Uma das contribuições originais do romance de Guimarães Rosa consiste em nos ajudar a ler — entre as linhas das constituições históricas do Brasil — o texto de uma mítica constituição inicial, que expressa a história primeva do país.

“[D]esconfio de muita coisa. O senhor concedendo, eu digo: para pensar longe, sou cão mestre — o senhor solte em minha frente uma idéia ligeira, e eu rastreio essa por fundo de todos os matos, amém!”<sup>(GSV: 15)</sup> Qual é essa idéia que Riobaldo e seu criador se propõem a rastrear? Trata-se da idéia já destacada no comentário acima: a Lei Fundadora, circunscrita por “constituições”, “assembléias” e “proclamação”. Como ponto longínquo de convergência dos elementos dessa idéia teremos, trezentas páginas adiante, o episódio do pacto nas Veredas-Mortas, que e o motivo desencadeador da narração.

Como rastrear a idéia do pacto enquanto lei fundadora, ou seja, como organizar os fragmentos constitutivos da história criptografada do país, do povo e da nação? Podemos nos valer da

<sup>449</sup> F. Kafka, 1919/1970, pp. 148-149; ed. brasileira, pp. 23-25.

pergunta de Riobaldo “Quem é que é o chefe?”, num sentido alegórico e heurístico, agrupando em torno dela os materiais. Como a pergunta é formulada ao todo seis vezes, sempre com variantes, vamos usá-la — além de uma reflexão inicial e final — para agrupar os fragmentos rosianos da história criptografada do Brasil em torno das quatro ou cinco datas históricas em que houve mudança de regime político: 1822, 1889, 1930 e 1937, 1945. Próximas a essas datas foram promulgadas as Constituições às quais se refere alegoricamente o pacto ou a lei fundadora do romance de Guimarães Rosa: respectivamente, a Constituição do Brasil monárquico, a da Primeira República, a Constituição inspirada pela Revolução de 1930 e seus desdobramentos no Estado Novo, e finalmente a Constituição que abriu o caminho para uma democratização mais ampla do país.

Evidentemente, trata-se de um campo temático imenso. No âmbito desta análise só será possível pinçar algumas observações-chave, no romance como nas Constituições, para esboçar sobre elas algumas reflexões referentes aos conceitos de *povo* e *nação*.

1822: “— ‘Agora quem é que é o Chefe?’”(GSV: 329) “— ‘Agora [...] tudo é nacional!’”, proclama Zé Bebelo ao explicar seus projetos políticos.<sup>(GSV: 101)</sup> A declaração é bem abrangente, referindo-se tanto ao tempo histórico narrado, a República Velha, quanto à época da publicação do romance, marcada pela ideologia nacionalista. Além disso, essa declaração pode ser transferida, alegoricamente, para o momento da independência do país, quando se colocava o desafio de construir a nação.

O nacionalismo ideológico dos anos 1950 foi tomado por vários pensadores do Brasil, entre eles Guimarães Rosa e Antonio Candido, como ponto de partida para investigar as matrizes da idéia de *nação* e *nacionalidade*. Com base em seu estudo do romantismo brasileiro, Candido (1959) distingue entre o naciona-

lismo crítico, vinculado à tarefa de “construção e autodefinição do país e de sua literatura”, e o nacionalismo ideológico, cujos germes podem ser identificados já nos tempos fundadores.<sup>450</sup>

Com efeito, os dois aspectos da questão estão entrelaçados desde a construção do Estado independente, na medida em que as conceituações oficiais de *nação* e *nacionalidade* expressavam os interesses dos principais atores políticos. “O Império do Brasil”, diz a Constituição de 1824, “é a associação política de todos os cidadãos brasileiros”. “Eles formam uma Nação livre e independente.” “Os representantes da Nação brasileira são o Imperador e a Assembléia Geral.” “Todos estes Poderes no Império do Brasil são delegações da Nação.”<sup>451</sup>

Nestas formulações repercute o modelo do Ancien Régime francês, em que os parlamentos aristocráticos se consideravam os representantes da Nação: “la nation est le corps des Citoyens, le peuple est l'ensemble des regnicoles”.<sup>452</sup> Enquanto o “povo”, conforme o preâmbulo da Carta de 1824, permanece no papel subalterno de “aclamador” e “súdito” do poder constituído, a “nação” é o corpo dos cidadãos que sustentam o Estado, política, financeira e militarmente. É a classe dos senhores, “de linhagem de família”, como “seo” Ornelas, “posseiro de sesmaria”, “visconde”, “cidadão, que se representava”. (cf. GSV: 341, 345, 343) Ou como “seo” Habão, um daqueles eleitores possuidores de, no mínimo, cem mil-réis de renda líquida anual, e detentor da patente de “Capitão da Guarda Nacional”,<sup>(GSV: 301)</sup> o “corpo armado de cidadãos confiáveis”, criado em 1831, “a fim de reduzir, de um

<sup>450</sup> A. Candido, 1959/1981, I, pp. 28-29.

<sup>451</sup> *Constituições brasileiras: 1824*, ed. 1999, pp. 79 e 81.

<sup>452</sup> P. J. A. Roubaud, 1785, *Nouveaux synonymes français*, apud R. Kosel-  
leck et al., 1992b, p. 321.

lado, os excessos do governo centralizado e, de outro, as ameaças das 'classes perigosas'".<sup>453</sup>

No Brasil monárquico, a *nação*, que funcionou como instrumento político, jurídico, cultural e ideológico de integração do país, sobrepujou o *povo*. A nação constituiu-se em oposição ao povo, acima do povo, que era formado pela plebe, a escravaria, a massa, em suma, pelos excluídos.

Numa visão crítica das implicações socioeconômicas da Independência, Florestan Fernandes (1974) observa que "os círculos sociais" "responsáveis pela formação e consolidação da nova ordem social" independente eram "os mesmos" que foram "responsáveis pela preservação de estruturas coloniais".<sup>454</sup> Sob a roupagem ideológica do liberalismo inglês, "a grande lavoura e a mineração [...] impunham a perpetuação das estruturas do mundo colonial".<sup>455</sup> O que ocorreu com a implantação do Estado nacional, foi uma formidável "extensão da dominação senhorial". Enquanto no período colonial a esfera de poder dos *senhores* ficou confinada a unidades locais, no Brasil Império, com a metamorfose deles em *senhores-cidadãos*, ela passou a valer em âmbito nacional.<sup>456</sup> Quem era o porta-voz dessa sociedade? Num país "destituído das condições elementares mínimas de uma 'sociedade nacional'", já que "o grosso da população ficou excluído" dela, os senhores-cidadãos falavam em nome da nação. Termos ou expressões como "povo", "nação", "opinião pública", "o povo exige" [...], os "interesses da nação", "a opinião pública

<sup>453</sup> B. Fausto, 2001, pp. 87-88.

<sup>454</sup> F. Fernandes, 1974/1976, p. 54.

<sup>455</sup> Op. cit., p. 33.

<sup>456</sup> Cf. op. cit., pp. 41-42.

pena" expressavam pura e simplesmente os interesses patrimoniais e estamentais da camada dominante.<sup>457</sup>

Qual foi a função e a contribuição dos literatos nesse processo de construção da ordem nacional? Esta pergunta está na base da *Formação da literatura brasileira* (1959), de Antonio Candido, e foi retomada em seu ensaio "Literature and the Rise of Brazilian Self-Identity" (1968), publicado em português sob o título "Literatura de dois gumes" (1987).<sup>458</sup> O autor da *Formação* propõe "descrever o processo por meio do qual os brasileiros tomaram consciência de sua existência espiritual e social através da literatura"<sup>459</sup> que, neste país latino-americano, foi "algo profundamente empenhado na construção e aquisição de uma consciência nacional".<sup>460</sup> Durante as décadas de transição do Brasil Colônia para país independente, esse processo se configurou num sistema articulado inicialmente em sociedades literárias sob a influência do Arcadismo e da Ilustração e, mais tarde, em grupos e indivíduos ligados ao Romantismo. Entre os românticos, houve "a vontade consciente de definir no Brasil uma literatura independente, exprimindo a seu modo os temas, problemas e sentimentos da jovem Nação".<sup>461</sup> "Feita a independência política, difundiu-se entre os escritores a idéia de que a literatura era uma forma de afirmação nacional e de construção da Pátria."<sup>462</sup> A produção literária era portanto dedicada sobretudo à construção da nacionalidade.

<sup>457</sup> Op. cit., pp. 35, 40 e 43.

<sup>458</sup> A. Candido, 1968/1987, pp. 163-180.

<sup>459</sup> A. Candido, 1959/1981, II, p. 369.

<sup>460</sup> A. Candido, 1968/1987, p. 180.

<sup>461</sup> A. Candido, 1959/1981, I, p. 303.

<sup>462</sup> A. Candido, 1968/1987, p. 172.

Olhando bem, a formação da literatura brasileira é em boa parte uma “formação da consciência das classes dominantes locais que, depois de estabilizadas, necessitavam elaborar uma ideologia que justificasse a sua preeminência na sociedade”.<sup>463</sup> Tal postura caracteriza a primeira geração romântica, autores como Gonçalves de Magalhães, Porto Alegre, Macedo, Gonçalves Dias e Varnhagen, que formavam um grupo estreitamente vinculado ao imperador. Complementando o retrato dessa geração traçado por Antonio Candido, Lilia Moritz Schwarcz (2000), num estudo sobre D. Pedro II, descreve as atividades do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838 como principal suporte do projeto oficial de criar uma cultura nacional:

“Composto, em sua maior parte, da “boa elite” da corte e de alguns literatos selecionados [...] o IHGB pretendia fundar a história do Brasil tomando como modelo uma história de vultos e grandes personagens sempre exaltados tal qual heróis nacionais.”<sup>464</sup>

Como símbolo nacional foi escolhido o índio: “[...] praticamente desaparecido da nossa vida, representava quase um mito; tendo funcionado como fixador de aspirações e compensações da jovem nação, tornou-se paradigma de heroísmo, uma das pedras de toque do orgulho patriótico”.<sup>465</sup> Por outro lado, a principal figura de mão-de-obra do país, o negro, escravizado, “não se podia facilmente elevar a objeto estético, numa literatura ligada ideologicamente a uma estrutura de castas”; o negro “era a realidade

<sup>463</sup> Ibidem.

<sup>464</sup> L. Moritz Schwarcz, 1998/2000, p. 127.

<sup>465</sup> A. Candido, 1959/1981, II, p. 274.

degradante, sem categoria de arte, sem lenda heróica”.<sup>466</sup> Ou seja: a função do indianismo consistia em “não tocar no sistema social, que repousava sobre a exploração do escravo”; “a elaboração mitológica do índio serviu para ocultar o problema do negro”.<sup>467</sup> Apenas com o questionamento cada vez mais veemente da ordem escravocrata, a literatura nacional — primeiro a poesia e depois também o romance, esse “instrumento de interpretação social”, essa “forma de pesquisa e descoberta do país”<sup>468</sup> — deu a devida atenção às figuras dos excluídos.

Esses problemas repercutem ainda, um século depois, no romance de Guimarães Rosa. No *grand récit* das façanhas dos jagunços, estilizados pelo narrador em descendentes de cavaleiros medievais e assim identificados por uma corrente da crítica,<sup>469</sup> ainda sobrevive algo da função encobridora exercida antigamente pelo indianismo. Do alto de sua montaria, Riobaldo declara: “Vida [...] vivida por cima. Um jagunçando, nem vê, nem repara na pobreza de todos [...]”; “[...] não se nota tanto: o estatuto de misérias e enfermidades”. (GSV: 57, 48)

Como é que a temática nacional aparece no romance de Guimarães Rosa? O autor faz questão de se abster de declarações ideológicas. Os dizeres nacionalistas que aparecem ficam por conta de determinados personagens, notadamente Zé Bebelo. O que absorve a atenção do escritor é algo que se deixa entrever através da formação da literatura brasileira: a existência de uma *outra* história, encoberta pela historiografia oficial. Um exemplo

<sup>466</sup> Op. cit., pp. 274-275.

<sup>467</sup> A. Candido, 1968/1987, pp. 173 e 180.

<sup>468</sup> A. Candido, 1959/1981, II, p. 112.

<sup>469</sup> Cf. o título eloqüente “Dom Riobaldo do Urucúia, cavaleiro dos Campos Gerais”, capítulo do estudo de C. Proença, 1958, pp. 13-29.

pontual dessa atitude é a justaposição de dizeres do povo — de que numa fazenda velha “judiaram com escravos e pessoas, até aos pouquinhos matar” — com a afirmação do latifundiário Rivaldo de que nisso ele “não acredit[a]”. (GSV: 59)

Visando além desse caso específico, o escritor está empenhado na pesquisa e descoberta do país no sentido de encontrar uma *forma interna* para reescrever a história. Seu esforço de trazer à tona a história oculta manifesta-se num estilo de composição que impregna todo seu modo de narrar. O romancista suspende a historiografia oficial, despedaçando-a. Pelo romance inteiro são espalhados fragmentos da história nacional: “Cabralhada”, (GSV: 126) “missionário esperto engabelando os índios”, (GSV: 14) “posseiro de sesmaria”, (GSV: 341) fazendeiro “precisa[ndo] de [...] escravos” “para o corte da cana”, (GSV: 314) “pretos [que] bateavam em faisqueiras”, (GSV: 28) “Capitão da Guarda Nacional”, (GSV: 301) “no tempo do Bom Imperador” (GSV: 393) — para ficarmos aqui só nos períodos colonial e monárquico —, e muitos outros mais...

A experiência da nação estilhaçada e do povo recalçado é transformada pelo romancista numa história também despedaçada e até certo ponto criptografada. Cabe ao leitor decifrar a história do Brasil contida nesses fragmentos, organizando-os.<sup>470</sup> Tendo como guia o narrador rosiano, o leitor é incentivado a “rastrear”, a partir desses fragmentos, a idéia de *povo-nação* “por fundo de todos os matos”, (GSV: 15) isto é, a história do Brasil se procurando e se constituindo. É o que se procura experimentar com a presente leitura.

<sup>470</sup> A sugestão do narrador rosiano de seu ouvinte — e leitor — “organizar” seu discurso (cf. GSV: 277) ilustra paradigmaticamente a concepção da literatura como “organon da História”, proposta por W. Benjamin, 1931/1972, p. 290.

1889: “— ‘Quem é que é o Chefe?!’” (GSV: 329) “[P]rometeu muita coisa republicana”. (GSV: 104) Estas palavras, que resumem uma das falas de Zé Bebelo, aplicam-se na verdade ao conjunto dos discursos desse emblemático candidato a deputado. Trata-se de promessas de político que podem ser projetadas alegoricamente sobre todas as fases da República: 1889, 1930, 1937, 1945, e assim por diante...

Focalizemos aqui as promessas da República instaurada em 1889. “O entusiasmo e as expectativas despertadas em certas camadas da população pelo advento do novo regime”, escreve José Murilo de Carvalho (1987), “provinham de promessas democratizantes feitas nos comícios, nas conferências públicas, na imprensa radical”.<sup>471</sup> A principal dessas promessas foi a da soberania do povo. De fato, na Constituição de 1891, em comparação com a de 1824, o povo passou de súdito a soberano: “Nós, os representantes do povo brasileiro”, diz o preâmbulo, “reunidos em Congresso Constituinte para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte: Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil”.<sup>472</sup>

Como funcionou a soberania popular na prática? Em comparação com o Império, não houve ampliação do eleitorado. A eliminação da exigência de renda foi neutralizada na República pela obrigatoriedade da alfabetização. Nas eleições de 1912, votaram apenas 5,6% da população — menos do que no regime anterior, onde, em 1870, votaram 10,1%.<sup>473</sup> Assim como no Brasil monárquico, também na República, a imensa maioria da população, embora tendo garantidos seus direitos civis, não che-

<sup>471</sup> J. M. de Carvalho, 1987/2001, p. 46.

<sup>472</sup> *Constituições brasileiras: 1891*, ed. 1999, p. 77.

<sup>473</sup> Cf. O. Nogueira, in: *Constituições brasileiras: 1824*, ed. 1999, p. 64.

gou a ter os direitos políticos de cidadãos ativos.<sup>474</sup> De acordo com José Murilo de Carvalho, as expectativas de expansão dos direitos políticos se frustraram, porque “o setor vitorioso da elite civil republicana ateve-se estritamente ao conceito liberal de cidadania, ou mesmo ficou aquém dele, criando todos os obstáculos à democratização”.<sup>475</sup> A democracia existia portanto apenas nas palavras da camada dominante e de seus ideólogos. Como uma alusão a esse estado de coisas podem ser considerados, no romance de Guimarães Rosa, o “palavreado”, a “fraseação” e os “ditos vezeiros de Zé Bebelo em tantos discursos”. (cf. GSV: 306, 102, 321)

Entre os porta-vozes da República estava também Euclides da Cunha, primeiro como seu fervoroso defensor,<sup>476</sup> depois como seu crítico desenganado. Euclides viveu o processo que levou à queda do regime imperial e à implantação da República num lugar estratégico: foi aluno da Escola Militar, no Rio de Janeiro, numa fase em que essa instituição teve participação decisiva na mudança de regime.<sup>477</sup>

Como se expressam suas visões políticas, especialmente as de “povo” e “nação” em sua obra *Os Sertões*? O autor é caracterizado por Berthold Zilly (2000) como “representante, mas ao mesmo dissidente do republicanismo”.<sup>478</sup> “O autor científico”, explica Zilly, “não soube mediar a legítima auto-organização das camadas subalternas rurais e a, segundo ele, não menos legítima

<sup>474</sup> Cf. J. M. de Carvalho, 1987/2001, pp. 44-45.

<sup>475</sup> Op. cit., p. 64.

<sup>476</sup> Cf. E. da Cunha, 1889 (“Questões sociais” e “Atos e palavras”), in: 1984, pp. 40-52.

<sup>477</sup> W. Galvão, 1984, pp. 7-37, especialmente pp. 20-29.

<sup>478</sup> B. Zilly, 2000, p. 341.

civilização constituída nos moldes do Estado Nacional.” “Mas o autor poético encontrou uma solução para essas e outras aporias: a heroização do sertanejo [...] através de uma narrativa tão dramática quanto épica, tão teatral quanto pictorial [...]”.<sup>479</sup> Ao perguntar, na conclusão de suas reflexões sobre nação e sertanejo, “se a estetização e mitificação do sertanejo de Canudos como emblema nacional beneficiou o sertanejo real”, Zilly responde negativamente. É verdade que houve uma rememoração da destruição de Canudos, cem anos depois, mas

“[...] nem por isso a parte secular do legado euclidiano, o direito do homem do campo a uma vida digna e sem miséria, à participação, à cidadania, passou a ser preocupação especial de todos os governantes [...]. O sertanejo de Canudos é relegado à esfera autônoma da [...] cultura, caracterizada por sua distância em relação à [...] política, à economia, cabendo-lhe o mesmo destino contraditório do índio: morto, é enaltecido a emblema nacional; vivo, continua marginalizado ou até perseguido.”<sup>480</sup>

Será que essa diferença entre o tratamento estético e político dispensado ao sertanejo não foi decisivamente reforçada pelo duplo discurso de Euclides? Esse duplo discurso sobre o sertanejo que, conforme já vimos, pode ser considerado uma riqueza estética, mas não deixa de ser *dúplice* do ponto de vista moral. Por isso, considerar “o direito do homem do campo a uma vida digna e sem miséria, à participação, à cidadania” como “o legado euclidiano”, como o faz Berthold Zilly, é idealizar o autor de *Os Sertões*, atribuindo-lhe um mérito que ele não tem. Euclides,

<sup>479</sup> Ibidem.

<sup>480</sup> Op. cit., p. 343.

na verdade, “*não* percebeu que Canudos, em vez de representar apenas um fenômeno patológico, isto é, de desorganização social, significava também, senão principalmente, desesperada tentativa no sentido de uma nova organização social”.<sup>481</sup>

A principal qualidade que Euclides enxerga nos sertanejos, a ponto de exaltá-la com um máximo de estilização, é a virtude guerreira. Eis o núcleo de sua etnografia: no fundo, ele não escreve uma história de uma nacionalidade, mas a história de um coletivo de guerreiros. Com tamanho empenho, que podemos nos perguntar se não estamos diante de uma construção ideológica muito própria daquela época, caracterizada por José Murilo de Carvalho como “uma ideologia segundo a qual o Exército se identificava com o povo”.<sup>482</sup> Esta leitura é corroborada pelo *gestus* autoral de Euclides: em vez de dar a palavra aos sertanejos, ele faz questão de falar em nome deles, em nome da “nacionalidade” ou do povo.

As aporias estético-políticas do autor de *Os Sertões* ressaltam aos olhos, como sob uma lente de aumento, quando examinadas à luz dessa reescrita crítica que é *Grande Sertão: Veredas*. Vejamos aqui três aspectos.

O romance de Guimarães Rosa é uma reencenação paródica do discurso de Euclides de encobrir a história cotidiana civil com a epopéia dos guerreiros. O que é mitificação ideológica em *Os Sertões*, torna-se em *Grande Sertão: Veredas* mitologização auto-reflexiva: a epopéia dos jagunços, depois de encobrir longamente “o estatuto de misérias e enfermidades”,<sup>(GSV: 48)</sup> acaba sendo desmontada a partir do ponto de reviravolta: o encontro com os catrumanos, que barram o caminho ao “chefe ci-

<sup>481</sup> A. Candido, 1952/2002, p. 181; grifo meu.

<sup>482</sup> J. M. de Carvalho, 1987/2001, p. 50.

dadão” Zé Bebelo, que se apresenta soberbamente como vindo “do Brasil”.<sup>(GSV: 293)</sup>

A paródia dos guerreiros encobrindo a história cotidiana civil, além de ocorrer no nível do enredo, tem seu correspondente no nível da composição. O romance, como observamos desde o início, explora a tensão entre o *Grande Sertão*, ou seja, o estilo do *grand récit*, próprio da epopéia, e as *Veredas*, isto é, sua desconstrução crítica pelo *sermo humilis*, os inúmeros retratos do cotidiano nas frestas dos feitos militares. A maneira de Guimarães Rosa lidar com dois discursos é portanto muito diferente da de Euclides. O romance é estruturado de forma mais reflexiva, mais propícia à descoberta e à pesquisa que o ensaio do precursor. Em vez de oferecer, como o livro de Euclides, uma tese já pronta sobre a nação ou a nacionalidade, ele incentiva o leitor, através da forma de composição, a montar, por conta própria, uma imagem do povo e da nação.

Numa célebre frase, Aristides Lobo, testemunhando, em novembro de 1889, a súbita queda do trono e a proclamação da República em nome do povo, descreve como este assistiu atônito e “bestializado”.<sup>483</sup> Curiosamente, tanto na obra de Euclides quanto de Guimarães Rosa encontra-se um eco desse tipo de imagem do povo. O autor de *Os Sertões*, que vê nos sertanejos um “estádio social inferior”, descreve a comunidade de Canudos como “massa inconsciente e bruta, crescendo sem evoluir, sem órgãos e sem funções especializadas [...], à maneira de um polipeiro humano”.<sup>(OS: 163)</sup> Também Guimarães Rosa, em vários momentos do seu romance, ao representar o povo, recorre a metáforas animais: “A Nhanva enxameava de gente homem”,<sup>(GSV: 99)</sup> “Se-

<sup>483</sup> Aristides Lobo (carta ao *Diário Popular* de São Paulo, em 18/11/1889), apud J. M. de Carvalho, 1987/2001, p. 9, e nota 1, p. 18.

nhor conheceu por de-dentro um bando em-pé de jagunços [...] — sabe os quantos lobos?” (GSV: 64) “A jagunçama veio avançando, feito um rodear de gado” (GSV: 197) “Me trouxeram, rebanhal, os todos possíveis. Do Sucruíú, uns pouquinhos” e “a quantidade maior [...] do Pubo” (GSV: 335-336)

Em vista das numerosas ocorrências, Guimarães Rosa até parece ser mais inclinado à “bestificação” do povo do que Euclides. Existe, no entanto, um traço de composição que faz a diferença qualitativa. Ao contrário do autor de *Os Sertões*, onde o uso da metáfora animal é decorrente do preconceito, em Guimarães Rosa ela é altamente consciente e política. “[Ele] respondeu com ar de me ferir [...] jacaré já!”, narra Riobaldo ao reproduzir a fala do velho do Morro dos Ofícios. Se combinamos mais dois fragmentos desse episódio (cf. GSV: 392-394) — “Bestiagem que ele me respondeu”, e “o velho [...] falava no tempo do Bom Imperador” — identificamos, entre as linhas, a emblemática frase de Aristides Lobo, característica dos inícios da República no Brasil. Eis mais um exemplo da historiografia criptográfica praticada pelo nosso autor.

É de notar também que o protagonista-narrador rosiano se inclui auto-ironicamente no bestiário, o que não é absolutamente o caso de Euclides. Na cena da tomada do poder, Zé Bebelo compara Riobaldo a um “urutu branco”. Este aceita o nome. O Urutu-Branco — um chefe, um letrado a serviço do poder, um ser de língua dupla.<sup>484</sup> Graças a esse alto grau de auto-reflexão, o narrador luciférico de Guimarães Rosa torna-se um instrumento mais agudo que o “sincero narrador” de Euclides para sondar o campo dissimulado da semântica política.

<sup>484</sup> Riobaldo caracteriza a sua própria fala nestes termos: “[...] eu disse; disse mansinho mãe, mansice, caminhos de cobra” (GSV: 210)

1930 e 1937: “— ‘Quem é qu’...’” “... é o Chefe?!...” (GSV: 330) As referências à atmosfera política que preparou a Revolução de 1930 são bastante explícitas no romance. “Os revoltosos [...] passaram por aqui, soldados de Prestes” (GSV: 77) relata Riobaldo. “Deixa, que, daqui a uns meses, [...] não se vai ver mais um qualquer chefe encomendar para as eleições as turmas de sacripantes, desentrando da justiça [...]” (GSV: 102) expressa Zé Bebelo sua indignação diante das fraudes eleitorais que eram de praxe na República Velha. Seu desejo de “proclamar outro governo” (GSV: 212) encontra eco na opinião de “seu” Ornelas de que “o sertão carece... [...] um homem forte” (GSV: 344) resumindo uma vontade crescente, entre as oligarquias, de substituir a república inoperante por um governo autoritário.

Com efeito, ao longo dos anos 1920 acumularam-se em várias camadas sociais as insatisfações com o regime instaurado em 1889. A derrubada da República “Velha” pela Revolução de 1930 — seguida em 1937 pela instauração do Estado “Novo” — deu-se sob a pressão de três forças político-sociais: as massas urbanas, que surgiram com a industrialização do país e reivindicaram sua participação na política, o movimento dos tenentes e as oligarquias dissidentes, que promoveram a reorganização do poder.<sup>485</sup> Quais foram, nesse contexto histórico, os novos significados de “povo” e “nação”, e qual a contribuição do romance de Guimarães Rosa para a compreensão desta questão?

Nas transformações ocorridas em 1930 teve um papel fundamental o movimento tenentista, cujo “episódio mais expressivo” foi a marcha da Coluna Prestes, de dezembro de 1924 a

<sup>485</sup> Cf. B. Fausto, 1970/1987, pp. 92 e 102-103. Quanto às massas urbanas, o autor diferencia entre as classes médias, que apoiaram a Revolução; as massas populares, que tiveram “presença difusa” (p. 103); e a classe operária, cujas lideranças foram duramente reprimidas pelo novo regime (cf. pp. 105-106).

fevereiro de 1927.<sup>486</sup> A referência aos “revoltosos”, no romance de Guimarães Rosa, é precisa e estratégica. O “fogo” que eles deram, “na barra do Urucúia, em São Romão, aonde aportou um vapor do Governo, cheio de tropas [...]”,<sup>(GSV: 77)</sup> marca o ponto de inflexão da marcha da Coluna.<sup>487</sup> Até então, o objetivo dos rebeldes tinha sido a derrubada do governo de Artur Bernardes; nesse sentido resolveram, em agosto de 1925, a partir de Goiás, “tomar bruscamente uma direção Sudeste que levava ao Distrito Federal [Guanabara]”. Ora, defronte às consideráveis forças legalistas, a Coluna decidiu por uma mudança de rumo: conforme a estratégia da “guerra de movimento”, “a prioridade passou a ser divulgar a “mensagem revolucionária” de 1924 pelo interior do país”.<sup>488</sup>

Ao fazer um balanço da ação política da Marcha, o historiador José Augusto Drummond conclui que ela não conseguiu adesões populares e em momento algum ameaçou seriamente a ordem estabelecida.<sup>489</sup> No plano simbólico, porém, ela teve pleno sucesso, ganhando inclusive uma certa auréola mítica.<sup>490</sup> Com efeito, a Coluna Prestes, que pretendia ser “um movimento nacional” e expressar “a identificação entre Exército e nação”, conseguiu fixar-se na opinião pública como um símbolo de “indignação nacional”. Isso teve seu peso em 1930, quando os tenen-

<sup>486</sup> Cf. J. A. Drummond, 1985/1991, p. 18.

<sup>487</sup> Ver o mapa com o trajeto da Coluna Prestes, in: Drummond, 1985/1991, p. 47. O combate, ocorrido em 21/8/1925, é relatado detalhadamente por um advogado paulista que integrou a expedição: L. Moreira Lima, 1934/1979, pp. 182-184.

<sup>488</sup> Cf. J. A. Drummond, 1985/1991, pp. 57-58.

<sup>489</sup> Cf. op. cit., pp. 56-57, 63 e 90.

<sup>490</sup> Cf. op. cit., pp. 88 e 90.

tes constituíram uma “importante força de sustentação do Governo Provisório de Getúlio Vargas”.<sup>491</sup>

Além de ser uma referência histórica pontual em Guimarães Rosa, a Coluna Prestes parece ter também uma certa importância no plano da composição de *Grande Sertão: Veredas*. Será que essa saga de marchas e combates nos sertões do Brasil não prefigura de algum modo a epopéia da jagunçagem que sustenta o romance? Apesar de não existirem provas (até agora) de que a marcha da Coluna Prestes tenha sido uma das fontes de inspiração do romancista, há uma série de semelhanças estruturais que chamam a atenção.<sup>492</sup>

A “travessia” de Riobaldo e de seu bando, a “história de tantas caminhadas e vagos combates”,<sup>(GSV: 234)</sup> pode ser lida, em parte, como um modelo, ao mesmo tempo menor e maior, daquela épica cavalgada política pelo interior do Brasil, atravessando 25 mil quilômetros em 27 meses e, com isso, catorze dos vinte estados do país. As semelhanças são muitas: o itinerário essencialmente “errante”, o desenho dos mapas, o desvio sistemático das cidades, a forma de combate da guerrilha cavalariana ou seja, a guerra em movimento, os estratagemas militares, as operações logísticas para providenciar alimentos, montarias e munições, a (falta de) infraestrutura de saúde, os discursos políticos que acompanham as operações militares, a questão da moral de combate, a espírito de rebeldia, a mitificação dos cavaleiros andantes, e muito mais...<sup>493</sup>

<sup>491</sup> Cf. op. cit., pp. 40-41, 44 e 8.

<sup>492</sup> Este assunto, que aqui pode ser apenas esboçado, mereceria um estudo próprio.

<sup>493</sup> G. Rosa, que era dez anos mais novo que L. C. Prestes (nascido em 1898), certamente acompanhou pelos jornais os feitos do rebelde famoso. Embora o autor tenha lutado num campo ideológico diferente, ele faz questão de falar também

A diferença radical, no entanto, entre a Coluna Prestes enquanto viagem política e a “viagem por este Norte, meia geral” de Riobaldo (e de seu criador Guimarães Rosa) está na qualidade do contato com o povo.

Teoricamente, a marcha de Prestes, assim como o tenentismo em geral, pretendia beneficiar com a sua “revolução” o povo. Na prática, porém, a Coluna contava com pouco ou nenhum apoio popular. No fundo, ela dispensava adesões, por se considerar autosuficiente.<sup>494</sup> Na perspectiva dos tenentes, “o povo” “já estava representado pelo Exército brasileiro”.<sup>495</sup> A visão que os intelectuais do movimento tiveram do povo é testemunhada de maneira eloqüente por um de seus participantes: “No interior, o povo é semibárbaro, não tendo noção nítida da Pátria. [...] É uma massa amorfa que não tem a idéia de liberdade, um verdadeiro rebanho de brutos [...]. O sertanejo estacionou nos degraus inferiores da escala ascendente da civilização”.<sup>496</sup> De forma potencializada, ressurgem nestas linhas os preconceitos semeados por Euclides da Cunha.

Se os rebeldes se consideraram ideologicamente auto-suficientes, certamente não o eram no plano das necessidades materiais. De onde vinham seus mantimentos, suas montarias e seu sustento diário? “Quem acabou sustentando mesmo a Coluna foram as populações das zonas rurais e pequenas cidades por onde ela passou.”<sup>497</sup> Autocriticamente, um dos comandantes da Mar-

de sua própria experiência de “rebelde” (apud G. Lorenz, 1970, p. 492; ed. brasileira, p. 67).

<sup>494</sup> Cf. J. A. Drummond 1985/1991, pp. 56 e 64.

<sup>495</sup> Cf. op. cit., p. 92.

<sup>496</sup> L. Moreira Lima, 1934/1979, p. 182.

<sup>497</sup> J. A. Drummond, 1985/1991, p. 65.

cha observa a respeito das *requisições*: “Na verdade, o sacrifício que [nós] estávamos fazendo [...] mal se equiparava ao que infligíamos a essas mesmas populações miseráveis, que eram obrigadas a pagar o pesado tributo de alimentar, vestir e montar cerca de mil soldados e oficiais revolucionários — além de sofrer, por vezes, os maus-tratos [...]”.<sup>498</sup> Eis a terrível contradição daquele movimento: quem pagava a sua “revolução” era o povo das regiões mais pobres do país. Assim não é de estranhar que os integrantes da Coluna Prestes tenham sido rejeitados e hostilizados pela população do interior.<sup>499</sup>

Comparada com a visão que tinham do povo os tenentes rebeldes, a opção de Guimarães Rosa é radicalmente outra. É como se ele reescrevesse criticamente aquela Marcha. Além de tematizar a referida contradição,<sup>500</sup> o narrador Riobaldo frequentemente dá a voz ao próprio povo — tomando cuidado, ao mesmo tempo, para não idealizá-lo.<sup>501</sup>

Depois de termos examinado as concepções de “nação” e “povo” no que foi o episódio mais marcante do movimento tenentista, vejamos como ambos os conceitos aparecem, após a dupla mudança de regime, em 1930 e em 1937, nas respectivas constituições.

<sup>498</sup> Juarez Távora, apud Drummond, 1985/1991, p. 66.

<sup>499</sup> Cf. J. A. Drummond, 1985/1991, pp. 64 e 79.

<sup>500</sup> As reiteradas recomendações de Riobaldo de “que não se entrasse com bruteza nos povoados, nem se amolasse ninguém, sem a razoável necessidade” (GSV: 395) podem ser lidas como uma paródia das *requisições* da Coluna Prestes, que iam da formalização, por escrito, até os saques (cf. J. A. Drummond, 1985/1991, pp. 65 e 67).

<sup>501</sup> Esta questão, que é ao mesmo tempo lingüística, antropológica e política, será detalhadamente tratada no capítulo VII deste estudo (“Representação do povo e invenção da linguagem”).

Com referência à “nação”, a Constituição de 1934 reitera basicamente o que já constava da Carta anterior: “A Nação brasileira, constituída pela união perpétua e indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios em Estados Unidos do Brasil, mantém como forma de governo, sob o regime representativo, a República Federativa, proclamada a 15 de novembro de 1889”.<sup>502</sup> O conceito de “nação”, neste contexto, converge com a idéia de “Estado”, “Estado nacional” ou de “povo constituído em Estado”.<sup>503</sup>

Quanto ao “povo”, a Carta de 1934, inspirada na constituição da República de Weimar, enfatiza sua soberania: “Todos os poderes emanam do povo, e em nome dele são exercidos”.<sup>504</sup> Esta declaração, junto com a proposta de “assegur[ar] à Nação [...] a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico” dá um peso maior à idéia de democracia. No entanto, como a história brasileira mostrou mais de uma vez, a segunda parte da declaração pode se revestir de um sentido irônico, que desmente a intenção democrática. Tanto o Estado autoritário de 1937 quanto a ditadura militar instaurada em 1964, que repetiram a referida fórmula em suas respectivas constituições, governaram “em nome do povo”, não como seus representantes livremente eleitos, mas como seus tutores, pela força. Como já observamos e como se verá também pela seqüência, o escritor e pensador Guimarães Rosa foi extremamente sensível à questão de quem fala em nome do povo.

<sup>502</sup> *Constituições brasileiras: 1934*, ed. 1999, p. 115.

<sup>503</sup> Cf. Rui Barbosa, *Comentários à Constituição Federal Brasileira*, apud R. Faoro, 1958/1998, II, p. 627.

<sup>504</sup> Fórmula retomada pelas Constituições de 1945 e de 1967, sendo que o regime instaurado em 1964 ateu-se apenas à segunda parte desta declaração.

Para completar o quadro, vejamos também os termos da Carta de 1937, que invalidou a constituição democrática promulgada apenas três anos antes. É significativo que o sujeito do preâmbulo não sejam os representantes legitimamente eleitos pelo povo, mas um chefe que usurpou o poder por meio de um golpe:

“O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil

Atendendo às legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem resultantes da crescente agravação dos dissídios partidários, que uma notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, a resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funeste iminência da guerra civil [...]

Com o apoio das Forças Armadas e cedendo às aspirações da opinião nacional [...]

Resolve assegurar à Nação a sua unidade [...] e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e a sua prosperidade [...].”<sup>505</sup>

Neste preâmbulo estão contidos os princípios básicos do populismo, introduzido em ampla escala por Getúlio Vargas na política brasileira. O chefe do executivo aparece no papel de protetor todo-poderoso.<sup>506</sup> Dispensando a mediação de representantes, ele fala em nome da “opinião nacional” e do povo, gover-

<sup>505</sup> *Constituições brasileiras: 1937*, ed. 1999, p. 69.

<sup>506</sup> Significativamente, a Constituição de 1937, assim como a de 1889, dispensa em seu preâmbulo a referência a Deus.

nando em entendimento direto com ele. “Acima” dos dissídios partidários e das lutas políticas, o chefe cuida como um grande pai da unidade da Nação e do bem-estar do povo.

Com base na observação de Raymundo Faoro de que o populismo “se funda no momento em que as populações rurais se deslocam para as cidades, educadas nos quadros autoritários do campo”, cabe registrar que alguns elementos populistas existem também no mundo rural de *Grande Sertão: Veredas*, em nível micro-histórico.<sup>507</sup> Uma vez empossado como chefe, Riobaldo dispensa “formar conselho” com os representantes do grupo; em vez deles, convoca para ficarem ao seu lado o Menino e o Cego. Esse recurso a figuras arquetípicas e míticas completa o discurso populista com que Riobaldo inicia sua empresa: “[...] eu pretendia era retirar aqueles, todos, destorcidos de suas misérias”.<sup>(GSV: 336)</sup>

Esta justaposição do “pequeno demagogo local”<sup>508</sup> e coronelista do romance com a principal figura populista da história brasileira visa não apenas apontar afinidades, mas também realçar por contraste uma característica fundamental do populismo: a preponderância do Estado, de cunho autoritário, que se propôs a “constituir artificialmente a *nacionalidade*”,<sup>509</sup> “organizar a nação”,<sup>510</sup> “substituir a nação pelo Estado, com o nacio-

<sup>507</sup> R. Faoro, 1958/1998, II, p. 707. Sem contestar a tese, defendida por estudiosos como O. Ianni (1968a) e F. Weffort (1978), de que o populismo é um fenômeno essencialmente urbano, essas observações mostram que existe um certo contágio entre coronelismo e populismo.

<sup>508</sup> F. Weffort, 1978, p. 40. Sobre a diferença entre populismo e coronelismo, ver pp. 27-28.

<sup>509</sup> Alberto Torres, 1938, *A organização nacional*, apud R. Faoro, 1958/1998, II, p. 671.

<sup>510</sup> B. Fausto, 2001, p. 195.

nalismo”.<sup>511</sup> Para entender a “construção simbólica da figura de Getúlio Vargas como protetor dos trabalhadores”,<sup>512</sup> é preciso ter em mente a natureza do Estado Novo e seu objetivo geral. Sob o aspecto socioeconômico, tratava-se de “uma aliança da burocracia civil e militar e da burguesia industrial”, com o fim de “promover a industrialização do país sem grandes abalos sociais”.<sup>513</sup> Isso significava, no plano político, que o governo tinha de “reduzir as rivalidades entre as classes, chamando as massas populares e a burguesia nacional a uma colaboração promovida pelo Estado”.<sup>514</sup>

Os estudiosos do populismo chamam a atenção para uma contradição básica: A revolução democrática iniciada nos anos 1930 com o populismo nacionalista está contida “entre os limites contraditórios de promover a participação popular e de assegurar o poder burguês”.<sup>515</sup> Em outras palavras: “O populismo é um sistema de antagonismos. Como política de aliança de classes, é uma política de aliança de contrários”.<sup>516</sup>

Nesse sentido, o Estado getulista foi, no plano pragmático, o governo de uma “personalidade carismática”, um líder mítico “capaz de todas as artes”, porém “enquadrado estamentalmente”.<sup>517</sup> O estamento burocrático, que atuava entre o povo e o presidente, tinha como uma de suas funções-chave “amaciá-lo” as

<sup>511</sup> R. Faoro, 1958/1998, II, pp. 697-698.

<sup>512</sup> B. Fausto, 2001, p. 206.

<sup>513</sup> Op. cit., p. 201.

<sup>514</sup> Op. cit., p. 214.

<sup>515</sup> F. Weffort, 1978, p. 42.

<sup>516</sup> O. Ianni, 1968a/1975, p. 208.

<sup>517</sup> R. Faoro, 1958/1998, II, pp. 703, 705 e 702.

novas forças sociais, “embotando-lhes a agressividade transformadora” e incorporando-os à ideologia do regime.<sup>518</sup>

Diante da ambigüidade do Estado populista, que reestruturou e modernizou o estamento burocrático, ampliando “largas fontes de emprego às classes médias”,<sup>519</sup> qual foi a posição social dos letrados e intelectuais? É significativo que nesse período de modernização do Brasil surgiram pensadores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., que abriram novas perspectivas para a interpretação do país. Dentre eles, o autor de *Raízes do Brasil* (1936) é quem mais se dedica à reflexão autocrítica sobre o papel do intelectual.<sup>520</sup> Contrariando a ideologia vigente da “nação unida”, Sérgio Buarque diagnostica a seu modo a existência de uma nação dilacerada: “as classes cultas se acham isoladas do resto da nação”.<sup>521</sup> Nesta “terra de advogados”, pergunta ele, “não existiria” “à base dessa confiança no poder milagroso das idéias [...] um secreto horror à nossa realidade?”<sup>522</sup> Ou seja: o crítico e historiador manifesta sua profunda desconfiança diante das palavras, com os quais os letrados, a serviço de demagogos e ideologias, simulam e dissimulam a realidade.

No mesmo contexto nasce, sem fazer alarde, o projeto literário de João Guimarães Rosa. O livro de contos que é o germe de *Sagarana* e com o qual o jovem diplomata participou de um concurso literário, em 1937, seria mantido na gaveta e aperfeiçoado até 1946. A reflexão do escritor sobre seu lugar social e sua

<sup>518</sup> Cf. op. cit., p. 745.

<sup>519</sup> Op. cit., p. 704.

<sup>520</sup> Cf. o comentário à obra de S. Buarque de Holanda neste capítulo, no item 5, “Cidade versus Sertão?”.

<sup>521</sup> S. Buarque de Holanda, 1936/1969, p. 135.

<sup>522</sup> Op. cit., pp. 115 e 118.

postura estética já foi se definindo naqueles anos iniciais: diferentemente dos populistas, ele nãoalaria em nome do povo, mas pesquisaria a língua na boca do povo — para reinventá-la, livre.<sup>523</sup>

De 1945 em diante... “— ‘Quem é que é o Chefe?’” (GSV: 330) “[D]epois [que] deputado fosse, então reluzia perfeito o Norte, botando pontes, baseando fábricas, remediando a saúde de todos, preenchendo a pobreza, estreando mil escolas”. (GSV: 102) Este discurso de Zé Bebelo, embora proferido ainda no tempo da República Velha, já tem a marca do desenvolvimentismo, que se esboça durante o Estado getulista, para caracterizar depois a atmosfera dos anos 1950, quando Guimarães Rosa publica seu romance. Aí estão os indícios da industrialização do país, da extensão do sistema de transportes ao interior subdesenvolvido e dos investimentos em saúde, assistência social, educação — em suma, o retrato de um Estado até certo ponto compromissado com o povo.

O fenômeno político-social comum a todo esse período, de 1930 até 1964, apesar das mudanças de regime, é o populismo, com seus desdobramentos. Vamos fazer, aqui também, uma leitura da época centrada nos conceitos de “povo” e “nação”, estudando suas novas significações políticas em diálogo com determinadas passagens do romance.

Depois da República oligárquica de 1889 e do Estado autoritário dos anos 1930-1945, começou finalmente a experiência republicana com participação popular efetiva. Na Constituição de 1946, o povo, depois de ter sido tutelado durante o Estado Novo, volta a ser reconhecido como soberano. Conforme diz

<sup>523</sup> Cf. o capítulo VII deste ensaio (“Representação do povo e invenção da linguagem”).

o preâmbulo, a constituição é decretada e promulgada pelos “representantes do povo brasileiro, reunidos sob a proteção de Deus, em Assembléia Constituinte, para organizar um regime democrático”.<sup>524</sup>

Comparando a eleição para Presidente da República em 1930 com a de 1945, constata-se um aumento de eleitores: de 1,9 milhão, ou seja, 5,7% da população, para 6,2 milhões, representando 13,4% da população.<sup>525</sup> Um comentarista observa: “Pela primeira vez, as eleições de 1945, apesar do voto mercenário nas zonas rurais, revelaram o peso do proletariado e das classes submédias. Isso veio produzir o aparecimento dos líderes populistas”.<sup>526</sup> Há também quem chama a atenção, em vista dos meros 13,4%, para “a restrição do direito de voto aos alfabetizados”, que “afasta da atividade política [...] a maioria da população adulta e a quase totalidade da população rural”.<sup>527</sup> Em todo caso, verifica-se, desde o início dos anos 1950, uma pressão crescente das massas populares sobre o Estado.<sup>528</sup>

No romance de Guimarães Rosa, a população rural aparece como força política num dos discursos de Zé Bebelo: “Se eu alcançasse, entrava para a política, mas pedia ao grande Joca Ramiro que encaminhasse seus brabos cabras para votarem em mim, para deputado... Ah, este Norte em remanência: *progresso* forte, fartura para todos, a alegria *nacional!*” (GSV: 212, grifos meus) A palavra-chave do desenvolvimentismo e o apelo nacionalista se combinam para

designar o que foi a ideologia dominante daquela época, notadamente dos anos JK: o nacional-desenvolvimentismo.<sup>529</sup>

A principal expressão dessa ideologia foi a nova capital do país, cuja edificação, de 1956 a 1960, pode ser considerada, em mais de um sentido, como mostra Vânia Moreira (1998), “a construção da nacionalidade”. Brasília foi para Juscelino Kubitschek o “símbolo do desenvolvimento nacional”, ligado à promessa de que a nova capital estaria promovendo “a superação do estado de subdesenvolvimento da nação”.<sup>530</sup> A operação Brasília foi iniciada por uma ampla campanha de legitimação, com o intuito de se fabricar um “desejo nacional”.<sup>531</sup> “Construção da nacionalidade” designa, portanto, não apenas a obra urbanística e a ideologia correlata, mas também a própria atividade propagandística de que Brasília precisava ser construída porque era “consenso nacional”.<sup>532</sup> Nesse sentido, sublinha Vânia Moreira, “Brasília não possui um significado único para toda a sociedade daquele período”: “ela pode e deve ser vista tanto como símbolo do ideário desenvolvimentista quanto como símbolo do desperdício, da inflação e de outras mazelas vivenciadas pela população”.<sup>533</sup>

“Eu me lembro das coisas, antes delas acontecerem...” (GSV: 27) Acompanhando ou, melhor, antecipando os passos dos construtores de Brasília, o autor de *Grande Sertão: Veredas* escolhe como centro do seu retrato do país o planalto central. Como já observamos, a nova capital aparece no romance de maneira ale-

<sup>524</sup> *Constituições brasileiras: 1946*, ed. 1999, p. 63.

<sup>525</sup> B. Fausto, 2001, pp. 219-220.

<sup>526</sup> A. Baleeiro, in: *Constituições brasileiras: 1946*, ed. 1999, p. 22.

<sup>527</sup> F. Weffort, 1978, p. 18.

<sup>528</sup> Cf. op. cit., pp. 17 e 23-24.

<sup>529</sup> Cf. F. Weffort, 1978, pp. 25 e 37; e V. Moreira, 1998, pp. 129-170, especialmente pp. 136-145.

<sup>530</sup> V. Moreira, 1998, pp. 36 e 35.

<sup>531</sup> Op. cit., p. 66.

<sup>532</sup> Cf. op. cit., pp. 57-60.

<sup>533</sup> Op. cit., p. 90.

górica. O comício de Zé Bebelo, “no município de Brasília”, sob o lema de “falar muito nacional...”, (GSV: 104) combinado com o seu já citado discurso na Fazenda Sempre-Verde, (cf. GSV: 212) reúne três eminentes características da era JK: as promessas desenvolvimentistas, o ideário nacionalista e o apelo populista. Esses indícios, mais ou menos criptografados, mostram que Guimarães Rosa visava retratar também o seu próprio tempo.

A esta altura se faz necessário um esclarecimento conceitual, uma definição das semelhanças e diferenças entre “nacionalismo”, “nacional-desenvolvimentismo” e “populismo”.

O nacionalismo veio se tornando desde 1950, com o governo Vargas, uma espécie de ideologia oficial,<sup>534</sup> “seduzi[ndo] parte significativa da elite política e intelectual brasileira”.<sup>535</sup> Diferentemente do populismo, pragmático, “expressão da ascensão das massas e de sua incorporação ao regime”, o nacionalismo, enquanto “populismo teórico”, “emerge diretamente ao nível do Estado”.<sup>536</sup> Nesse período, 1950-1964, o nacionalismo corresponde a “grupos políticos, tecnocráticos e militares situados no aparelho do Estado ou diretamente associados a ele e que tratam de definir uma estratégia *para o Estado* em face dos problemas criados ou enfrentados pelo desenvolvimento industrial e urbano do País”.<sup>537</sup>

A agência ideológica principal, instalada de 1955 a 1964 no Ministério da Educação, foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), representando o nacional-desenvolvimentismo.<sup>538</sup>

<sup>534</sup> F. Weffort, 1978, p. 39.

<sup>535</sup> V. Moreira, 1998, p. 131.

<sup>536</sup> Cf. F. Weffort, 1978, pp. 40 e 42.

<sup>537</sup> Op. cit., p. 40.

<sup>538</sup> Cf. F. Weffort, 1978, p. 39 e V. Moreira, 1998, pp. 136-145.

Para os teóricos do ISEB, “o Brasil não era ainda uma nação, pois não se desenvolvia a partir de seus próprios interesses e necessidades”.<sup>539</sup> Por isso, consideravam imperioso consolidar a “revolução democrático-burguesa”, apoiando a burguesia como “a classe mais dinâmica e fundamental do novo modelo de desenvolvimento”, para que, sob sua direção, “as classes dinâmicas” pudessem aniquilar a influência das “velhas classes latifúndio-mercantis” sobre o Estado brasileiro.<sup>540</sup> (Era uma pseudobatalha, como já observamos,<sup>541</sup> e como se verá também mais adiante.) Diferentemente do ISEB, o grupo do nacionalismo econômico, em torno da *Revista Brasiliense*, defendia o projeto de “integrar as massas urbanas e rurais ao sistema econômico”.<sup>542</sup> Comparando os dois grupos, Vânia Moreira conclui que, apesar das propostas distintas, ambos “minimizaram e, no limite, dissimularam a perspectiva de classe de seus projetos sociais, mediante o uso recorrente dos conceitos de prosperidade, desenvolvimento e interesses nacionais. Isto permitiu que ambos fossem considerados projetos análogos para o País”.<sup>543</sup>

O nacionalismo é criticado por Francisco Weffort por seu uso frouxo das idéias e palavras:

“O nacionalismo sempre propôs como teoria para a esquerda brasileira as mesmas idéias confusas que os populistas propunham às massas na demagogia dos grandes comícios. A noção de *povo*, que todo populista gritava nos comícios e so-

<sup>539</sup> Roland Corbisier, apud V. Moreira, 1998, p. 138.

<sup>540</sup> Hélio Jaguaribe, apud V. Moreira, 1998, pp. 138 e 142.

<sup>541</sup> Cf. supra o item 5, “Cidade *versus* Sertão?”.

<sup>542</sup> Cf. V. Moreira, 1998, p. 146.

<sup>543</sup> V. Moreira, 1998, p. 161.

bre o qual todo ideólogo dissertava em seus livros, era confusa e ambígua em ambos os casos, como era confusa e ambígua a situação das classes onde tinha suas origens”.<sup>544</sup>

Destacando como pontos fracos tanto da ideologia nacionalista quanto da demagogia populista a paixão pelos esquemas ideológicos e a profissão de fé nas palavras, o crítico conclui: “Perdera-se a antiga desconfiança para com as palavras e as retumbantes proclamações adquiriram uma relevância que se pretendia fundamental”.<sup>545</sup>

Desconfiança para com as palavras — eis a atitude que caracteriza vários dos melhores intérpretes do Brasil. Por exemplo, Sérgio Buarque de Holanda, com sua crítica ao culto bacharelesco das belas fórmulas;<sup>546</sup> ou Raymundo Faoro, com sua sensibilidade aguda para as dissimulações e o uso de máscaras no jogo político.<sup>547</sup> Ou justamente Guimarães Rosa, o mais cismado de todos, cujo narrador tem como lema: “Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa”.<sup>(GSV: 15)</sup> Com efeito, a todo momento, Riobaldo põe à prova os discursos e as palavras. Notadamente no caso de Zé Bebelo.

“[R]emediando a saúde de todos, preenchendo a pobreza, estreando mil escolas”.<sup>(GSV: 102)</sup> Nestes termos Zé Bebelo resume

<sup>544</sup> F. Weffort, 1978, p. 37.

<sup>545</sup> Op. cit., p. 25.

<sup>546</sup> S. Buarque de Holanda, 1936/1969, p. 133. Cf. supra a análise do bacharelismo no item 5, “Cidade versus Sertão?”.

<sup>547</sup> A título de exemplo, veja-se este retrato de político: “Felipe Égalité, Vitória Emanuel, o caudilho fiel a Júlio de Castilhos são apenas máscaras cênicas — como o *chuchu* e o *Gegê*. Getúlio Vargas, na multiplicidade de papéis que lhe querem impor, tem o seu próprio” (R. Faoro, 1958/1998, II, p. 705).

o seu programa de política social. O leitor vai se inteirar junto com Riobaldo do que significam estas palavras na prática. O momento da prova é o encontro dos “heróis” do romance com os *catrumanos*, que equivale ao confronto com o país subdesenvolvido. Diante do “inferno feio deste mundo” — a falta de saúde, a falta de educação e a mais degradante miséria — Riobaldo se apóia na figura do chefe, como “esperança”, “guarda de amparo” e “proteção”.<sup>(GSV: 295)</sup> No seu modo de ver, Zé Bebelo podia mandar “[...] o sertão retroceder, feito pusesse o sertão para trás! [...] Para mim, ele estava sendo feito o canoeiro mestre, com o remo na mão, no atravessar o rebelo dum rio cheio”.<sup>(GSV: 295-296)</sup>

Ora, diante do caso concreto do menino Guirigó, “tão magro, trestriste, tão descriado”, “com a prática de todos os sofrimentos”, a principal ação de Zé Bebelo consiste em repetir um de seus bem-estudados discursos: “O que imponho é se educar e socorrer as infâncias deste sertão!”.<sup>(GSV: 300)</sup> Quando, pouco depois, a maioria de seus homens adoece de malária, o chefe, em vez de urgentemente providenciar remédio, se resigna a “esperar mesmo ali, até que os adoecidos sarassem”, e continua seu “palavrear, a raleza de projetos, como faz-de-conta”.<sup>(GSV: 306-307)</sup> Decepcionado com o líder que “murchava”, Riobaldo expressa sua revolta numa ironização, diante dos companheiros, do programa de “miséria melhorada” de Zé Bebelo.<sup>(cf. GSV: 321)</sup> Sarcasticamente, Riobaldo desmonta todo um programa político em que a fraseação e o palavreado substituem a ação. O desmascaramento final ocorre no último encontro com Zé Bebelo, quando este revela que trocou seu ideário desenvolvimentista, nacionalista e populista por proveitos pessoais: “[...] ganhar o muito dinheiro”, “estudar para advogado”.<sup>(GSV: 459)</sup> Assim, o retrato desse personagem acaba se fundindo com a figura, magistralmente estudada por Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro, do político patrimonialista associado ao bacharel.

Em vez de entendermos o uso ambíguo da palavra “povo”, por parte dos nacionalistas e populistas, como uma “confusão” de intelectuais, parece-me mais instrutivo tomá-lo como uma estratégia retórica intencional. Não obstante suas palavras de ordem, certamente não passou despercebido àqueles ideólogos que “o povo não era uma comunidade mas um conjunto de contradições”.<sup>548</sup> A partir do populismo de Vargas, essas contradições tomavam conta do próprio Estado, na medida em que este se tornou acessível também a grupos populares. Ou seja: “Quanto mais diretamente o Estado brasileiro pretendeu representar o conjunto da sociedade, menos ele se realizou como Estado [no sentido de defender os interesses da classe dominante] e mais como expressão de tensões em desenvolvimento”.<sup>549</sup>

As contradições crescentes — do povo, do Estado, da nação — fizeram com que os líderes nacional-populistas praticassem uma política também contraditória. Sua expressão emblemática foi o *pacto social*, vocábulo não limitado à era desenvolvimentista, mas fortemente usado também nas disputas políticas atuais.<sup>550</sup>

Historicamente falando, a idéia do pacto político-social surgiu junto com a emancipação da burguesia. Elaboraões do imaginário coletivo, como o pacto com o Demônio, narrada no *Livro popular do Doktor Faustus* (1587),<sup>551</sup> podem ser consideradas prefigurações dessa idéia. Ela encontrou sua codificação pioneira na teoria política de Thomas Hobbes (1651), que explica a

<sup>548</sup> F. Weffort, 1978, p. 44.

<sup>549</sup> Ibidem.

<sup>550</sup> Citemos aqui apenas um entre muitos exemplos: H. Jaguaribe et al., 1986, um livro que evidencia como a idéia do “pacto social” se projeta da era JK até o limiar do século XXI.

<sup>551</sup> *Das Volksbuch von Doktor Faustus* (1587).

constituição do Estado soberano (*Common-wealth*) com base num pacto de sujeição de seus membros.<sup>552</sup> A partir de Rousseau, a idéia do *contrato social* (1762), ancorada no postulado da igualdade de todos os cidadãos, tornou-se um elemento constitutivo fundamental das democracias modernas.

Focalizemos aqui, a título de exemplo, o pacto social em vigor no Brasil na época da publicação de *Grande Sertão: Veredas*.

“O pacto político do nacional-desenvolvimentismo”, explica Vânia Moreira, “consolidava-se com a construção e mudança da capital para o Planalto Central.”<sup>553</sup> Lembramos que esse pacto, de acordo com os ideólogos do governo, tinha sido firmado entre a burguesia, enquanto “a classe mais dinâmica”, e “o povo”, contra as “velhas classes latifúndio-mercantis”.<sup>554</sup> Na verdade, porém, houve paralelamente um segundo pacto, oculto: “um pacto tácito entre os grandes interesses do ‘interior’ e do ‘litoral’”,<sup>555</sup> ou seja, entre a oligarquia agrária e o capital industrial. Esse acordo secreto foi um estratagema para excluir da participação do poder as forças políticas populares. O deslocamento da nova capital para o interior foi uma “separação espacial”, que deveria subtrair o Estado das pressões sociais das massas politizadas, como as que se fizeram sentir no Rio de Janeiro. Na visão da oligarquia rural, Brasília seria a “nova mansão” da velha elite brasileira.<sup>556</sup> Garantido pelo “pacto social”, o empreendimento proporcionava uma marcha “pacífica” para o Meio-Oeste, sem “nenhuma política de reforma agrária”, “estimulando [pelo contrá-

<sup>552</sup> Th. Hobbes, 1651/1985, p. 193.

<sup>553</sup> V. Moreira, 1998, p. 237.

<sup>554</sup> Cf. supra o item 5, “Cidade *versus* Sertão?”.

<sup>555</sup> V. Moreira, 1998, p. 179.

<sup>556</sup> Op. cit., pp. 200 e 235.

rio] o padrão oligárquico de apropriação do território nacional” e atendendo, ao mesmo tempo, às demandas industrialistas.<sup>557</sup>

A construção da nova capital, conclui Vânia Moreira, representou sem dúvida um passo decisivo para a modernização do país, mas também se aprofundaram estruturas vetustas. “O fausto e a pompa de sua construção” não devem fazer esquecer o preço do pacto social: “com a transferência da capital [...] foram também transferidos os miseráveis do campo para as cidades”.<sup>558</sup>

De todas essas contradições — envolvendo a nação, o Estado e o povo como “parceiro fantasma” no jogo político<sup>559</sup> — o autor de *Grande Sertão: Veredas* tinha plena consciência. Dando forma às energias constitutivas dessas contradições, eles as fez convergir e as potencializou no episódio-chave do livro, que é o Pacto concluído nas Veredas-Mortas, no planalto central do país, com o Demônio.

— “Quem é-que?”<sup>(GSV: 330)</sup> Esta pergunta, reiterada por Riobaldo ao todo seis vezes, foi projetada aqui sobre os momentos históricos em que houve mudança de regime no Brasil: 1822, 1889, 1930, 1937 e 1945. Trabalhando com a hipótese de que Riobaldo é a versão brasileira do personagem universal do “homem simples” que vai em busca do amparo da Lei, procurou-se saber como esta considera o povo e a nação.

Em todas as Constituições brasileiras, foram detectadas incongruências e dissimulações quanto às definições de *povo* e de *nação*, sobretudo quando investigamos o que o texto da lei significava na prática. Observando o funcionamento desses dois

<sup>557</sup> Cf. op. cit., pp. 184-188.

<sup>558</sup> Op. cit., pp. 251-252.

<sup>559</sup> F. Weffort, 1978, p. 15.

conceitos em cinco momentos históricos diferentes, chegamos à conclusão de que a retórica e a dissimulação que as envolvem são a expressão de maquinações ideológicas, mas também de uma realidade política essencialmente contraditória. *Povo e nação*, no Brasil como em outros países, são “conceitos de luta”<sup>560</sup> — sendo que, nesta terra, o conflito se aguça por causa das gritantes desigualdades sociais.

As incongruências e dissimulações nas constituições históricas fazem lembrar os termos do pacto concluído por Riobaldo nas Veredas-Mortas. Sua ambigüidade declarada expressa mais fielmente a realidade do que aquelas cartas magnas que a encobrem. “Trato? Mas trato de iguais com iguais. Primeiro, eu era que dava a ordem.”<sup>(GSV: 317)</sup> Existiria uma fórmula mais sintética e mais acertada para definir o pacto social entre os donos do poder e o povo no Brasil? Através do pacto, como já foi mostrado neste ensaio, Guimarães Rosa representa simbolicamente a cena política primordial do país. O seu romance é uma reencenação da arcaica Lei Fundadora, matriz subjacente a todas as constituições, sendo o pacto a alegoria de um falso contrato social. A desigualdade é sancionada como base legítima da ordem política, e o corpo político, o Estado, é usurpado pela oligarquia patrimonial em nome da “nação”. O contrato verdadeiro, ao contrário, seria firmado entre o povo e aqueles que o povo elege para agirem como seus representantes leais.

Não que isso não possa ocorrer, mas é preciso estar atento para o fato de que a declarada igualdade de todos perante a lei

<sup>560</sup> Cf. Koselleck et al., 1992b, p. 147. O que ilustra bem o uso militante dos dois conceitos é o espírito de exclusão: tanto por parte da ideologia conservadora, que costuma excluir da “nação” o “povo”, quanto da ideologia socialista, que exclui do “povo” as elites tradicionais.

não deixa de ser uma construção ideológica, como nos faz lembrar a teoria política conservadora.<sup>561</sup> O questionamento do postulado da *égalité* pode não agradar, mas ajuda a chamar a atenção para a subsistência da desigualdade real e para o elemento de (dis)simulação inerente ao pacto social, como também para a incongruência entre “povo” e “nação”. Em ambos os casos trata-se de uma codificação da “tarefa trágica de toda democracia burguesa: a incorporação das massas populares ao processo político”.<sup>562</sup> O equacionamento retórico entre “povo” e “nação” e sua separação na prática, são constitutivos do moderno Estado burguês. Trata-se de uma igualdade falaciosa, da qual a indistinção, por parte de Euclides da Cunha, entre “nação” e “nacionalidade” é um testemunho.<sup>563</sup> Diferentemente dele, Guimarães Rosa, ao encenar o pacto com o Diabo, representa a natureza diabólica do Estado burguês, dissolvendo não só a névoa conceitual do seu precursor, mas também o posterior esquematismo da visão populista e nacionalista.

Estado “nacional” ou “populista” — em ambos os casos trata-se do Estado burguês de classes em conflito. Nesse sentido, a representação fragmentária, criptográfica do “povo” e da “nação”, em Guimarães Rosa, é muito mais precisa do que sua mitificação por parte de Euclides da Cunha. O autor de *Os Sertões* reproduz a mitologia da classe dominante. Guimarães Rosa, em vez disso, mergulha nessa mitologia, para torná-la transparente. A igualdade é revelada como uma máscara do Estado bur-

<sup>561</sup> A nação igualitária dos franceses é considerada uma “construção ideológica” por Justus Möser, 1791, *Wann und wie mag eine Nation ihre Konstitution verändern?*, apud R. Koselleck et al., 1992b, p. 328.

<sup>562</sup> F. Weffort, 1978, p. 17.

<sup>563</sup> Cf. supra o item 1, “O problema”.

guês, que entende a democracia como um pacto de sujeição por parte das classes subalternas.<sup>564</sup> Os donos do poder jogam com a incongruência entre “povo” e “nação”, ou seja, com a nação dilacerada, para administrar os conflitos. A constituição do Estado democrático burguês é, no sentido literal da palavra, uma *ficção fundadora*. Por isso mesmo, uma ficção com alto potencial reflexivo, como *Grande Sertão: Veredas*, é particularmente apta a revelar aquele caráter ficcional.

<sup>564</sup> Trata-se aqui de uma transposição do *pacto subjectionis* de Hobbes, do contexto do Estado absolutista para o Estado burguês.